



PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES

2017 - 2018

PERFIL DAS DESPESAS NO BRASIL

INDICADORES SELECIONADOS

 **IBGE**
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia
Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial de Fazenda
Waldery Rodrigues Junior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Susana Cordeiro Guerra

Diretora-Executiva
Marise Maria Ferreira

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretoria de Geociências
Claudio Stenner

Diretoria de Informática
Carlos Renato Pereira Cotovio

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Carmen Danielle Lins Mendes Macedo

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Trabalho e Rendimento
Maria Lucia França Pontes Vieira

Ministério da Economia
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Trabalho e Rendimento

Pesquisa de Orçamentos Familiares

2017-2018

Perfil das despesas no Brasil

Indicadores selecionados



Rio de Janeiro
2020

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-65-87201-27-6

© IBGE. 2020

Capa

Helga Szpiz e Marcos Balster Fiore Correia Coordenação de Marketing/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Ficha catalográfica elaborada pela Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais do IBGE

Pesquisa de orçamentos familiares : 2017-2018 : perfil das despesas no Brasil : indicadores selecionados / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2020.
115 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-87201-27-6

1. Estatística. 2. Orçamento familiar. 3. Acesso aos serviços de saúde. 4. Educação. 5. Saúde. 6. Habitações. 7. Renda. I. IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. II. POF : 2017-2018 : perfil das despesas no Brasil : indicadores selecionados.

CDU 64.03:001.8
SOC

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Apresentação	5
Introdução	7
Notas técnicas	11
Conceitos e definições	11
Perfil das Despesas no Brasil	17
Procedimentos gerais de tratamento das informações e aspectos de amostragem	24
Comentários dos resultados	25
Dimensão 1 - Renda	28
Dimensão 2 - Moradia	45
Dimensão 3 - Serviços de utilidade pública	61
Dimensão 4 - Saúde	67
Dimensão 5 - Educação	84
Referências	101
Anexo	107
Número e proporção de pessoas das famílias residentes, segundo condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018	109

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

Os propósitos principais das Pesquisas de Orçamentos Familiares - POFs, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, são disponibilizar informações sobre a composição orçamentária doméstica e as condições de vida da população, incluindo a percepção subjetiva da qualidade de vida, bem como gerar bases de dados e estudos sobre o perfil nutricional da população.

Nesta publicação são apresentados os resultados referentes ao tema Perfil das despesas no Brasil – indicadores selecionados. Além das informações referentes à despesa *per capita* total e seus componentes, segundo algumas características da população, como já é de costume nas publicações da POF, investigaremos também alguns temas específicos que chamamos de dimensões. As cinco dimensões abordadas nesta edição: 1 – Renda; 2 – Moradia; 3 – Acesso à serviços de utilidade pública; 4 – Saúde; e 5 – Educação, são analisadas a partir de grupos de condicionantes que viabilizam o desenvolvimento de estudos sobre a renda disponível familiar *per capita* (RDFPC), a composição dos gastos e condições de vida – segundo as disparidades regionais, áreas urbanas e rurais –, estrutura da família e alguns aspectos das pessoas de referência de cada família.

Neste trabalho, pode-se destacar uma diferente abordagem na forma de trabalhar com a POF. Ao invés de percorrer a despesa, geral e por tipo, de acordo com os estratos geográficos e algumas características da população de forma segmentada conforme realizado no Perfil de Despesas 2008-2009, buscou-se aproveitar a diversidade temática existente na POF para sintetizar os conteúdos e cruzá-los com um conjunto de condicionantes que permite estudá-los de forma encadeada. A proposta foi combinar os temas de renda, despesas e condições

de vida, por distintos condicionantes simultaneamente, bem como o cômputo destas informações objetivas e subjetivas, além de enfatizar as avaliações subjetivas de condição de vida (POF 6) que ainda não tinham sido divulgadas na publicação de Segurança Alimentar. Algumas destas informações já foram divulgadas nas demais publicações da edição da POF 2017-2018, ao longo de 2019 e 2020.

As análises de indicadores de renda, despesa, estrutura do domicílio, acesso à serviços essenciais como água, eletricidade e medicamentos aqui apresentadas, ilustram o amplo potencial de aplicação dos dados das POFs na compreensão da realidade socioeconômica das unidades domiciliares brasileiras. As despesas, sejam elas totais ou com itens específicos e, também, a renda são analisadas segundo algumas características das pessoas de referência das famílias, reconhecidamente determinantes da qualidade de vida no Brasil.

A eminência da desigualdade e da pobreza na sociedade brasileira é investigada sob a ótica da RDFPC, que considera a soma dos rendimentos monetários e dos valores dos bens e serviços não monetários, descontado dos impostos diretos, das contribuições sociais e outras deduções. Foram utilizadas medidas distintas (índice de Gini e entropia generalizada (EG)) capazes de demonstrar a natureza da desigualdade tanto no Brasil quanto nos subgrupos de cada condicionante. No que concerne à pobreza, as medidas foram calculadas com base nas linhas adotadas no monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas - ONU, isto é, \$ 1,90/dia e \$ 5,50/dia.

Variáveis associadas à qualificação para o convívio social e para o ingresso na atividade econômica são contempladas, sendo o caso da escolaridade das pessoas de referência das famílias e da existência de pessoa com nível de escolaridade superior no domicílio. E, naturalmente, uma análise fundamental e que também está incluída é aquela da inserção da pessoa de referência da família no mercado de trabalho. Uma apresentação das aquisições referentes à Saúde, mais detalhada do que aquelas de divulgações anteriores, é incluída. A cada sessão de comentários, apresentam-se gráficos e tabelas correspondentes ao tema em destaque.

São apresentados, de forma resumida, os procedimentos utilizados na coleta e tratamentos das informações da pesquisa. São também descritos o arcabouço conceitual e o modelo metodológico aplicado para as referidas dimensões. Essas informações estão disponíveis para *download* no portal do IBGE na Internet, bem como as tabelas de resultados. O IBGE agradece a todos que contribuíram para a realização da pesquisa, particularmente às famílias entrevistadas, e coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretor de Pesquisas

Introdução

A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF mensura as estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias. Possibilita traçar, portanto, um perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos.

Além das informações diretamente associadas à estrutura orçamentária, várias características dos domicílios e das famílias são investigadas, ampliando o potencial de utilização dos resultados da pesquisa. É possível, portanto, estudar a composição dos gastos das famílias segundo as classes de rendimentos, as disparidades regionais, as áreas urbana e rural, a extensão do endividamento familiar, a difusão e o volume das transferências entre as diferentes classes de renda e a dimensão do mercado consumidor para grupos de produtos e serviços.

Também estão presentes na pesquisa outras óticas não monetárias, fortemente relacionadas à qualidade de vida das famílias. São destaques na POF a investigação subjetiva do POF 6 sobre a qualidade de vida das famílias e variáveis não monetárias associadas à estrutura do domicílio, restrições não monetárias à saúde, tempo de deslocamento para o trabalho, acesso aos serviços de utilidade pública etc. A alimentação é outro tema de destaque e muito explorado que conta com abordagens não monetárias. Além das despesas com alimentação, muitas outras informações foram disponibilizadas pela pesquisa e divulgadas nas três últimas publicações.

A primeira publicação da POF 2017-2018 contemplou os temas despesas, rendimentos e variação patrimonial das famílias, aspectos básicos para a análise dos orçamentos domésticos. Os resultados referentes às despesas e rendimentos foram apresentados nos enfo-

ques monetário e não monetário. A segunda publicação abordou o tema referente às quantidades adquiridas da alimentação domiciliar *per capita*, na qual os resultados foram discutidos segundo os recortes geográficos, as situações urbana e rural e classes de rendimentos. Já a terceira publicação trouxe as informações sobre o consumo alimentar pessoal das pessoas moradoras com 10 anos ou mais de idade, sendo os dados obtidos a partir da aplicação do Bloco de consumo alimentar pessoal (POF 7). O tema da quarta publicação da pesquisa – e pela primeira vez nas POFs – foi a situação da segurança alimentar no Brasil. Os dados deste estudo foram obtidos a partir da aplicação das perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA, que foi introduzida no questionário sobre Avaliação das condições de vida (POF 6).

Nesta divulgação, o foco é a qualidade de vida das famílias, que é avaliada graças a um rico conjunto de informações levantado pela pesquisa, de acordo com três óticas: a monetária, da renda e da despesa, na qual as aquisições de bens e serviços são avaliadas segundo os preços destes mesmos produtos e serviços vigentes na sociedade; a da avaliação subjetiva, na qual as aquisições de bens e serviços (e outros elementos da qualidade de vida) são avaliados diretamente pelas famílias; e a da caracterização não monetária, que busca as peculiaridades dos bens e serviços (e outros elementos da qualidade de vida), inclusive para itens com preços determinados e observados.

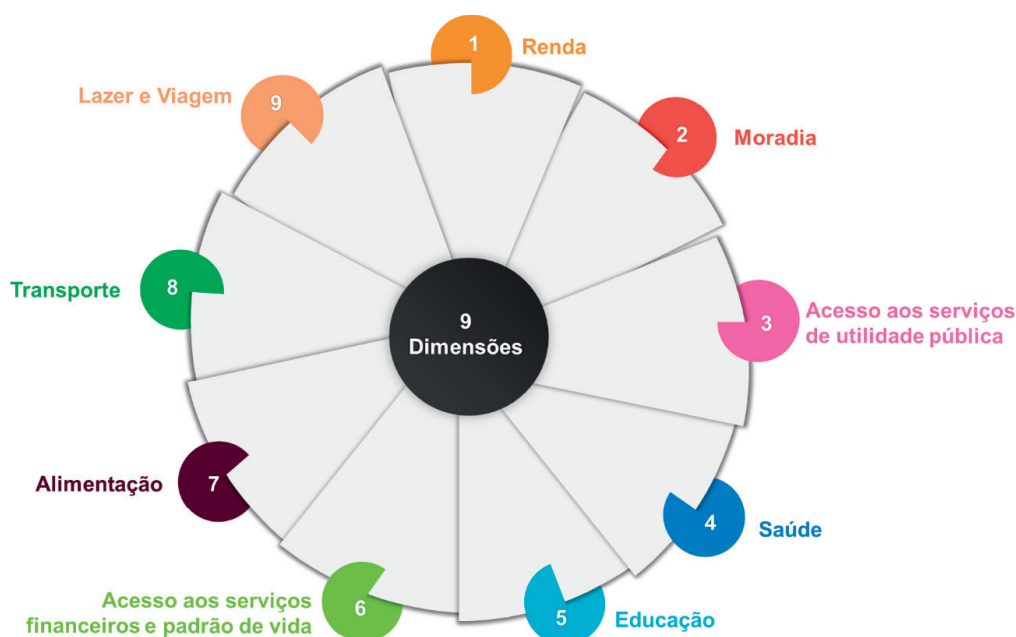
As três óticas se justificam porque pessoas compram produtos com características diferentes. Tais características, quando combinadas com as características da própria pessoa e da sociedade, tornam o produto mais ou menos útil e influencia o bem-estar usufruído pelo seu uso, que vai depender desta combinação. Dessa forma, as pessoas podem utilizar a renda como instrumento para comprar os bens desejados. Entretanto a compra do produto não garante a satisfação e a qualidade de vida quando a sociedade não cria as condições necessárias para o aproveitamento dos produtos. Por exemplo, considere o caso de um cadeirante que compre uma cadeira de rodas. A cadeira de rodas garantirá a capacidade da pessoa se locomover, porém a acessibilidade irá depender da existência de ruas e calçadas asfaltadas. Na ausência de calçadas ou manutenção apropriada, a mobilidade do cadeirante não é assegurada e não se pode garantir que a compra do bem gere o bem-estar e/ou a qualidade de vida desejada¹.

Pela riqueza de informação, a POF permite analisar as diferentes dimensões da qualidade de vida por mais de uma ótica. É possível analisar ao menos nove diferentes dimensões representadas na Figura 1.

Tais dimensões são exploradas no POF 6, que trata das avaliações subjetivas, assim como são exploradas nos demais quesitos de despesa e em outros quesitos não monetários. Como a construção dos indicadores das três óticas são demandantes, foram criados inicialmente painéis de indicadores para as dimensões de 1 a 5 (renda, moradia, acesso aos serviços de utilidade pública, saúde e educação). As demais dimensões serão abordadas no futuro, formando um quadro amplo e mais completo sobre a qualidade de vida no Brasil.

¹ A importância do acompanhamento da qualidade de vida, da satisfação e do bem-estar subjetivo e de medidas de rendimento mais próximas à renda disponível é enfatizada por Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009) e pela Organisation for Economic Co-operation and Development (2013b). Já as diferentes abordagens para mensuração da qualidade de vida e da pobreza são abordadas por Oliveira (2010), Athias e Oliveira (2016), Nussbaum e Sen (1993) e Adler e Fleurbaey (2016). Para uma avaliação do bem-estar no Brasil com base no consumo, consultar as obras de Oliveira e outros (2016), Oliveira e outros (2017) e o *Mapa de pobreza e desigualdade* (2008).

Figura 1 - Painel das dimensões



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Dessa forma, é possível avaliar aspectos da moradia como, por exemplo, o aluguel estimado, que representa 76,4% do total observado desta dimensão. Isto indica que a maior parte das pessoas vivem em domicílios próprios. Apesar disso, nem todos são adequados ou totalmente seguros. Por exemplo, 38,2% das pessoas vive em domicílios em áreas com violência e vandalismo.

Já o painel sobre os serviços de utilidade pública indica, por exemplo, que para tais serviços a despesa média *per capita* é R\$ 114,12, sendo os serviços de comunicação, que incluem telefonia fixa e móvel e pacotes de Internet, responsável pela maior parte deste valor (R\$ 45,16).

Os painéis de indicadores sobre saúde e educação indicam, por exemplo, o peso dos serviços providos publicamente. Tome o caso da saúde: no Brasil, o sistema de saúde é misto, caracterizado pela coexistência de um sistema público e um sistema privado. O sistema público – Sistema Único de Saúde - SUS – , seguindo o estabelecido pela Constituição Federal do Brasil de 1988, promove o acesso aos serviços de saúde pública independente de pagamento. O sistema privado, também provedor de serviços de saúde, tem como princípio a capacidade de pagamento. Como resultado, das despesas com saúde capitadas na POF cerca de 30% é não monetária. Para a educação, o peso do componente não monetário é ainda maior, mais de 50%.

Dado o grande número de painéis com indicadores monetários e não monetários, se torna virtualmente impossível ordenar as famílias e identificar quais delas estão em melhor ou pior situação sem que se estabeleça primeiro as bases de comparação e se resuma as informações contidas na distribuição conjunta das variáveis. Como a construção das nove dimensões e seus indicadores já consiste em uma

tarefa demandante, tal exercício será adiado para um segundo momento. Agora, e enquanto os demais painéis são construídos, a ordenação das famílias e a avaliação da desigualdade e da pobreza serão feitos com base na renda disponível familiar *per capita* (RDFPC). A mensuração da desigualdade de renda é amplamente utilizada no Brasil. Entretanto, a renda disponível é uma medida preferível à renda bruta comumente empregada. De acordo com a RDFPC, o índice de Gini e o cálculo da extrema pobreza no Brasil são relativamente menores do que aqueles observados em outras bases de dados: 0,483 e 1,4%, respectivamente. Estes e vários outros resultados são apresentados ao longo do texto.

As análises de cada painel (dimensão) são efetuadas tanto para o Brasil como para um conjunto amplo de características das famílias e das pessoas de referências que podem ajudar a esclarecer de que forma as características dos bens, das famílias e da sociedade afetam a qualidade de vida e as avaliações subjetivas no País.

Sobre a abrangência da pesquisa, cabe ressaltar que a POF 2017-2018 é a sexta pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE sobre orçamentos familiares. As pesquisas anteriores foram o Estudo Nacional de Despesa Familiar - ENDEF 1974-1975, com âmbito territorial nacional – à exceção das áreas rurais das Regiões Norte e Centro-Oeste –, a POF 1987-1988, a POF 1995-1996, a POF 2002-2003 e a POF 2008-2009. As POFs dos anos 1980 e 1990 foram concebidas para atender, prioritariamente, a atualização das estruturas de consumo dos índices de preços ao consumidor produzidos pelo IBGE, sendo realizadas nas Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, no Município de Goiânia e no Distrito Federal. A POF 2002-2003 e a POF 2008-2009 dão igual prioridade às demais aplicações anteriormente mencionadas.

A amostra da POF 2017-2018 manteve características do desenho aplicado à POF 2008-2009, cobrindo todo o Território Nacional e mantendo sua concepção segundo o conceito de amostra mestra, que o IBGE adota para todas as pesquisas domiciliares por amostragem no contexto mais amplo do projeto de reformulação dessas pesquisas – a construção do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD.

Cabe ainda, nessas considerações iniciais, esclarecer sobre a adoção do termo “família” nas publicações de resultados da POF. A POF é uma pesquisa realizada por amostragem, na qual são investigados os domicílios particulares permanentes. No domicílio, por sua vez, é identificada a unidade básica da pesquisa – unidade de consumo – que compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação ou compartilham as despesas com moradia. É importante ressaltar que esta definição, que será detalhada mais adiante, segue as recomendações e práticas internacionais referentes às pesquisas similares.

Para propiciar a compreensão dos resultados aqui apresentados, assim como estudos futuros, os conceitos adotados na pesquisa e sua metodologia constituem parte dessa publicação.

Notas técnicas

Conceitos e definições

Neste módulo, são apresentados os conceitos relacionados com os resultados desta publicação, segundo as seguintes variáveis: domicílios, unidades de consumo, pessoas, despesas, rendimentos e condições de vida. Antecede aos temas a descrição das referências temporais inerentes ao levantamento e à qualidade das informações sobre orçamentos familiares. Estas definições referentes à variável tempo são básicas para o entendimento dos conceitos e resultados da pesquisa.

Na Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2017-2018, três enfoques temporais foram utilizados.

Período de realização da pesquisa

Para propiciar a estimação de orçamentos familiares que contemplem as alterações a que estão sujeitos ao longo do ano, tanto as despesas quanto os rendimentos, definiu-se o tempo de duração da pesquisa em 12 meses. O período de realização da POF 2017-2018 teve início no dia 11 de julho de 2017 e término no dia 9 de julho de 2018.

Período de referência das informações de despesas e rendimentos

A investigação de uma grande diversidade de itens de despesas, com diferentes valores unitários e diferentes frequências de aquisição, requer definir períodos de observação variados. Em geral, as despesas de menor valor são aquelas normalmente realizadas com mais frequência, enquanto as despesas de maior valor são realizadas com menor frequência. Além disso, a memória das informações relacionadas a uma

aquisição com valor mais elevado é preservada por um período mais longo. Assim, com o objetivo de ampliar a capacidade do informante para fornecer os valores das aquisições realizadas e as demais informações a elas associadas, foram definidos quatro períodos de referência: sete dias, 30 dias, 90 dias e 12 meses, segundo os critérios de frequência de aquisição e do nível do valor do gasto.

Os rendimentos e as informações a eles relacionadas são coletados segundo o período de referência de 12 meses.

Como a operação da coleta tem duração de 12 meses, os períodos de referência das informações de despesas e rendimentos não correspondem às mesmas datas para cada domicílio selecionado. Para cada informante, os períodos de referência foram estabelecidos como o tempo que antecede à data de realização da coleta no domicílio. A exceção é o período de referência de sete dias, que é contado no decorrer da entrevista.

Data de referência da pesquisa

Como as POFs combinam um período de coleta de 12 meses com períodos de referência de até 12 meses, adotado para alguns itens de despesa e para os rendimentos, as informações se distribuem em um período total de 24 meses. Durante os 24 meses mencionados, ocorrem mudanças absolutas e relativas nos preços, requerendo que os valores levantados na pesquisa sejam valorados a preços de uma determinada data.

A data de referência fixada para a compilação, análise e apresentação dos resultados da POF 2017-2018 foi 15 de janeiro de 2018.

Domicílio

Domicílio é a unidade amostral da pesquisa, consistindo também em importante unidade de investigação e análise para caracterização das condições de moradia das famílias.

Domicílio

É a moradia estruturalmente separada e independente, constituída por um ou mais cômodos, sendo que as condições de separação e independência de acesso devem ser satisfeitas.

A condição de separação é atendida quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas e outros, quando é coberto por um teto e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia.

A independência é atendida quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

Domicílio particular permanente

Destina-se à habitação de uma ou mais pessoas, ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sendo todo ou parte destinado exclusivamente à moradia.

Na POF, em função de seus objetivos e características, somente foram pesquisados os domicílios particulares permanentes.

Características dos domicílios

Para a presente publicação, as seguintes características dos domicílios foram analisadas: forma de abastecimento de água; escoadouro de banheiro, sanitário ou buraco para dejeções; destino do lixo e combustível utilizado na preparação de alimentos.

Unidade de consumo

A unidade de consumo é a unidade básica de investigação e análise dos orçamentos. Para efeito de divulgação da POF, o termo “família” é considerado equivalente à unidade de consumo.

A unidade de consumo compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação, isto é, utilizam um mesmo estoque de alimentos e/ou realizam um conjunto de despesas alimentares comuns. Nos casos em que não existia estoque de alimentos nem despesas alimentares comuns, a identificação ocorreu através das despesas com moradia.

Unidade de consumo principal

A unidade de consumo principal é aquela à qual pertence o responsável pela maior parte das despesas de moradia (aluguel ou prestação de imóvel próprio e/ou contas e taxas de serviços do domicílio).

Unidade de orçamento

Morador que teve alguma participação no orçamento da unidade de consumo no período de referência de 12 meses.

Os moradores ausentes, os moradores com menos de 10 anos de idade e os moradores cuja condição no domicílio fosse de empregado doméstico ou parente de empregado doméstico não foram pesquisados como unidade de orçamento. Nas situações de moradores com menos de 10 anos, as aquisições e rendimentos correspondentes são registrados juntamente com os da pessoa responsável pelo menor.

A unidade de orçamento é representada por:

a) Unidade de orçamento despesa

Morador cuja participação no orçamento da unidade de consumo representou a realização de aquisições que resultaram em despesas monetárias e/ou não monetárias.

b) Unidade de orçamento rendimento

Morador cuja participação no orçamento da unidade de consumo representou qualquer tipo de ganho monetário – remuneração do trabalho, transferência, aluguel de imóvel, aplicações financeiras, entre outros. Também foram consideradas todas as pessoas que exerceram algum tipo de trabalho não remunerado.

Unidade de orçamento

Morador que teve alguma participação no orçamento da unidade de consumo no período de referência de 12 meses.

Os moradores ausentes, os moradores com menos de 10 anos de idade e os moradores cuja condição no domicílio fosse de empregado doméstico ou parente de empregado doméstico não foram pesquisados como unidade de orçamento. Nas situações de moradores com menos de 10 anos, as aquisições e rendimentos correspondentes são registrados juntamente com os da pessoa responsável pelo menor.

A unidade de orçamento é representada por:

a) Unidade de orçamento despesa

Morador cuja participação no orçamento da unidade de consumo representou a realização de aquisições que resultaram em despesas monetárias e/ou não monetárias.

b) Unidade de orçamento rendimento

Morador cuja participação no orçamento da unidade de consumo representou qualquer tipo de ganho monetário – remuneração do trabalho, transferência, aluguel de imóvel, aplicações financeiras, entre outros. Também foram consideradas todas as pessoas que exerceram algum tipo de trabalho não remunerado.

Despesas

A POF teve como objetivo principal pesquisar todas as despesas, que foram definidas como monetárias e não monetárias.

Despesas monetárias

São aquelas efetuadas por meio de pagamento, realizado à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou com utilização de cartão de crédito.

Despesas não monetárias

São aquelas efetuadas sem pagamento monetário, ou seja, aquisição obtida por meio de doação, retirada do negócio, troca, produção própria, pescado, caçado e coletado durante os períodos de referência da pesquisa, disponíveis para utilização. As valorações das despesas não monetárias foram realizadas pelos próprios informantes, considerando os preços vigentes no mercado local.

O aluguel atribuído ao domicílio cuja condição de ocupação era diferente de alugado foi também contabilizado como despesa não monetária, assim como nas pesquisas anteriores.

É importante observar que as despesas não monetárias são iguais, em termos contábeis, aos rendimentos não monetários, com exceção do valor do aluguel estimado, cujo tratamento é explicitado na definição do rendimento. O critério adotado no tratamento das informações para as despesas não monetárias segue as recomendações contidas no documento *Informe de la conferencia* (2003), realizada pela

Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO), em dezembro de 2003.

A forma de obtenção complementa a caracterização das despesas informadas.

Forma de obtenção

Refere-se à forma de obtenção dos produtos e serviços adquiridos pelas unidades de consumo. Foram coletadas informações sobre as aquisições monetária e não monetária. Deste modo, utilizou-se a forma de obtenção como variável de classificação das despesas, com o objetivo principal de identificá-las como monetárias e não monetárias.

Assim, foram definidas as seguintes categorias para a variável forma de obtenção:

1. Monetária à vista para a unidade de consumo – quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado à própria unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, vale-refeição, vale-transporte etc., e foi praticado sem nenhum parcelamento.
2. Monetária à vista para outra unidade de consumo – quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado a outra unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, vale-refeição, vale-transporte etc., e foi praticado sem nenhum parcelamento.
3. Monetária a prazo para a unidade de consumo – quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado à própria unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, cartão de crédito, vale-refeição, vale-transporte etc., e foi praticado com qualquer tipo de parcelamento.
4. Monetária a prazo para outra unidade de consumo – quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado a outra unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, cartão de crédito, vale-refeição, vale-transporte etc., e foi praticado com qualquer tipo de parcelamento.
5. Cartão de crédito à vista para a unidade de consumo – quando a aquisição do produto ou serviço destinado à própria unidade de consumo foi monetária com cartão de crédito e praticada sem nenhum parcelamento. Também foram incluídas nessa categoria as aquisições realizadas no período de referência com cartão de crédito à vista que ainda não tinham sido pagas.
6. Cartão de crédito à vista para outra unidade de consumo – quando a aquisição do produto ou serviço destinado a outra unidade de consumo foi monetária com cartão de crédito e praticada sem nenhum parcelamento. Também foram incluídas nessa categoria as aquisições realizadas no período de referência com cartão de crédito à vista que ainda não tinham sido pagas.
7. Doação – quando, na aquisição do produto pelo morador, não houve nenhum dispêndio em dinheiro, cheque, cartão ou bens e serviços, ou seja, o produto foi adquirido ou obtido sem nenhum custo. Como exemplo: presentes, re-

médios recebidos em postos de saúde e cesta básica de alimentos fornecida pelo empregador.

8. Retirada do negócio – quando a aquisição do produto pelo morador foi feita utilizando-se estoque não destinado ao consumo do domicílio e voltado para o comércio ou negócio a cargo do morador.
9. Troca – quando um produto foi adquirido pelo morador mediante permuta por outro produto ou serviço.
10. Produção própria – quando a aquisição do produto pelo morador representou uma retirada de sua própria produção (autoconsumo). Essa classificação só foi utilizada se nenhuma parte da produção foi comercializada, pois, caso contrário, representou uma retirada do negócio.
11. Outra – quando foi verificada uma outra forma de aquisição que não se enquadrasse nas definições acima, como produto achado, produto roubado, entre outros.

Cabe ressaltar que, na classificação adotada na geração dos resultados para todos os tipos de aquisições, definiu-se como despesas monetárias aquelas correspondentes às categorias da variável forma de obtenção de 1 a 6, e como despesas não monetárias as correspondentes às categorias de 7 a 11.

Despesa total

Inclui todas as despesas monetárias realizadas pela unidade de consumo na aquisição de produtos, serviços e bens de qualquer espécie e natureza, e as despesas não monetárias com produtos e bens, além do serviço de aluguel.

Compõem a despesa total todas as despesas monetária e não monetária correntes (despesas de consumo e outras despesas correntes), o aumento do ativo e a diminuição do passivo.

Despesas correntes

As despesas correntes incluem as despesas de consumo e as outras despesas correntes.

Despesas de consumo

Correspondem às despesas realizadas pelas unidades de consumo com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente às necessidades e desejos pessoais de seus componentes no período da pesquisa. Estão organizadas segundo os seguintes grupamentos: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e outras despesas diversas não classificadas anteriormente.

Perfil das Despesas no Brasil

Pessoas

Pessoa moradora, excluindo empregado doméstico e parente de empregado doméstico

Pessoa que tinha o domicílio como residência única ou principal e que não se encontrava afastada deste por período superior a 12 meses. Aquelas que se achavam presentes por ocasião da coleta da pesquisa são consideradas moradores presentes. A pessoa é moradora ausente se, por ocasião da coleta, estava afastada temporariamente.

Nesta publicação é considerado apenas um subconjunto dos moradores: os moradores com condição na unidade de consumo (família) diferente de empregado doméstico e parente de empregado doméstico. Ou seja, são excluídos dos moradores os empregados domésticos que trabalhavam para as famílias entrevistadas assim como os parentes destes empregados domésticos.

Total de pessoas moradoras, excluindo empregado doméstico e parente de empregado doméstico

Conceito utilizado no plano tabular, que consiste na estimativa do total do número de pessoas moradoras presentes e ausentes das unidades de consumo na população ou em uma determinada classe, com condição na unidade de consumo (família) diferente de empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Pessoa de referência da unidade de consumo

Foi considerada aquela pessoa responsável por uma das seguintes despesas: aluguel, prestação do imóvel ou outras despesas de habitação (condomínio, imposto predial, serviços, taxa etc.). No caso em que nenhum morador satisfaz a pelo menos uma das condições acima, a pessoa de referência foi aquela assim considerada pelos moradores da unidade de consumo. Se mais de uma pessoa foi identificada pelos moradores, estabeleceu-se a idade mais alta como critério de escolha.

Renda disponível

A soma dos rendimentos monetários recebidos (pelo trabalho, transferências e outras fontes) mais os valores dos bens e serviços adquiridos de forma não monetária (rendimento não monetário) menos valores pagos em impostos diretos, contribuições sociais e outras deduções (transferências pagas) de forma compulsória ou quase compulsória.

Impostos diretos, contribuições e outras deduções

São os valores pagos diretamente pelas famílias na forma de impostos, contribuições sociais, e outras deduções de forma compulsória ou quase compulsória. Tais pagamentos consistem nas transferências realizadas pelas famílias para o governo, instituições e outras famílias, e que reduzem a renda disponível para o consumo das famílias.

Renda não monetária

É a soma de todos os valores dos bens e serviços adquiridos de forma não monetárias (rendimento não monetário). São incluídos os valores de bens e serviços providos pelo governo, instituições e outras famílias, assim como o aluguel estimado. Para a imputação do valor do rendimento não monetário correspondente ao aluguel estimado, foram deduzidas as despesas com manutenção e reparos, impostos, taxas de serviços e seguros com o domicílio, conforme as recomendações contidas no documento *Informe de la conferencia* (2003), realizada pela OIT, em dezembro de 2003.

Renda monetária

Considerou-se como rendimento todo e qualquer tipo de ganho monetário, exceto a variação patrimonial, recebido durante o período de referência de 12 meses anteriores à data de realização da coleta das informações.

O rendimento foi pesquisado para cada um dos moradores que constituiu uma unidade de orçamento/rendimento.

Renda disponível familiar *per capita* (RDFPC)

Para cada unidade de consumo (cada família), a RDFPC é a divisão do total da renda disponível pelo total de moradores. A RDFPC da unidade de consumo é atribuída a cada um dos moradores (lembrando que nesta publicação o conceito de morador exclui as pessoas com condição na família de empregado doméstico e parente de empregado doméstico).

Renda líquida

Os rendimentos líquidos diferem do cálculo da renda disponível em um aspecto: são contabilizados apenas valores monetários coletados no POF 5 e alguns poucos códigos do quadro 48 interpretados como deduções dos rendimentos do trabalho. Dessa forma, valores não associados aos rendimentos do trabalho, às transferências ou aos outros rendimentos não entram nas contas da renda líquida. Por exemplo, o IPVA pago pela família não entra no cálculo da renda líquida, mas entra no cálculo da renda disponível. Assim como a renda disponível, a renda líquida também é calculada em termos *per capita*, dividindo a soma dos valores pelo total de moradores, excluindo as pessoas com condição na família de empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Renda mínima

A renda mínima é captada com o quesito 2 do POF 6: levando em conta a situação atual da sua família, qual seria o rendimento mensal familiar mínimo necessário para chegar até o fim do mês? Assim como a renda disponível, os valores da renda mínima são reportados em termos *per capita*, dividindo a soma dos valores pelo total de moradores, excluindo as pessoas com condição na família de empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Variação patrimonial

Compreende vendas de imóveis, carros e outros bens, heranças e o saldo positivo da movimentação financeira (depósitos e retiradas de aplicações financeiras como, por exemplo, poupança e cotas de fundos de investimento).

Coefficiente de Gini e EG(2) da RDFPC

Fórmulas e propriedades do Gini e entropia generalizada (EG) com parâmetro 2, EG(2), podem ser encontradas em Hoffmann (1998) e Cowell (2000, 2011), incluindo a decomposição de EG(2). Por depender da ordenação, o coeficiente de Gini (G) do Brasil foi calculado em quatro passos:

- 1) Foram ordenados os moradores em função da RDFPC: $X_1 \leq X_2 \leq \dots \leq X_n$.
- 2) Foram calculados os valores de P_i e R_i para cada observação:

$$P_i = \frac{W_1 + W_2 + \dots + W_i}{W_1 + W_2 + \dots + W_n} \quad \text{e} \quad R_i = \frac{W_1X_1 + W_2X_2 + \dots + W_iX_i}{W_1X_1 + W_2X_2 + \dots + W_nX_n}$$

onde W_i representa fator de expansão da observação i , e $i = 1, \dots, n$.

- 3) Foi calculado o valor de S_i para cada observação:

$$S_i = \frac{P_i + P_{i-1}}{2} (R_i - R_{i-1}) \quad \text{onde } i = 1, \dots, n.$$

- 4) Por fim, o Gini foi calculado como:

$$G = 2(S_1 + S_2 + \dots + S_n) - 1$$

Já o índice de desigualdade de EG(2) foi calculado para o Brasil em função do coeficiente de variação (CV), mais precisamente a metade do quadrado do CV:

$$EG(2) = \left(\frac{1}{2}\right) CV^2 = \left(\frac{1}{2}\right) \left\{ \left[\frac{W_1(X_1 - m)^2 + W_2(X_2 - m)^2 + \dots + W_n(X_n - m)^2}{W_1 + W_2 + \dots + W_n} \right] / m^2 \right\}$$

$$\text{onde } m = \frac{W_1X_1 + W_2X_2 + \dots + W_nX_n}{W_1 + W_2 + \dots + W_n} \quad \text{e } W_i \text{ representa o fator de expansão.}$$

O Gini e o EG(2) dos subgrupos analisados foram calculados de forma análoga, considerando as observações de cada do subgrupo e seus respectivos pesos.

A proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza e o índice de Watts

Duas linhas são utilizadas nos cálculos: \$ 1,90/dia e \$ 5,50/dia. A primeira medida de pobreza $P(Z = \$1,90)$ é dada pela proporção de pessoas abaixo da linha de \$ 1,90/dia. É calculada considerando que toda pessoa com RDFPC inferior à linha tem grau máximo de pobreza ($g = 1$) e toda pessoa com renda igual ou acima da linha de \$ 1,90/dia tenha grau zero de pobreza ($g = 0$); não importando se a pessoa está um R\$ 0,01 ou R\$ 200,00 acima da linha. Nesta medida, a pobreza do Brasil é mensurada pela média de g :

$$P(Z = \$1,90) = \frac{(W_1g_1 + W_2g_2 + \dots + W_n g_n)}{W_1 + W_2 + \dots + W_n}, \text{ onde } W \text{ representa o fator de expansão.}$$

De forma semelhante, a segunda medida de pobreza utilizada $P(Z = \$5,50)$ é dada pela proporção de pessoas abaixo da linha de \$ 5,50/dia. Ela é calculada atri-

buindo grau máximo ($q = 1$) para toda pessoa com RDFPC abaixo da linha e grau zero ($q = 0$) para toda pessoa com renda igual ou acima da linha. Não importando se a pessoa está abaixo da linha por R\$ 0,01 ou R\$ 200,00. Nesta medida, a pobreza do Brasil é mensurada pela média de q :

$$P(Z = \$5,50) = \frac{(W_1q_1 + W_2q_2 + \dots + W_nq_n)}{W_1 + W_2 + \dots + W_n}, \text{ onde } W \text{ representa o fator de expansão.}$$

Como as funções q e g são funções binárias, elas não são capazes de retratar quão distante uma pessoa pobre está da linha de pobreza ou mesmo a desigualdade de renda entre os pobres. De fato, estes dois indicadores ignoram completamente a desigualdade de renda existente entre os pobres, esta é uma limitação bem conhecida. No entanto, tais indicadores são adotados com frequência, inclusive para monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

É possível construir indicadores sensíveis à desigualdade de renda entre os pobres. Para tanto, o grau de pobreza de uma pessoa precisa variar de forma gradual e não binária, com os mais pobres recebendo graus maiores. Além disso, é útil balizar ao menos dois limites: um limite menor segundo o qual a pessoa tem o maior grau de pobreza e um limite maior segundo o qual a pessoa tem um grau reduzido de pobreza. Isto é feito nesta seção com uma pequena alteração do índice de Watts, que passa a usar a informação tanto da linha de \$ 1,90/dia quanto da linha de \$ 5,50/dia. Tal índice de Watts $P(Z_1, Z_2)$ é definido em quatro passos:

1. Definição dos dois limites Z_1 e Z_2 , no caso $Z_1 = \$1,90$ e $Z_2 = \$5,50$.

2. Cálculo da variável y_i , onde:

$$y_i = \begin{cases} Z_2 & , \quad \text{se } RDFPC_i \geq Z_2 \\ Z_1 & , \quad \text{se } RDFPC_i \leq Z_1 \\ RDFPC_i & , \quad \text{caso contrário} \end{cases}, \text{ para cada pessoa } (i = 1, \dots, n)$$

3. Cálculo do grau de pobreza de cada pessoa (h_i), onde:

$$h_i = \frac{[\ln(Z_2) - \ln(y_i)]}{[\ln(Z_2) - \ln(Z_1)]}, \text{ onde } i = 1, \dots, n.$$

4. Cálculo da média de h para o Brasil:

$$P(Z_1, Z_2) = \frac{(W_1h_1 + W_2h_2 + \dots + W_nh_n)}{W_1 + W_2 + \dots + W_n}, \text{ onde } W \text{ representa o fator de expansão.}$$

Os valores das medidas de pobreza dos subgrupos analisados foram calculados de forma análoga, considerando as observações de cada do subgrupo e seus respectivos pesos.

Cabe ressaltar que os valores das linhas de pobreza são apresentados originalmente em dólares de 2011, sendo convertidos para reais de 2011 pela paridade do poder de compra (PPC)² e atualizadas para janeiro de 2018 com os respectivos deflatores de cada Unidade da Federação.

² Para informações mais detalhadas sobre o uso das linhas de \$ 1,90/dia, \$ 5,50/dia e ppc, consultar a ferramenta PovcalNet em: <<http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/home.aspx>>; o programa de comparação internacional (International Comparison Program - ICP) do Banco Mundial em: <<https://www.worldbank.org/en/programs/icp#1>>; e o portal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS em: <<https://odsbrasil.gov.br/>>.

Dimensões

O Quadro 1 lista dimensões que podem ser abordadas com as informações disponíveis na pesquisa, assim como variáveis e indicadores que podem ser adotados em cada uma das dimensões. A lista é longa, incluindo nove dimensões e ao menos três tipos de indicadores cujas informações são complementares. Os indicadores monetários de despesa avaliam a importância que a sociedade e as famílias dão aos bens e serviços em função dos preços de mercado. Já os indicadores subjetivos mostram como as famílias avaliaram diretamente bens e serviços assim como as condições de vida que a sociedade proporciona. Por fim, os demais indicadores não monetários focam nas características dos bens e serviços disponíveis que, combinadas com as características das próprias famílias e da sociedade, podem garantir ou limitar as condições de vida.

Com esta riqueza de detalhes, são montados painéis de indicadores para cada dimensão, revelando aspectos específicos e que afetam o dia a dia da população brasileira. Nesta primeira divulgação são explorados os painéis de indicadores associados a renda, moradia, acesso aos serviços de utilidade pública, saúde e educação. As demais dimensões serão tratadas posteriormente: acesso aos serviços financeiros e padrão de vida, alimentação, transporte, lazer e viagem.

Quadro 1 – Dimensões de qualidade de vida utilizadas no Perfil de Despesas

Dimensões		Descrição
1	Renda	Avaliação subjetiva da renda mínima familiar
		Renda disponível e seus componentes
		Renda líquida e seus componentes
		Pobreza e desigualdade de renda
2	Moradia	Despesas relacionadas a serviços de moradia, estrutura do domicílio e avaliação subjetiva da situação de risco e padrão do domicílio
3	Acesso aos serviços de utilidade pública	Despesas e acesso a serviços essenciais: água, luz elétrica, gás, comunicação e coleta de lixo e avaliação subjetiva dos mesmos
4	Saúde	Despesas com medicamentos, produtos farmacêuticos e serviços médicos
		Acesso e despesa com plano de saúde
		Restrição a medicamentos e serviços de saúde e avaliação do padrão de vida familiar em relação a saúde
5	Educação	Despesa com serviços de educação, segundo o nível, de ensino e avaliação subjetiva da educação
6	Acesso aos serviços financeiros e padrão de vida	Despesas de serviços financeiros e empréstimos e avaliação da renda familiar
7	Alimentação	Despesas dentro e fora do domicílio
		Avaliação do padrão de vida da família em relação a alimentação e do valor mínimo de gastos com alimentação
8	Transporte	Despesa com transporte público e particular
		Tempo de deslocamento no transporte para o trabalho e avaliação do padrão de vida familiar em relação ao transporte
9	Lazer e viagem	Despesas com entretenimento e viagens por motivo de lazer e avaliação subjetiva do lazer

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Características das pessoas de referência e das famílias – condicionantes

As variáveis de cada painel (renda, moradia, acesso aos serviços de utilidade pública, saúde e educação) desta divulgação são calculadas, em sua maioria, tanto para o Brasil como um todo quanto para subgrupos da população definidos em função das características da família, tais como localização, décimos da RDFPC, composição da família e características da pessoa de referência da família. Mais especificamente, características listadas no Quadro 1.

Para cada condicionante (coluna 1 do Quadro 2) são associadas categorias (coluna 3 do Quadro 2) que definem a população ou um subgrupo da população de interesse. Por exemplo, a categoria urbana associada à localização geográfica do domicílio define o subgrupo da população formado pelos moradores que residem em área urbana. A categoria mais de um adulto sem criança define o subgrupo da população formado pelos moradores das famílias com dois ou mais adultos (nesta publicação foi considerada como criança o morador com 14 anos de idade ou menos, como adulto o morador com 15 a 64 anos de idade, como idoso o morador com 65 anos ou mais de idade). Cada décimo de renda contém cerca de 10% dos moradores selecionados em função dos decis da RDFPC.

Os demais condicionantes do Quadro 2 (composição demográfica, sexo, cor, nível de instrução, ocupação e formalização) definem subgrupos da população com base nas características da pessoa de referência da família. Por exemplo, ao condicionante sexo está associada a categoria homem que define o subgrupo da população formado pelos moradores das famílias onde a pessoa de referência é homem, neste subgrupo há homens e mulheres. De forma semelhante, a categoria mulher define o subgrupo da população onde a pessoa de referência da família é mulher e, novamente, neste subgrupo há homens e mulheres.

Quadro 2 - Condicionantes: variáveis geográficas e características dos moradores utilizadas no Perfil de Despesas

Condicionantes	Definição	Categorias selecionadas
Localização geográfica do domicílio	Brasil	Brasil
	Situação do domicílio segundo sua área de localização	Urbano
		Rural
	Grandes Regiões	Norte
		Nordeste
		Sudeste
		Sul
Centro-Oeste		
Composição demográfica	Faixa de idade da pessoa de referência da família, reflete o ciclo de vida	Até 24 anos
		25 a 49 anos
		50 a 64 anos
		65 anos ou mais
Cor ou raça da pessoa de referência	Cor ou raça declarada pela pessoa de referência da família	Branco
		Pretos e pardos
Sexo da pessoa de referência	Sexo da pessoa de referência da família	Homem
		Mulher
Nível de Instrução da pessoa de referência	Nível de instrução da pessoa de referência da família, obtido em função das informações da série e do nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores com o vigente	Sem instrução
		Ensino fundamental incompleto
		Ensino fundamental completo
		Ensino médio incompleto
		Ensino médio completo
		Ensino superior incompleto
Ensino superior completo		
Composição da família	Classificação das famílias em função do número de adultos e da presença de crianças e de idosos; reflete a estrutura e organização das famílias. Foi considerado como criança o morador com 14 anos de idade ou menos, como adulto o morador com 15 a 64 anos de idade, como idoso o morador com 65 anos ou mais de idade	Um adulto sem criança
		Um adulto com ao menos uma criança
		Mais de um adulto sem criança
		Mais de um adulto com ao menos uma criança
		Um ou mais idosos com ou sem crianças
		Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças
Ocupação e formalização da pessoa de referência	Classificação da pessoa de referência da família em função da posição na ocupação no trabalho principal e da participação na força de trabalho. Foi considerada ocupada a pessoa de referência, de 10 anos ou mais, que exerceu trabalho, durante pelo menos quatro horas completas em ao menos um dos doze meses de referência ou que estava afastada temporariamente de um trabalho remunerado nesse período. Foi considerada fora da força de trabalho a pessoa de referência que não procurou trabalho e não estava ocupada. Nos outros casos estão as pessoas de referência que estavam desempregadas ou exerciam trabalho não remunerado em ajuda a membro do domicílio ou parente	Empregado doméstico
		Empregado com carteira
		Empregado sem carteira
		Militar e empregado do setor público
		Conta própria
		Empregador
		Fora da força de trabalho e outros casos
Décimos de rendimento	Classificação das famílias e seus moradores em décimos de renda onde o limite superior de cada décimo é definido pelo respectivo decil da distribuição da renda disponível familiar <i>per capita</i> dos moradores	1 a 10

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Nota: Nesta publicação apenas um subconjunto dos moradores é considerado: os moradores com condição na família diferente de empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Procedimentos gerais de tratamento das informações e aspectos de amostragem

Os demais aspectos referentes à coleta da POF 2017-2018 e às etapas de tratamentos das informações de quantidades, despesas e rendimentos, tais como: crítica de entrada de dados, tratamento do efeito inflacionário, crítica de valores de despesas e rendimentos, alocação das despesas agregadas, tratamento da não resposta de valores e anualização dos valores e aspectos de amostragem, encontram-se descritos com detalhes na publicação *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: primeiros resultados*, divulgada em 2019.

Comentários dos resultados

A POF tradicionalmente divulga seus resultados de despesa total segundo sua estrutura em despesas correntes, aumento do ativo e diminuição do passivo. Dentro das despesas correntes estão as despesas de consumo, que correspondem ao mais importante componente da estrutura das famílias, com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente às necessidades e aspirações pessoais. A Tabela 1 apresenta o resultado *per capita* da despesa total, despesas correntes, despesas de consumo por grandes grupos, aumento do ativo e diminuição do passivo conforme a estrutura usual da POF, realizada na publicação dos primeiros resultados de 2017-2018 (PESQUISA..., 2019). Entretanto, além de divulgar estas despesas de acordo com o sexo, a raça e o nível de instrução da pessoa de referência da família, informação não divulgada anteriormente, outro dado inédito que se apresenta nesta tabela é a inclusão dos serviços não monetários. Deste modo, comparativamente aos primeiros resultados, estão diferentes, por exemplo, os grupos de transporte, assistência médica e educação, e conseqüentemente a soma da despesa total, correntes e de consumo.

Tabela 1 - Despesa monetária e não monetária familiar *per capita* mensal, por características selecionadas da pessoa de referência da família, segundo os tipos de despesa - Brasil - período 2017-2018

Tipos de despesa	Despesa monetária e não monetária familiar <i>per capita</i> mensal, por características selecionadas da pessoa de referência da família (R\$)				
	Brasil	Sexo		Cor ou raça	
		Homem	Mulher	Brancos	Pretos e pardos
Despesa total	1 667,90	1 764,73	1 524,17	2 279,19	1 207,11
Despesas correntes	1 554,06	1 635,70	1 432,88	2 110,69	1 134,25
Despesas de consumo	1 370,53	1 429,31	1 283,29	1 833,47	1 020,96
Alimentação	219,44	229,11	205,10	269,44	181,60
Habitação	466,34	469,52	461,61	644,31	330,72
Vestuário	53,45	55,27	50,75	65,75	44,45
Transporte	234,08	268,96	182,29	333,29	159,97
Higiene e cuidados pessoais	45,61	46,16	44,81	50,71	41,81
Assistência à saúde	133,23	133,89	132,27	183,94	94,99
Educação	124,04	127,30	119,21	153,95	101,09
Recreação e cultura	32,94	34,73	30,28	45,65	23,50
Fumo	5,80	5,72	5,91	7,10	4,81
Serviços pessoais	17,32	17,17	17,54	22,61	13,33
Despesas diversas	38,28	41,48	33,53	56,72	24,69
Outras despesas correntes	183,53	206,39	149,59	277,22	113,30
Aumento do ativo	63,61	75,30	46,26	103,46	33,27
Diminuição do passivo	50,22	53,72	45,02	65,03	39,58

Tipos de despesa	Despesa monetária e não monetária <i>per capita</i> familiar mensal por características selecionadas da pessoa de referência da família (R\$)						
	Nível de instrução						
	Sem instrução	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior incompleto	Ensino superior completo
Despesa total	776,29	1 018,68	1 254,35	1 163,04	1 624,02	2 392,93	4 230,44
Despesas correntes	729,62	965,91	1 184,97	1 093,12	1 526,22	2 201,16	3 862,26
Despesas de consumo	689,03	902,58	1 091,02	1 002,61	1 367,85	1 922,42	3 166,48
Alimentação	143,76	166,07	181,23	173,15	221,66	277,71	425,35
Habitação	239,51	305,49	377,75	324,52	449,99	651,94	1 110,19
Vestuário	24,48	34,83	44,55	47,65	57,47	75,92	113,41
Transporte	78,48	129,03	173,52	156,45	248,12	326,11	615,98
Higiene e cuidados pessoais	28,75	34,91	41,45	44,52	51,32	59,92	72,15
Assistência à saúde	93,25	101,29	106,47	78,74	123,84	147,85	290,82
Educação	49,51	80,28	95,95	113,32	123,59	241,97	274,41
Recreação e cultura	9,55	15,56	22,29	23,71	33,36	54,09	96,05
Fumo	4,07	5,90	7,02	4,98	5,29	6,09	6,82
Serviços pessoais	6,76	10,16	13,98	12,77	18,50	24,43	41,91
Despesas diversas	10,91	19,05	26,82	22,78	34,70	56,40	119,38
Outras despesas correntes	40,58	63,32	93,94	90,51	158,36	278,74	695,78
Aumento do ativo	17,17	26,15	41,39	45,79	49,44	114,80	222,97
Diminuição do passivo	29,51	26,63	28,00	24,13	48,36	76,96	145,21

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

No Brasil, a despesa total *per capita* foi de R\$ 1 667,90, deste total R\$ 1 554,06 correspondem às despesas correntes, R\$ 63,61 ao aumento do ativo e R\$ 50,22 à redução do passivo. No tocante às despesas de consumo (R\$ 1 370,53), a habitação é a responsável pela maior parcela (R\$ 466,34), seguida das despesas com transporte (R\$ 234,08) e alimentação (R\$ 219,44). Importante destacar que o componente de educação ganha 2,7 pontos percentuais em relação à despesa total quando os valores não monetários são inseridos (PESQUISA..., 2019).

Avaliando as despesas de acordo com o sexo da pessoa de referência, observa-se quando a família é chefiada por mulheres (R\$ 1 524,17) a despesa total *per capita* é 12,4% menor do que em famílias com homens como pessoa de referência (R\$ 1 764,73). Esta diferença é mais acentuada no grupo transporte, com gasto de R\$ 268,96 em famílias chefiadas por homens e R\$ 182,29 quando chefiadas por mulheres, uma diferença de 32,2%. Um resultado que pode-se destacar são as despesas com educação, apesar do valor *per capita* das famílias com mulheres como pessoa de referência ser inferior do que quando são homens (R\$ 119,21 e R\$ 127,30, respectivamente), quando observada a participação no total da despesa total, este grupo tem um peso maior (9,7% para mulheres ante 8,3% com homem de pessoa de referência).

Nota-se uma grande diferença na despesa total *per capita* entre famílias com pessoas de referência pretas ou pardas e brancas. Para os casos de pessoa de referência branca, a despesa total *per capita* é de R\$ 2 279,19, enquanto quando são pretos ou pardos cai para R\$ 1 207,11, isto é, uma diferença de 47,0%. Dada a natureza essencial deste tipos de despesa, ressalta-se o contraste dos valores das despesas *per capita* nos grupos de habitação (R\$ 330,72 para pretos ou pardos e R\$ 644,31 para brancos), assistência à saúde (R\$ 94,99 para famílias chefiadas por pretos ou pardos e R\$ 183,94 para quando a pessoa de referência é branca) e alimentação (R\$ 181,60 em casos de pessoas pretas ou pardas e R\$ 269,44 quando brancas).

Considerando o nível de instrução da pessoa de referência, nota-se uma diferença nas despesas *per capita* conforme o nível de instrução vai aumentando. No Brasil, para as famílias chefiadas por pessoas que não tem instrução, a despesa *per capita* total é de R\$ 776,29, enquanto pessoas com ensino superior este valor vai para R\$ 4 230,44. Entre as despesas de consumo, a habitação é o que tem mais participação em todos os níveis de instrução, de 30,9% para pessoas sem instrução e 26,2% para pessoas com nível superior. Como já é conhecido, as despesas com alimentação representam um peso maior para as pessoas de renda mais baixa e os resultados da Tabela 1 também apontam para este fato. Pessoas de referência das famílias que não tem instrução gastam R\$ 143,76 *per capita* com alimentação, porém isto equivale a 18,5% do total das despesas. Por outro lado, nas famílias onde a pessoa de referência tem nível superior, a despesa *per capita* com alimentos é de R\$ 425,35, entretanto a participação é de apenas 10,1% do total.

Dimensão 1 - Renda

No que se segue, os termos renda e rendimento são usados como sinônimos, sendo utilizados alternadamente. A renda (ou o rendimento) familiar não é exatamente uma dimensão. Conforme apontado por Ravallion (2011, 2016), de fato, poucas coisas são tão multidimensionais quanto a renda ou o consumo. Junto com os preços, a renda define a restrição orçamentária das famílias, que mostra as possibilidades de consumo em várias das dimensões abordadas neste trabalho. Ademais, a renda familiar é resultado da valoração (precificação) dos serviços prestados pelas famílias nas mais diferentes áreas. Por exemplo, em uma família formada por um professor de matemática, uma médica, uma dentista e um pianista, a renda familiar reflete como a sociedade valoriza os serviços prestados na educação, em diferentes áreas da saúde e nos concertos de música. A renda e o consumo (e os preços de mercado) expressam como a sociedade valoriza diferentes dimensões do nosso dia a dia.

Outro ponto importante sobre o rendimento familiar é o seu caráter instrumental. A renda em si não é o principal elemento que gera o bem-estar, a satisfação ou mesmo a qualidade de vida das famílias. Contudo, a renda é o principal “instrumento” utilizado pelos indivíduos na aquisição dos bens e serviços que valorizam. Esse caráter instrumental dos rendimentos é explorado por Sen (1985, 1997a, 1997b, 2000, 2008, 2011). Em suas análises, os rendimentos são de extrema importância para a liberdade de escolha e para a oportunidade real de adquirir o que se valoriza, no entanto, outros fatores também são importantes na determinação das capacidades e do bem-estar do indivíduo (KUKLYS, 2005; SEN; FOSTER, 1997).

No Brasil, a análise da distribuição dos rendimentos e da pobreza de renda é bem conhecida e frequentemente empregada. O que pode ser visto, por exemplo, nas obras *Desigualdade e pobreza no Brasil* e *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*, volumes 1 e 2, assim como nas divulgações do próprio IBGE como, por exemplo, na *Rendimentos de todas as fontes 2019*, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua, na *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2019* e no cálculo dos indicadores 1.1.1 e 1.2.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, referentes à erradicação da pobreza (INDICADORES..., [2020]).

A maior parte das análises se baseia no conceito de rendimento bruto empregado atualmente na PNAD Contínua e, anteriormente, na PNAD e na Pesquisa Mensal de Emprego - PME. De fato, entre os censos e as pesquisas domiciliares do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD, a POF é a única que levanta, de forma sistemática e abrangente, as informações sobre impostos diretos, contribuições sociais, descontos e transferências em dinheiro, bens e serviços. Com os componentes captados pela POF é possível estimar a renda líquida e a renda disponível seguindo as recomendações internacionais. Segundo o Manual de Canberra (*Canberra Group handbook on household income statistics*) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD), a renda disponível é uma medida preferível à renda bruta, por representar melhor os valores com os quais as famílias contam no dia a dia³.

³ Para informações mais detalhadas sobre o levantamento da renda nas pesquisas domiciliares, consultar o Manual de Canberra (CANBERRA GROUP, 2011) e as publicações de Athias e Oliveira (2016) e da Organisation for Economic Co-operation and Development (2013a, 2013b).

Nesta seção, o conceito de renda disponível é utilizado e definido como a soma dos rendimentos monetários recebidos (pelo trabalho, transferências e outras fontes) mais os valores dos bens e serviços adquiridos de forma não monetária (rendimento não monetário) menos os valores pagos em impostos diretos, contribuições sociais e outras deduções (transferências pagas), de forma compulsória ou quase compulsória. Tais valores são calculados para cada família (cada unidade de consumo) e divididos pelo número de pessoas da família (excluindo os empregados domésticos e parentes de empregados domésticos que morem no domicílio). Da divisão obtemos os valores da Renda Disponível Familiar *Per Capita* (RDFPC) de cada família e dos seus membros.

As Tabelas 1.1, 1.3 e 1.4 desta seção retratam as características da distribuição da RDFPC, como, por exemplo, o valor médio para o Brasil, a contribuição de diferentes subgrupos da população para a média Brasil (Tabela 1.1), o valor médio da RDFPC dentro de cada subgrupo (Tabela 1.3) e a pobreza e desigualdade de cada subgrupo (Tabela 1.4). Os componentes da RDFPC também são abordados e é dada especial atenção aos rendimentos líquidos (Tabelas 1.1 e 1.2). Os rendimentos líquidos diferem do cálculo da renda disponível em um aspecto: são contabilizados apenas valores monetários coletados no POF 5 e alguns poucos códigos do quadro 48, interpretados como deduções dos rendimentos do trabalho. Dessa forma, valores não associados aos rendimentos do trabalho, às transferências ou aos outros rendimentos não entram nas contas da renda líquida. Por exemplo, o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA pago pela família não entra no cálculo da renda líquida, mas entra no cálculo da renda disponível. Cabe ressaltar que na Tabela 1.1 também são analisadas as características da distribuição da variação patrimonial e da renda mínima (em termos *per capita*). A renda mínima é captada com o quesito 2 do POF 6 por meio da pergunta: levando em conta a situação atual da sua família, qual seria o rendimento mensal familiar mínimo necessário para chegar até o fim do mês?

Tabela 1.1 - Valores médios e contribuições para a média familiar *per capita* mensal da renda mínima, da renda disponível, dos componentes monetários e não monetários, dos impostos diretos, contribuições e outras deduções e da variação patrimonial, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continua)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Valores médios e contribuições para a média familiar <i>per capita</i> mensal (R\$)					
	Renda mínima	Renda disponível				Variação patrimonial
		Total (a + b - c)	Monetária (a)	Não monetária (b)	Impostos diretos, contribuições e outras deduções (c)	
Localização geográfica do domicílio						
Brasil	1 331,57	1 650,78	1 434,15	379,97	163,34	112,68
Urbano	1 223,97	1 515,23	1 330,74	340,53	156,05	101,60
Rural	107,60	135,56	103,41	39,44	7,29	11,08
Grandes Regiões						
Norte	76,86	80,50	69,80	18,14	7,44	4,75
Nordeste	250,33	293,91	243,60	73,48	23,17	15,43
Sudeste	671,73	845,15	738,14	192,86	85,85	57,79
Sul	215,54	279,84	244,99	62,21	27,37	19,57
Centro-Oeste	117,12	151,39	137,62	33,29	19,53	15,14
Pessoa de referência						
Composição demográfica						
Até 24 anos	27,39	29,39	22,80	8,45	1,86	1,18
25 a 49 anos	615,61	742,17	642,34	177,09	77,27	49,31
50 a 64 anos	438,95	555,64	496,10	118,92	59,38	44,48
65 anos ou mais	249,64	323,58	272,91	75,51	24,84	17,72
Cor ou raça						
Brancos	716,66	928,32	832,43	197,19	101,30	75,40
Pretos e pardos	589,67	689,85	572,62	175,91	58,68	35,54
Sexo						
Homem	822,58	1 039,21	923,85	224,96	109,59	79,31
Mulher	508,99	611,57	510,31	155,02	53,75	33,37
Nível de instrução						
Sem instrução	54,05	62,18	47,12	17,70	2,64	1,66
Ensino fundamental incompleto	325,07	396,45	300,68	117,04	21,28	15,36
Ensino fundamental completo	94,07	111,23	87,91	30,80	7,49	6,00
Ensino médio incompleto	48,93	56,97	44,91	16,18	4,11	2,81
Ensino médio completo	336,66	403,01	345,63	93,38	35,99	27,05
Ensino superior incompleto	59,61	72,79	64,74	16,24	8,20	5,61
Ensino superior completo	413,17	548,15	543,16	88,62	83,63	54,19

Tabela 1.1 - Valores médios e contribuições para a média familiar *per capita* mensal da renda mínima, da renda disponível, dos componentes monetários e não monetários, dos impostos diretos, contribuições e outras deduções e da variação patrimonial, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(conclusão)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Valores médios e contribuições para a média familiar <i>per capita</i> mensal (R\$)					
	Renda mínima	Renda disponível				Variação patrimonial
		Total (a + b - c)	Monetária (a)	Não monetária (b)	Impostos diretos, contribuições e outras deduções (c)	
Ocupação e formalização						
Empregado doméstico	43,73	52,05	36,73	17,67	2,36	1,66
Empregado com carteira	310,31	383,41	341,92	87,44	45,95	27,40
Empregado sem carteira	77,13	94,85	74,17	26,02	5,35	3,69
Militar e empregado do setor público	189,39	236,83	242,08	38,87	44,12	17,37
Conta própria	255,83	305,08	250,40	75,92	21,23	20,01
Empregador	90,52	148,16	139,14	21,29	12,27	17,17
Fora da força de trabalho e outros casos	364,65	430,40	349,71	112,76	32,07	25,38
Composição da família						
Um adulto sem criança	91,34	95,03	84,75	22,02	11,73	8,29
Um adulto com ao menos uma criança	23,57	26,31	17,67	10,32	1,68	1,42
Mais de um adulto sem criança	449,96	569,31	516,26	115,30	62,25	45,70
Mais de um adulto com ao menos uma criança	442,77	540,15	456,80	137,06	53,70	34,37
Um ou mais idosos com ou sem crianças	105,31	131,28	107,36	33,18	9,26	9,06
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	218,62	288,69	251,31	62,10	24,72	13,85
Décimos de rendimento						
1º	47,03	24,46	16,55	10,40	2,48	2,39
2º	55,11	46,33	31,44	17,26	2,38	1,79
3º	69,66	63,67	45,53	21,70	3,55	2,68
4º	78,96	80,84	59,94	25,77	4,87	3,15
5º	93,98	99,50	76,18	29,59	6,27	3,98
6º	111,75	120,52	95,98	32,49	7,95	5,08
7º	125,57	145,97	117,16	39,60	10,79	7,99
8º	148,19	183,66	152,48	46,30	15,12	10,64
9º	201,28	256,47	225,12	56,86	25,51	16,96
10º	400,04	629,37	613,78	100,01	84,42	58,02

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Mais especificamente, a Tabela 1.1 mostra os valores totais dos rendimentos divididos pelo total da população, desse modo, a tabela lista os valores médios para o Brasil, assim como as contribuições para a média de diferentes subgrupos da população. É possível comparar elementos de uma mesma linha facilmente e elementos de linhas diferentes também podem ser comparados, bem como em uma tabela de totais. Por vezes, ao comparar elementos de linhas diferentes é necessário considerar a proporção de pessoas do subgrupo (o que pode ser visto na tabela do anexo), dado que a contribuição de um subgrupo é definida tanto pela média como pelo tamanho do grupo. Por exemplo, a comparação dos valores reportados em diferentes décimos pode ser feita de forma bem direta, já que cerca de 10,0% da população está em cada décimo. A comparação dos valores por cor ou raça pode ser complementada pela informação da proporção da população em cada categoria, ou seja, pelo tamanho de cada subgrupo. Como veremos, muitas informações podem ser obtidas em função dos resultados listados na tabela.

Para o Brasil, o valor médio da RDFPC é de R\$ 1 650,78. Como esperado, o componente monetário (a) tem a maior contribuição para a média, com R\$ 1 434,15 ou 86,9%. O componente não monetário (b) tem a segunda maior contribuição para a média, com R\$ 379,97 ou 23,0%. Já os impostos diretos, contribuições e outras deduções (c) reduzem a média em R\$ 163,34 ou 9,9%. Dessa forma, quase $\frac{1}{4}$ da renda disponível é composta pela renda não monetária.

Para o Brasil como um todo, podemos destacar ainda dois pontos com base na Tabela 1.1. Primeiro ponto: o tamanho da renda mínima em relação à renda disponível. A razão entre os valores médios da renda mínima (familiar *per capita*) e RDFPC do Brasil é dada por 80,7%. Entretanto, como veremos adiante, tal relação varia muito segundo os décimos de renda. Segundo ponto: o valor da variação patrimonial corresponde a apenas 6,8% da renda disponível em média.

As linhas da Tabela 1.1 acrescentam mais informações e mostram como cada subgrupo da população listado contribui para o valor médio observado, sendo as pessoas classificadas segundo as características da família ou da pessoa de referência (A família mora em área urbana? A pessoa de referência é preta ou parda? Etc.). Por exemplo, na linha pretos e pardos temos o subgrupo da população formado pelas pessoas das famílias onde a pessoa de referência se declarou preta ou parda. Para este subgrupo, o valor R\$ 689,85 é listado na coluna total e indica a apropriação/contribuição do subgrupo para média Brasil da RDFPC. Dessa forma, apesar de numeroso (57,2% da população), o subgrupo se apropria de apenas 41,8% ($\approx 100 \cdot \text{R\$ } 689,85 / \text{R\$ } 1\,650,78$) da RDFPC do País. Caso se queira identificar a renda média do subgrupo, basta calcular a razão entre o valor reportado na Tabela 1.1 e a proporção da população. No caso, a média da RDFPC do subgrupo é dada por: $\text{R\$ } 1\,206,76$ ($\approx \text{R\$ } 689,85 / 0,572$)⁴. Ou seja, para esse subgrupo, onde a pessoa de referência é preta ou parda, a renda disponível é apenas 73,1% na média nacional.

As demais colunas de uma mesma linha da Tabela 1.1 podem ser usadas em análises semelhantes. Por exemplo, na linha pretos e pardos, a coluna renda mínima lista R\$ 589,67, indicando que o subgrupo descrito acima contribui com 44,3% da média Brasil (R\$ 1 331,57). Caso se deseje o valor médio da renda mínima familiar *per capita* do subgrupo, basta tomar a razão do valor listado e da proporção da

⁴ Lê-se “ \approx ” como aproximadamente.

população do subgrupo: R\$ 1 031,51 (\approx R\$ 589,67/0.572). Ou seja, para a renda mínima familiar *per capita*, a média do subgrupo é apenas 77,5% da média Brasil. Para este subgrupo, onde a pessoa de referência é negra ou parda, a diferença relativa na média da renda mínima (77,5%) parece replicar, em alguma medida, a diferença relativa da média na renda disponível (73,1%) calculada no parágrafo anterior.

O mesmo raciocínio pode ser usado para analisar a linha mulher da Tabela 1.1, referente ao subgrupo da população onde a pessoa de referência da família é mulher (40,3% das pessoas). Nesta linha, os valores de R\$ 508,99 e R\$ 611,57 indicam a contribuição do subgrupo para as médias da renda mínima familiar *per capita* (38,2%) e da RDFPC (37,0%), respectivamente. As médias do subgrupo são R\$ 1 264,53 para a renda mínima familiar *per capita* e R\$ 1 519,38 para a RDFPC. Tais valores representam 95,0% e 92,0% das respectivas médias do Brasil. Dessa forma, para o subgrupo, as diferenças relativas na renda mínima parecem replicar, em alguma medida, as pequenas diferenças relativas na RDFPC. Estas diferenças são pequenas porque existem ambos os sexos em várias das famílias onde a pessoa de referência é mulher. Dessa forma, esta estratificação pelo sexo da pessoa de referência tem poucas chances de revelar grandes diferenças nos rendimentos familiares.

A estratificação por décimos de renda da Tabela 1.1 revela mais sobre a relação entre a renda mínima e a renda disponível. Como antes, na coluna renda mínima estão as contribuições de cada subgrupo (cada décimo) para a média Brasil da variável renda mínima familiar *per capita* (R\$ 1 331,57). Tais contribuições aumentam segundo o nível de renda disponível, tendo o menor valor no primeiro décimo (R\$ 47,03) e o maior valor no último décimo (R\$ 400,04). Dividindo pela proporção da população, são calculadas as médias R\$ 470,29 (\approx R\$ 47,03/0.100) e R\$ 4 001,09 (\approx R\$ 400,04/0.100) destes décimos. Os números revelam uma diferença substancial entre o que se considera a renda mínima necessária para chegar ao final do mês. O quarto décimo se destaca dos demais ao apresentar valor médio de renda mínima, R\$ 789,59 (\approx R\$ 78,96/0.100), próximo da renda disponível, R\$ 808,40 (\approx R\$ 80,84/0.100). Nos décimos seguintes, do 5º ao 10º, os valores reportados de renda mínima são menores (em média) do que os valores reportados da RDFPC. Nos primeiros décimos, do 1º ao 4º, o oposto ocorre, sendo os valores da renda mínima quase o dobro da RDFPC no 1º décimo ($1,92 \approx$ R\$ 47,03/R\$ 24,46).

Sobre os componentes não monetários da Tabela 1.1, cabe destacar a relevância deles para todos os subgrupos da população listados, sendo uma parcela significativa da RDFPC em todos os casos. A menor parcela é registrada na linha empregador. Neste subgrupo estão as pessoas das famílias onde a pessoa de referência é empregador no trabalho principal. Para este subgrupo, os componentes não monetários correspondem a 14,4% ($\approx 100 \cdot$ R\$ 21,29/R\$ 148,16) da RDFPC.

As maiores participações (acima de 30%) do componente não monetário na RDFPC são encontradas nas linhas um adulto com ao menos uma criança, empregado doméstico, e nos quatro primeiros décimos. Na linha um adulto com ao menos uma criança estão as pessoas onde a família é composta por apenas um adulto com uma ou mais crianças. Neste subgrupo, os componentes não monetários representam 39,2% ($\approx 100 \cdot$ R\$ 10,32/R\$ 26,31). Na linha empregado doméstico estão as pessoas onde a pessoa de referência é um empregado doméstico no trabalho principal. Neste subgrupo, os componentes não monetários representam 33,9% ($\approx 100 \cdot$ R\$ 17,67/R\$ 52,05) da RDFPC.

Nos quatro primeiros décimos as participações são 42,5% ($\approx 100 \cdot R\$ 10,40 / R\$ 24,46$) no primeiro, 37,3% ($\approx 100 \cdot R\$ 17,26 / R\$ 46,33$) no segundo, 34,1% ($\approx 100 \cdot R\$ 21,70 / R\$ 63,67$) no terceiro e 31,9% ($\approx 100 \cdot R\$ 25,77 / R\$ 80,84$) no quarto.

As últimas informações da Tabela 1.1 a serem exploradas são as contribuições dos diferentes décimos para a RDFPC e suas respectivas médias. As contribuições para a média Brasil da RDFPC (R\$ 1 650,78) são R\$ 24,46 (ou 1,5%) no primeiro décimo, R\$ 46,33 (ou 2,8%) no segundo décimo, R\$ 63,67 (ou 3,9%) no terceiro décimo e R\$ 80,84 (ou 4,9%) no quarto décimo. Somados, os quatro primeiros décimos contribuem com apenas R\$ 215,30 (ou 13,0%) da RDFPC. O último décimo, onde estão os maiores rendimentos, contribuem com R\$ 629,37 (ou 38,1%). Para calcular o valor médio da RDFPC em cada um destes décimos, basta dividir os valores reportados na tabela pela proporção da população ($\approx 0,100$) em cada um deles. Assim os valores médios da RDFPC são R\$ 244,62 no primeiro décimo, R\$ 463,22 no segundo décimo, R\$ 636,66 no terceiro décimo, R\$ 808,40 no quarto décimo e R\$ 6 294,83 no último décimo. A média dos quatro primeiros décimos é R\$ 538,22 ($\approx R\$ 215,30 / 0,400$).

Tais informações permitem o cálculo da razão 10+/40- e da razão de médias da RDFPC. A razão 10+/40- é definida como a razão entre os valores da renda do último décimo e dos quatro primeiros; seu valor é 2,923 ($\approx R\$ 629,37 / R\$ 215,30$). Sendo assim, o último décimo se apropria de uma parcela expressiva da renda que equivale a quase três vezes a renda dos quatro primeiros décimos somadas. Dessa forma, são necessárias 12 pessoas dos quatro primeiros décimos para se obter (em média) a renda de uma pessoa do último décimo. Outra estatística empregada no estudo dos rendimentos é a razão de médias que compara a média do subgrupo com a média do País. No caso, a razão de médias é 0,326 ($\approx R\$ 538,22 / R\$ 1 650,78$) e indica que uma pessoa que esteja dentre os quatro primeiros décimos conta com cerca de $\frac{1}{3}$ da RDFPC média do Brasil.

Um componente importante da RDFPC é a renda líquida. Como dito anteriormente, no rendimento líquido são contabilizados apenas valores monetários coletados no POF 5 e alguns poucos códigos do quadro 48, interpretados como deduções dos rendimentos do trabalho. Tais valores são apresentados em termos *per capita* na Tabela 1.2. Mais especificamente, esta tabela mostra os valores totais dos rendimentos líquidos divididos pelo total da população. Ou seja, a tabela lista os valores médios para o Brasil, assim como as contribuições para a média de diferentes subgrupos da população. Os subgrupos da Tabela 1.2, formados pelos condicionantes, são exatamente os mesmos da Tabela 1.1.

Tabela 1.2 - Valores médios e contribuições para as médias da renda líquida familiar *per capita* mensal do trabalho, transferências e outras fontes, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continua)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Valores médios e contribuições para a média familiar <i>per capita</i> mensal (R\$)								
	Renda líquida do trabalho			Transferências líquidas					Renda líquida de outras fontes
	Total (a + b)	Homem (a)	Mulher (b)	Total (c + d + e + f)	Aposentadorias e pensões públicas e INSS (c)	Bolsa Família (d)	Benefício de Prestação Continuada (e)	Outras transferências (f)	
Localização geográfica do domicílio									
Brasil	939,70	598,28	341,42	339,02	272,71	8,05	10,86	47,40	41,45
Urbano	877,79	551,30	326,49	304,04	245,72	5,10	8,95	44,27	39,03
Rural	61,91	46,98	14,93	34,99	26,98	2,96	1,90	3,14	2,42
Grandes Regiões									
Norte	49,56	32,29	17,27	13,88	9,75	1,15	0,88	2,10	1,50
Nordeste	147,41	91,52	55,89	73,84	55,26	4,63	4,55	9,40	6,26
Sudeste	487,33	313,00	174,33	168,81	139,13	1,59	3,66	24,43	21,85
Sul	160,23	101,22	59,01	58,89	50,23	0,35	0,86	7,45	7,18
Centro-Oeste	95,18	60,26	34,92	23,61	18,34	0,33	0,92	4,03	4,66
Pessoa de referência									
Composição demográfica									
Até 24 anos	18,69	12,18	6,51	2,58	0,67	0,32	0,09	1,50	0,30
25 a 49 anos	524,66	333,43	191,23	49,62	23,14	5,85	2,93	17,70	11,41
50 a 64 anos	316,57	204,28	112,29	120,91	99,20	1,52	3,23	16,96	16,59
65 anos ou mais	79,78	48,39	31,38	165,90	149,70	0,36	4,60	11,24	13,16
Cor ou raça									
Brancos	537,81	346,36	191,45	196,16	163,22	1,76	3,47	27,70	27,15
Pretos e pardos	383,08	240,88	142,20	136,77	104,78	6,21	7,32	18,46	12,48
Sexo									
Homem	639,00	474,44	164,56	180,05	146,21	4,26	4,94	24,64	28,05
Mulher	300,70	123,84	176,86	158,97	126,50	3,80	5,91	22,76	13,40
Nível de instrução									
Sem instrução	17,26	11,83	5,43	27,69	22,91	0,93	2,28	1,57	0,96
Ensino fundamental incompleto	172,60	117,40	55,21	108,09	86,75	4,38	5,78	11,17	8,37
Ensino fundamental completo	58,16	37,80	20,37	23,64	18,64	0,68	0,90	3,42	1,77
Ensino médio incompleto	32,57	21,02	11,55	8,92	6,33	0,51	0,26	1,83	1,09
Ensino médio completo	247,53	159,81	87,73	64,60	51,71	1,38	1,22	10,30	9,42
Ensino superior incompleto	46,02	28,81	17,21	11,40	8,16	0,07	0,08	3,10	1,71
Ensino superior completo	365,55	221,62	143,93	94,68	78,22	0,11	0,34	16,02	18,14

Tabela 1.2 - Valores médios e contribuições para as médias da renda líquida familiar *per capita* mensal do trabalho, transferências e outras fontes, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(conclusão)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Valores médios e contribuições para a média familiar <i>per capita</i> mensal (R\$)								
	Renda líquida do trabalho			Transferências líquidas					Renda líquida de outras fontes
	Total (a + b)	Homem (a)	Mulher (b)	Total (c + d + e + f)	Aposentadorias e pensões públicas e INSS (c)	Bolsa Família (d)	Benefício de Prestação Continuada (e)	Outras transferências (f)	
Ocupação e formalização									
Empregado doméstico	27,38	11,98	15,40	7,49	4,42	0,91	0,48	1,68	0,43
Empregado com carteira	278,39	179,49	98,90	24,30	14,95	0,87	0,57	7,90	3,34
Empregado sem carteira Militar e empregado do setor público	57,29	37,84	19,45	13,02	8,49	1,18	0,61	2,74	1,32
Conta própria	182,25	103,48	78,77	19,46	14,96	0,33	0,23	3,93	3,43
Empregador	187,83	124,80	63,03	45,70	32,99	2,45	1,99	8,27	5,27
Fora da força de trabalho e outros casos	115,39	86,16	29,23	9,98	8,58	0,07	0,11	1,21	6,55
	91,17	54,53	36,64	219,08	188,31	2,23	6,86	21,67	21,11
Composição da família									
Um adulto sem criança	58,65	36,75	21,91	16,66	12,34	0,12	0,39	3,82	1,46
Um adulto com ao menos uma criança	12,09	2,11	9,97	4,10	1,42	0,53	0,23	1,92	0,27
Mais de um adulto sem criança	375,19	239,36	135,83	81,18	62,06	1,24	2,29	15,59	14,76
Mais de um adulto com ao menos uma criança	371,75	247,46	124,29	37,25	17,85	5,58	1,77	12,05	8,37
Um ou mais idosos com ou sem crianças	16,73	11,27	5,47	80,13	74,03	0,02	1,98	4,10	6,07
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	105,29	61,34	43,95	119,70	105,01	0,57	4,20	9,93	10,52
Décimos de rendimento									
1°	10,39	7,16	3,23	5,39	1,47	2,60	0,38	0,94	0,22
2°	20,71	14,25	6,47	9,16	4,46	2,03	1,04	1,63	0,52
3°	30,70	20,35	10,35	12,48	7,77	1,28	1,26	2,17	0,65
4°	41,30	27,14	14,16	15,16	10,51	0,87	1,40	2,39	0,92
5°	52,81	34,05	18,75	18,76	13,90	0,55	1,62	2,69	1,16
6°	62,96	39,38	23,58	26,43	20,80	0,33	1,90	3,40	1,77
7°	79,12	49,95	29,17	29,59	23,91	0,21	1,62	3,84	1,84
8°	103,26	62,92	40,35	36,28	30,63	0,12	0,91	4,63	3,27
9°	150,49	90,72	59,78	51,59	44,91	0,04	0,58	6,06	5,33
10°	387,95	252,38	135,57	134,19	114,35	0,03	0,14	19,66	25,77

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

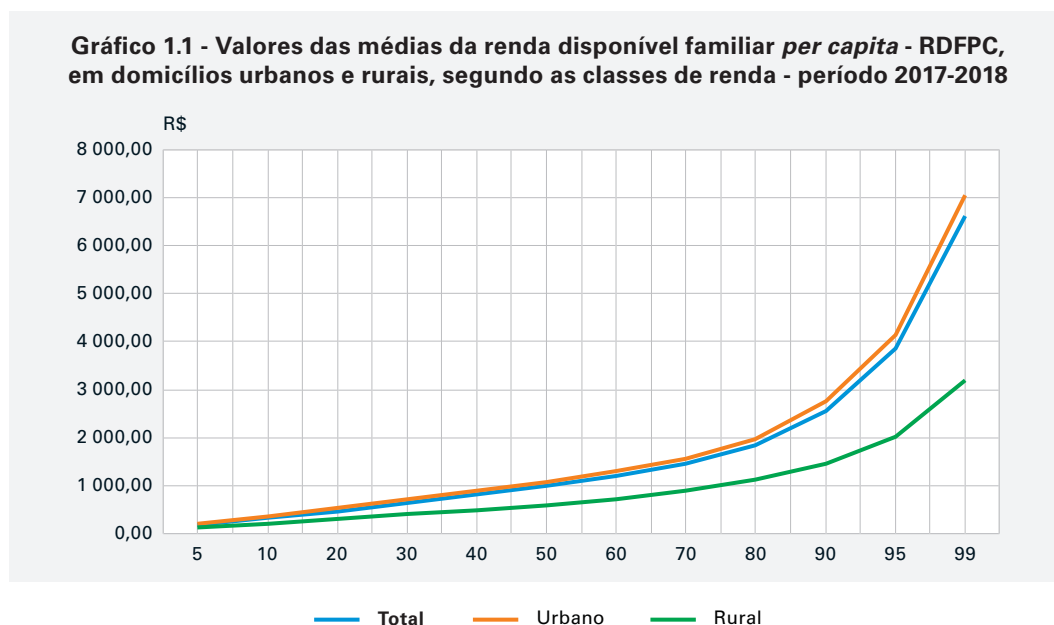
Na Tabela 1.2 é possível comparar elementos de uma mesma linha facilmente e, assim, investigar a composição da renda líquida de cada subgrupo e da população como um todo. No Brasil, a média da renda líquida do trabalho (familiar *per capita*) é R\$ 939,70. Dessa média, R\$ 598,28 (63,7%) é atribuída aos homens. As mulheres se apropriam de apenas R\$ 341,42 ou 36,3% dos rendimentos do trabalho. Estes números refletem as diferenças nas remunerações e nas taxas de participação no mercado de trabalho de homens e mulheres. Este número pode ser interpretado como o efeito conjunto destas duas forças: remuneração e participação. É mais difícil separar os dois efeitos sem uma análise econométrica cuidadosa. Segundo a teoria econômica, a remuneração é um dos fatores determinantes da participação no mercado de trabalho, e grandes mudanças na taxa de participação podem afetar a remuneração dependendo da estrutura do mercado. Além disso, o mercado pode acabar por selecionar pessoas com características específicas e diferentes das demais. A simultaneidade e a seleção precisam ser tratadas em análises econométricas cuidadosas quando se pretende identificar e separar as contribuições da remuneração e da participação (CAHUC; CARCILLO; ZYLBERBERG, 2014; WOOLDRIDGE, 2010). Esta tarefa não será abordada neste trabalho por três motivos: (i) de fato, a contribuição das mulheres para a renda da família é o resultado do efeito conjunto (remuneração x participação); (ii) olhar só para o diferencial de salários ou só para o diferencial de participação pode levar a uma análise inadequada do efeito conjunto; (iii) a identificação dos dois feitos nos levaria a percorrer um longo caminho que nos desviaria do tema.

Taxas de apropriação semelhantes são encontradas em quase todos os subgrupos listados, mas não todos. As mulheres se apropriam de parcelas bem menores nos subgrupos representados pelas linhas área rural R\$ 14,93 (ou 24,1% de R\$ 61,91), homem R\$ 164,56 (ou 25,8% de R\$ 639,00) e empregador R\$ 29,23 (ou 25,3% de R\$ 115,39). As mulheres se apropriam de uma parcela maior dos rendimentos do trabalho só em três subgrupos onde a presença de mulheres é marcante. Estes subgrupos são representados pelas linhas mulher R\$ 176,86 (ou 58,8% de R\$ 300,70), um adulto com ao menos uma criança R\$ 9,97 (ou 82,5% de R\$ 12,09) e empregado doméstico R\$ 15,40 (ou 56,20% de R\$ 27,38)⁵.

A renda líquida familiar *per capita* de transferências também é apresentada na Tabela 1.2, sendo o valor médio transferido R\$ 339,02. Dessa média, R\$ 272,71 (80,4%) são aposentadorias e pensões públicas e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; R\$ 8,05 (2,4%) são Bolsa Família; R\$ 10,86 (3,2%) são Benefício de Prestação Continuada - BPC; R\$ 47,40 (14,0%) são outras transferências. A composição das transferências muda bastante entre os décimos de renda. O primeiro décimo contribui com apenas R\$ 5,39 para a média das transferências. Deste valor, R\$ 1,47 (ou 27,3%) são aposentadorias e pensões públicas e do INSS; R\$ 2,6 (48,2%) são Bolsa Família; e R\$ 0,38 (ou 7,1%) são BPC. O segundo décimo contribui com R\$ 9,16 para a média das transferências. Deste valor, R\$ 4,46 (48,7%) são aposentadorias e pensões públicas e do INSS; R\$ 2,03 (22,2%) são Bolsa Família; e R\$ 1,04 (11,3%) são BPC. O terceiro décimo contribui com R\$ 12,48 para a média das transferências. Deste valor, R\$ 7,77 (62,3%) são aposentadorias e pensões públicas e do INSS; R\$ 1,28 (10,2%) são Bolsa Família; e R\$ 1,26 (10,1%) são BPC. O quarto décimo contribui com R\$ 15,16 para a média das transferências. Deste valor, R\$ 10,51 (69,3%) são aposentadorias e pensões públicas e do INSS; R\$ 0,87 (5,8%) são Bolsa Família; e R\$ 1,40 (9,2%) são BPC. Já o último décimo contribui com

⁵ É importante ressaltar que na linha homem está o subgrupo da população onde a pessoa de referência da família é homem. Neste subgrupo há homens e mulheres. Da mesma forma, na linha mulher está o subgrupo da população onde a pessoa de referência da família é mulher. Neste subgrupo, como no primeiro, também há homens e mulheres.

R\$ 134,19 para a média das transferências. Deste valor, R\$ 114,35 (85,2%) são aposentadorias e pensões públicas e do INSS; e R\$ 19,66 (14,7%) são outras transferências. Juntos, os quatro primeiros décimos concentram 12,4% das transferências; 8,9% das aposentadorias e pensões públicas e do INSS; 84,2% do Bolsa Família; e 37,6% do BPC.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Nota: Os limites superiores das classes são dados pelos respectivos percentis da RDFPC dos moradores em cada subgrupo e no Total. Neste gráfico, estão representados 99% dos moradores urbanos, rurais e do País como um todo.

Na Tabela 1.3, estão os valores médios da RDFPC dos subgrupos e das respectivas classes de renda. O limite superior de cada classe de renda foi definido pelo respectivo percentil. Dessa forma, na primeira classe estão os valores menores ou iguais ao percentil 5 do subgrupo. Na segunda classe estão os valores acima do percentil 5 e menores ou iguais ao percentil 10 do subgrupo. Na terceira classe estão os valores acima do percentil 10 e menores ou iguais ao percentil 20 do subgrupo. E assim por diante.

A Tabela 1.3 revela que os valores médios de cada classe (cada coluna) variam muito, mesmo na coluna 50. Obviamente, os valores também variam muito em uma mesma linha. Na linha Brasil temos o valor da média global do Brasil (R\$ 1 650,78) e os valores das médias de cada classe. Tais valores vão de R\$ 168,89 na primeira classe até R\$ 6 607,76 e R\$ 17 303,11 na penúltima e última classes, respectivamente. Os valores variam muito em todos os subgrupos (todas as linhas), mesmo naqueles onde os valores de rendas são relativamente mais baixos. Por exemplo, na linha rural a média global é R\$ 919,42, o valor da primeira classe é R\$ 112,94, o valor da penúltima classe é R\$ 3 189,82 e da última classe é R\$ 7 857,92. A variabilidade dos rendimentos no Brasil como um todo, nas áreas urbanas e rurais, também pode ser vista no Gráfico 1.1.

Ainda na Tabela 1.3, podemos afirmar que, alguns subgrupos apresentam renda relativamente baixa independente do recorte utilizado. Ou seja, para qualquer coluna selecionada da Tabela 1.3, a linha do subgrupo apresenta um valor inferior ao da linha Brasil. Isto ocorre, por exemplo, nas linhas rural, Norte, Nordeste, pretos e pardos, sem instrução, um adulto com ao menos uma criança e empregado doméstico. Este ponto pode ser explorado diretamente com os números da tabela ou com um gráfico. O Grá-

fico 1.1 reproduz as informações das três primeiras linhas da Tabela 1.3. Nele, a curva dos rendimentos da área rural está sempre abaixo da curva associada ao Brasil. Nesse sentido, os rendimentos da área rural são sempre menores do que os rendimentos do Brasil como um todo para qualquer recorte da distribuição (qualquer classe). Os rendimentos de outros subgrupos apresentam comportamento semelhante, como, por exemplo, aqueles associados às linhas Norte, Nordeste, pretos e pardos, sem instrução, um adulto com ao menos uma criança e empregado doméstico.

Tabela 1.3 - Valores médios da renda disponível familiar *per capita* mensal, por condicionantes, subgrupos e classes de renda - período 2017-2018

(continua)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Valores médios da renda disponível familiar <i>per capita</i> mensal (R\$)						
	Média de cada subgrupo	Média de cada classe de renda em cada subgrupo (1)					
		5	10	20	30	40	50
Localização geográfica do domicílio							
Brasil	1 650,78	168,96	320,32	463,22	636,66	808,40	995,03
Urbano	1 777,26	194,11	363,47	522,80	710,78	885,91	1 079,72
Rural	919,42	112,94	205,49	294,61	393,90	492,63	596,04
Grandes Regiões							
Norte	938,06	72,39	163,12	246,66	355,43	463,82	578,65
Nordeste	1 077,85	140,41	245,89	338,53	445,30	550,06	669,94
Sudeste	2 003,22	261,15	460,43	645,04	837,23	1 017,71	1 209,78
Sul	1 957,12	271,30	488,35	676,72	899,21	1 115,10	1 323,98
Centro-Oeste	1 975,74	290,52	479,27	636,56	821,66	994,36	1 190,44
Pessoa de referência							
Composição demográfica							
Até 24 anos	947,76	87,34	197,83	311,09	426,94	543,87	654,63
25 a 49 anos	1 414,10	156,29	285,74	408,32	557,89	713,28	873,91
50 a 64 anos	1 922,91	197,16	366,89	530,59	724,38	926,07	1 138,84
65 anos ou mais	2 085,01	270,53	513,97	688,88	875,60	1 072,73	1 262,13
Cor ou raça							
Brancos	2 241,80	245,82	443,77	645,12	872,44	1 093,38	1 322,97
Pretos e pardos	1 206,76	141,98	274,22	392,31	533,02	669,99	814,60
Sexo							
Homem	1 739,30	174,27	332,46	483,55	666,87	848,85	1 045,19
Mulher	1 519,38	163,01	303,76	437,72	597,38	755,87	921,88
Nível de instrução							
Sem instrução	883,60	78,83	222,08	321,69	436,93	546,21	665,52
Ensino fundamental incompleto	1 076,58	143,16	270,05	381,05	515,94	650,85	792,89
Ensino fundamental completo	1 263,86	169,63	327,03	448,75	603,89	744,94	901,11
Ensino médio incompleto	1 131,55	163,12	291,66	420,11	541,47	669,53	812,40
Ensino médio completo	1 592,57	218,15	394,46	572,03	761,51	929,24	1 104,33
Ensino superior incompleto	2 199,78	288,53	563,18	769,32	1 040,59	1 237,88	1 458,03
Ensino superior completo	4 004,77	507,59	888,45	1 207,15	1 623,08	2 017,00	2 469,16

Tabela 1.3 - Valores médios da renda disponível familiar *per capita* mensal, por condicionantes, subgrupos e classes de renda - período 2017-2018

(continuação)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Valores médios da renda disponível familiar <i>per capita</i> mensal (R\$)						
	Média de cada subgrupo	Média de cada classe de renda em cada subgrupo (1)					
		5	10	20	30	40	50
Ocupação e formalização							
Empregado doméstico	945,23	149,24	269,03	371,84	475,35	582,52	707,26
Empregado com carteira	1 637,08	296,55	480,60	633,99	803,62	964,11	1 134,95
Empregado sem carteira	1 211,24	140,16	255,76	349,77	463,48	588,59	718,34
Militar e empregado do setor público	2 604,76	321,32	523,57	749,66	1 010,00	1 280,84	1 584,66
Conta própria	1 373,30	154,94	273,85	391,27	546,65	695,63	863,31
Empregador	4 236,71	388,42	702,73	993,83	1 296,50	1 614,14	2 019,74
Fora da força de trabalho e outros casos	1 513,47	125,78	275,23	409,49	578,16	748,27	932,25
Composição da família							
Um adulto sem criança	3 099,49	326,38	665,64	975,85	1 279,95	1 533,67	1 838,38
Um adulto com ao menos uma criança	1 080,75	137,63	222,19	320,94	460,84	584,17	706,13
Mais de um adulto sem criança	2 054,43	251,77	450,15	635,94	845,42	1 063,03	1 275,97
Mais de um adulto com ao menos uma criança	1 189,45	132,66	253,74	359,49	483,62	610,99	753,75
Um ou mais idosos com ou sem crianças	2 980,23	577,15	961,70	1 149,75	1 304,04	1 462,30	1 665,87
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	1 701,10	244,54	447,70	605,67	769,88	920,36	1 091,82
Condicionantes e subgrupos selecionados	Valores médios da renda disponível familiar <i>per capita</i> mensal (R\$)						
	Média de cada classe de renda em cada subgrupo (1)						
	60	70	80	90	95	99	100
Localização geográfica do domicílio							
Brasil	1 204,58	1 460,68	1 836,59	2 564,26	3 850,04	6 607,76	17 303,11
Urbano	1 295,25	1 565,36	1 967,84	2 753,08	4 131,70	7 048,31	18 307,88
Rural	719,01	891,87	1 124,08	1 459,67	2 005,38	3 189,82	7 857,92
Grandes Regiões							
Norte	706,25	871,08	1 097,72	1 510,92	2 156,78	3 511,43	9 607,75
Nordeste	807,74	991,67	1 223,49	1 642,54	2 409,14	4 205,92	10 323,58
Sudeste	1 429,60	1 712,36	2 154,10	3 033,81	4 618,89	7 915,50	21 637,33
Sul	1 555,54	1 865,08	2 317,64	3 062,93	4 246,59	6 814,20	15 374,85
Centro-Oeste	1 407,47	1 675,99	2 098,10	2 980,15	4 972,78	8 268,42	17 998,86
Pessoa de referência							
Composição demográfica							
Até 24 anos	799,37	971,76	1 183,49	1 532,58	2 100,44	3 165,47	6 359,77
25 a 49 anos	1 063,37	1 296,27	1 621,31	2 225,70	3 251,53	5 416,13	13 774,28
50 a 64 anos	1 366,93	1 667,76	2 105,62	2 992,07	4 632,71	7 737,46	20 931,37
65 anos ou mais	1 473,25	1 769,48	2 266,45	3 152,03	4 788,50	8 541,60	20 950,63

Tabela 1.3 - Valores médios da renda disponível familiar *per capita* mensal, por condicionantes, subgrupos e classes de renda - período 2017-2018

(conclusão)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Valores médios da renda disponível familiar <i>per capita</i> mensal (R\$)						
	Média de cada classe de renda em cada subgrupo (1)						
	60	70	80	90	95	99	100
Cor ou raça							
Brancos	1 578,81	1 922,54	2 483,18	3 532,04	5 378,71	8 988,07	23 414,51
Pretos e pardos	982,24	1 178,54	1 440,24	1 897,45	2 639,65	4 151,62	9 734,79
Sexo							
Homem	1 255,84	1 517,43	1 903,18	2 676,68	4 033,50	6 986,30	19 346,62
Mulher	1 128,69	1 374,03	1 736,28	2 403,38	3 573,56	6 048,83	14 033,22
Nível de instrução							
Sem instrução	794,32	950,48	1 147,07	1 412,69	1 779,95	2 489,09	5 506,50
Ensino fundamental incompleto	952,06	1 142,05	1 375,88	1 741,35	2 258,04	3 128,55	6 314,38
Ensino fundamental completo	1 107,59	1 307,99	1 529,33	1 953,39	2 726,11	3 956,17	8 727,13
Ensino médio incompleto	964,38	1 148,93	1 400,33	1 767,58	2 357,74	3 541,89	8 557,55
Ensino médio completo	1 308,74	1 548,28	1 875,15	2 458,09	3 362,02	4 977,85	14 086,37
Ensino superior incompleto	1 731,16	2 169,84	2 782,96	3 695,74	5 092,66	7 180,90	13 031,22
Ensino superior completo	2 987,46	3 748,18	4 868,72	6 658,92	9 429,38	14 146,62	34 127,19
Ocupação e formalização							
Empregado doméstico	844,61	1 003,04	1 228,67	1 533,13	1 942,86	2 740,89	4 362,81
Empregado com carteira	1 320,13	1 549,65	1 884,25	2 503,99	3 529,32	5 603,13	11 972,83
Empregado sem carteira	859,12	1 029,52	1 304,44	1 789,57	2 656,42	5 110,81	14 578,15
Militar e empregado do setor público	1 923,23	2 400,87	3 129,10	4 420,85	6 585,73	10 066,06	18 649,06
Conta própria	1 066,19	1 299,51	1 619,57	2 175,38	3 079,94	5 115,43	12 885,87
Empregador	2 545,80	3 271,81	4 372,50	6 594,67	10 144,41	21 195,57	61 774,34
Fora da força de trabalho e outros casos	1 140,73	1 372,52	1 718,27	2 393,45	3 552,45	6 000,03	14 676,42
Composição da família							
Um adulto sem criança	2 195,18	2 650,75	3 477,17	5 059,91	7 478,86	12 134,75	29 371,14
Um adulto com ao menos uma criança	841,51	1 014,78	1 234,92	1 650,04	2 289,98	4 132,34	10 662,22
Mais de um adulto sem criança	1 528,16	1 837,56	2 310,32	3 211,76	4 758,04	7 726,82	20 500,34
Mais de um adulto com ao menos uma criança	910,64	1 103,65	1 361,50	1 815,15	2 632,67	4 495,18	11 974,37
Um ou mais idosos com ou sem crianças	1 982,93	2 452,76	3 179,00	4 670,02	7 259,57	12 328,35	26 412,46
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	1 290,81	1 550,48	1 911,92	2 606,33	3 698,86	6 224,89	15 864,57

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

(1) O limite superior de cada classe de renda é dado pelo respectivo percentil da distribuição da RDFPC dos moradores em cada subgrupo.

Na Tabela 1.4 estão duas medidas de desigualdade e três medidas de pobreza baseadas na RDFPC. As medidas de desigualdade são o índice de Gini e de entropia generalizada com parâmetro 2, EG(2). O índice de Gini é uma das medidas mais utilizadas em estudos de desigualdade e pode ser empregado na presença de valores iguais a zero ou negativos. Infelizmente, o índice de Gini não é decomponível por subgrupo. Por sua vez, o índice de EG(2) é decomponível e pode ser empregado nas mesmas condições. Tal índice de desigualdade pode ser escrito como a metade do quadrado do coeficiente de variação ($EG(2)=(1/2)CV^2$). O índice de Gini e o EG(2) foram calculados segundo as fórmulas apresentadas por Hoffmann (1998) e Cowell (2000,2011), que incluem o uso dos pesos amostrais. A contribuição relativa da desigualdade dentro de um grupo para desigualdade total é representada na sexta coluna da tabela (contribuição relativa para desigualdade: $(1/2)CV^2$). Tal contribuição é calculada em função do índice EG(2), da proporção da população e da razão das médias apresentadas nas colunas anteriores.

Tabela 1.4 - Decomposição da desigualdade e pobreza, segundo a renda disponível familiar *per capita* e os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continua)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Desigualdade					Pobreza			
	Índice de Gini	EG(2) = (1/2)CV ² (1)	Proporção da população	Razão das médias	Contribuição relativa para desigualdade EG(2) (1)	Proporção de pessoas com menos de \$1,90/dia (PPC) (2)	Proporção de pessoas com menos de \$5,50/dia (PPC) (2)	Índice de Watts (\$1,90 e \$5,50)	Contribuição relativa para a pobreza (Watts)
Localização geográfica do domicílio									
Brasil	0,483	1,069	1,000	1,000	1,000	0,014	0,121	0,050	1,000
Urbano	0,476	1,031	0,853	1,077	0,953	0,011	0,096	0,039	0,654
Rural	0,439	0,724	0,147	0,557	0,031	0,033	0,268	0,118	0,346
Grandes Regiões									
Norte	0,480	1,075	0,086	0,568	0,028	0,058	0,300	0,154	0,261
Nordeste	0,459	0,888	0,273	0,653	0,097	0,022	0,220	0,089	0,479
Sudeste	0,469	1,116	0,422	1,213	0,649	0,004	0,057	0,021	0,178
Sul	0,421	0,566	0,143	1,186	0,106	0,009	0,050	0,020	0,057
Centro-Oeste	0,467	0,827	0,077	1,197	0,085	0,005	0,049	0,016	0,025
Pessoa de referência									
Composição demográfica									
Até 24 anos	0,419	0,450	0,031	0,574	0,004	0,042	0,237	0,114	0,070
25 a 49 anos	0,469	0,846	0,525	0,857	0,305	0,017	0,151	0,063	0,657
50 a 64 anos	0,491	1,255	0,289	1,165	0,460	0,010	0,093	0,037	0,213
65 anos ou mais	0,465	0,925	0,155	1,263	0,214	0,007	0,047	0,020	0,061
Cor ou raça									
Branços	0,485	1,062	0,414	1,358	0,759	0,007	0,064	0,025	0,207
Pretos e pardos	0,430	0,598	0,572	0,731	0,171	0,019	0,163	0,069	0,778
Outros	0,535	0,988	0,014	1,387	0,025	0,021	0,118	0,053	0,015
Sexo									
Homem	0,488	1,215	0,597	1,054	0,754	0,013	0,112	0,046	0,550
Mulher	0,473	0,766	0,403	0,920	0,244	0,016	0,135	0,056	0,450
Nível de instrução									
Sem instrução	0,381	0,471	0,070	0,535	0,009	0,035	0,231	0,102	0,143
Ensino fundamental incompleto	0,386	0,403	0,368	0,652	0,059	0,020	0,172	0,072	0,523
Ensino fundamental completo	0,397	0,470	0,088	0,766	0,023	0,014	0,123	0,049	0,086
Ensino médio incompleto	0,395	0,447	0,050	0,685	0,010	0,015	0,136	0,060	0,060
Ensino médio completo	0,411	0,713	0,253	0,965	0,157	0,008	0,081	0,032	0,162
Ensino superior incompleto	0,412	0,416	0,033	1,333	0,023	0,004	0,043	0,018	0,012
Ensino superior completo	0,456	0,737	0,137	2,426	0,555	0,003	0,012	0,005	0,015

Tabela 1.4 - Decomposição da desigualdade e pobreza, segundo a renda disponível familiar per capita e os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(conclusão)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Desigualdade					Pobreza			
	Índice de Gini	EG(2) = (1/2)CV ² (1)	Proporção da população	Razão das médias	Contribuição relativa para desigualdade EG(2) (1)	Proporção de pessoas com menos de \$1,90/dia (PPC) (2)	Proporção de pessoas com menos de \$5,50/dia (PPC) (2)	Índice de Watts (\$1,90 e \$5,50)	Contribuição relativa para a pobreza (Watts)
Ocupação e formalização									
Empregado doméstico	0,366	0,274	0,055	0,573	0,005	0,016	0,186	0,073	0,079
Empregado com carteira	0,399	0,499	0,234	0,992	0,107	0,003	0,046	0,016	0,074
Empregado sem carteira	0,489	1,115	0,078	0,734	0,044	0,018	0,206	0,081	0,126
Militar e empregado do setor público	0,465	0,573	0,091	1,578	0,121	0,002	0,043	0,013	0,024
Conta própria	0,462	0,746	0,222	0,832	0,107	0,017	0,162	0,068	0,299
Empregador	0,557	1,669	0,035	2,566	0,360	0,004	0,021	0,009	0,007
Fora da força de trabalho e outros casos	0,481	0,852	0,284	0,917	0,190	0,026	0,152	0,070	0,392
Composição da família									
Um adulto sem criança	0,472	1,370	0,031	1,878	0,138	0,007	0,029	0,015	0,009
Um adulto com ao menos uma criança	0,452	0,803	0,024	0,655	0,008	0,024	0,218	0,100	0,048
Mais de um adulto sem criança	0,462	0,910	0,277	1,245	0,365	0,006	0,060	0,024	0,131
Mais de um adulto com ao menos uma criança	0,461	0,913	0,454	0,721	0,201	0,023	0,192	0,081	0,725
Um ou mais idosos com ou sem crianças	0,452	0,751	0,044	1,805	0,101	0,003	0,010	0,007	0,006
Um ou mais idosos, com ou sem crianças	0,436	0,807	0,170	1,030	0,136	0,008	0,062	0,024	0,082

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

(1) EG(2) = EG(2) representa entropia generalizada com parâmetro 2. Seu valor é igual a metade do quadrado do é coeficiente de variação, CV. (2) PPC = Paridade do poder de compra.

Quando estratificamos a sociedade por área urbana e rural, conclui-se que a desigualdade existente dentro da área urbana (1,031) contribui com 95,3% de toda desigualdade estimada. Quando estratificamos a sociedade por Grandes Regiões, conclui-se que a desigualdade existente dentro do Sudeste (1,116) contribui com 64,9% de toda a desigualdade. Quando estratificamos pela cor, verifica-se que a desigualdade existente dentro do subgrupo da população onde a pessoa de referência da família é branca (1,062) contribui com 75,9% de toda a desigualdade. Quando a estratificação é feita por sexo, fica claro que a desigualdade existente dentro do subgrupo da população onde a pessoa de referência da família é homem (1,215) contribui com 75,4% de toda a desigualdade. Quando a estratificação é feita por nível de instrução, conclui-se que a desigualdade existente dentro do subgrupo da

população onde a pessoa de referência da família tem ensino superior completo (0,737) contribui com 55,5% de toda a desigualdade.

Nas quatro últimas colunas da Tabela 1.4, estão as três medidas de pobreza e uma decomposição⁶. As medidas de pobreza foram calculadas com base nas linhas de \$ 1,90/dia e \$ 5,50/dia, adotadas no monitoramento dos ODS e convertidas pela paridade do poder de compra (ppc) de 2011. As linhas foram deflacionadas para a data de 15 janeiro de 2018. Os três índices empregados são a proporção de pessoas abaixo da linha de \$ 1,90/dia, a proporção de pessoas abaixo da linha de \$ 5,50/dia, e um índice de Watts que utiliza as informações das duas linhas. Tal índice é descrito em detalhe na seção Notas técnicas, mas cabe mencionar que é diferente dos demais ao avaliar a pobreza de cada pessoa de forma gradual em função da RDFPC. Neste índice, pessoas vivendo próximas a linha de \$ 5,50/dia tem grau relativamente pequeno de pobreza (próximo de zero); e pessoas vivendo próximas da linha de \$ 1,90/dia tem grau relativamente elevado de pobreza (próximos de um)

Para o Brasil, a proporção de pessoas abaixo de linha de \$ 1,90/dia é um contingente reduzido de 0,014 (ou 1,4% da população). Quando a linha de pobreza de \$ 5,50/dia é adotada, o nível de pobreza aumenta para 0,121 (ou 12,1% da população). Desta forma, os resultados obtidos são sensíveis à linha adotada. Isto ocorre porque o valor da linha maior é quase três vezes o valor da linha menor, (\$ 5,50/\$ 1,90 ≈ 2,9). O índice de Watts resolve, em certa medida, este dilema ao combinar as informações das duas linhas e usar uma escala gradativa de pobreza. Para o Brasil como um todo, o valor do índice de Watts é 0,050. Um valor intermediário entre aquele obtido com a linha de \$ 1,90/dia e \$ 5,50/dia, como esperado.

Como o índice de Watts é decomponível e sensível à desigualdade de renda dos pobres, o exercício de decomposição da pobreza é realizado apenas para este índice. Quando estratificamos a sociedade por área urbana e rural, conclui-se que apesar da área rural ter apenas 14,7% da população, ela contribui com 34,6% de toda a pobreza estimada. Quando estratificamos por Grandes Regiões, fica claro que apesar da Região Norte ter apenas 8,6% da população, ela contribui com 26,1% de toda a pobreza estimada. Estes fatos mostram a capacidade do índice de identificar as pessoas mais pobres e dar um peso mais adequado para elas no total da pobreza estimada. Sendo assim, este índice pode contribuir mais para alocação de recursos no combate à pobreza do que as outras duas medidas apresentadas.

Continuando a análise da decomposição da pobreza, quando estratificamos pela cor, verifica-se que o subgrupo da população onde a pessoa de referência da família é preta ou parda contribui com 77,8% de toda a pobreza. Quando estratificamos por nível de instrução, conclui-se que os subgrupos da população onde a pessoa de referência da família tem o ensino fundamental incompleto, ou é sem instrução contribuem, juntos, com 66,5% de toda a pobreza. Quando estratificamos por ocupação, conclui-se que os subgrupos da população onde a pessoa de referência da família é empregado sem carteira, conta própria ou não ocupado contribuem, juntos, com 81,7% de toda a pobreza.

⁶ Para informações mais detalhadas sobre índices de pobreza, consultar as publicações de Oliveira (2010), Sen e Foster (1997), Chakravarty (2009) e Lemmi e Betti (2006). Para uma avaliação alternativa da pobreza baseada no consumo e nos dados da POF 2002-2003 e POF 2008-2009, consultar as publicações de Oliveira e outros (2016), Oliveira e outros (2017) e o *Mapa de pobreza e desigualdade* (2008). Consultar também Rocha (2006) para uma definição alternativa de linha de pobreza.

Dimensão 2 - Moradia

A dimensão dois aborda um tema de extrema relevância para a qualidade de vida das pessoas, a moradia. Viver em uma moradia com condições apropriadas que traga segurança, conforto, privacidade e com acesso a serviços básicos impacta positivamente na saúde física e mental, no relacionamento interpessoal e no desenvolvimento das crianças (OECD..., [2020]). O acesso de todos à habitação segura, adequada e a um preço acessível é um dos pilares da meta 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) dos ODS da ONU. Segundo o *World cities report 2016* (URBANIZATION..., 2016), a habitação trata de graus de exclusão ou inclusão na vida coletiva e cívica que, juntamente com as condições socioeconômicas, são a essência da dinâmica urbana. (DÉFICIT..., 2018) apontam que as demandas habitacionais brasileiras devem considerar a diversidade social e cultural brasileira, pois são múltiplas nos diferentes estratos sociais e variam e se transformam com a própria dinâmica da sociedade.

Dentro do contexto da publicação do perfil das despesas, as categorias selecionadas para a dimensão moradia diferem do grupo de despesa da habitação presente em outras publicações da POF, como os Primeiros Resultados 2017-2018 (PESQUISA..., 2019). Neste trabalho, enfatizamos três subdimensões que refletem o valor de serviço do imóvel e que se enquadram mais com os aspectos destacados pela ONU e a OCDE em relação à segurança, conforto e privacidade. Todas as categorias serão analisadas de acordo com os condicionantes selecionados definidos anteriormente na seção Notas técnicas da presente publicação. O primeiro enfoque são as despesas relacionadas diretamente ao custo de viver naquele domicílio: aluguel; condomínio; aluguel estimado; e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR. Já para a subdimensão estrutura do domicílio, foram considerados aspectos do domicílio em relação ao tipo de parede, telhado, piso e banheiro, além dos indicadores de densidade domiciliar e inadequabilidade do domicílio. As avaliações subjetivas sobre a moradia tratam da situação de risco do domicílio em relação aos problemas ambientais e de violência e de que forma as famílias se distribuem conforme o padrão de moradia classificando-os em bom, satisfatório ou ruim.

Despesa média *per capita*

A Tabela 2.1 apresenta as despesas médias *per capita* dos serviços selecionados para a análise da dimensão moradia, de acordo com os condicionantes definidos. No Brasil, gasta-se em média, por pessoa, R\$ 264,66 com moradia. Em referência a localidade do domicílio, tem-se que a despesa *per capita* com moradia na área urbana é de R\$ 249,32, enquanto na área rural é de R\$ 15,34.

Tabela 2.1 - Despesa monetária e não monetária média *per capita* com moradia, por tipo de despesa, segundo condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continua)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> com moradia (R\$)				
	Total	Tipo de despesa			
		Aluguel	Aluguel estimado	Condomínio	IPTU ou ITR
Localização geográfica do domicílio					
Brasil	264,66	33,71	202,08	18,11	10,76
Urbano	249,32	33,14	187,67	18,02	10,49
Rural	15,34	0,57	14,41	0,09	0,27
Grandes Regiões					
Norte	12,31	0,98	10,88	0,15	0,30
Nordeste	37,61	4,59	30,29	2,04	0,68
Sudeste	152,72	21,09	112,01	12,69	6,93
Sul	41,39	4,21	33,00	2,18	2,00
Centro-Oeste	20,64	2,84	15,90	1,05	0,85
Pessoa de referência					
Composição demográfica					
Até 24 anos	4,72	1,93	2,48	0,15	0,15
25 a 49 anos	111,86	21,09	79,60	7,33	3,85
50 a 64 anos	88,66	7,18	71,67	5,97	3,84
65 anos ou mais	59,42	3,51	48,33	4,67	2,92
Cor ou raça					
Branços	156,72	17,84	118,10	13,53	7,25
Pretos e pardos	101,80	15,07	79,93	3,62	3,18
Sexo					
Homem	159,20	19,78	121,92	10,91	6,61
Mulher	105,46	13,93	80,16	7,21	4,15
Nível de instrução					
Sem instrução	9,09	0,66	8,08	0,12	0,23
Ensino fundamental incompleto	61,39	7,01	51,60	0,67	2,10
Ensino fundamental completo	18,59	2,50	14,97	0,49	0,62
Ensino médio incompleto	8,50	1,66	6,42	0,16	0,27
Ensino médio completo	63,65	9,57	48,46	2,97	2,66
Ensino superior incompleto	12,42	2,47	8,48	0,99	0,49
Ensino superior completo	91,01	9,85	64,07	12,71	4,39
Ocupação e formalização					
Empregado doméstico	8,50	1,82	6,31	0,10	0,27
Empregado com carteira	58,70	10,63	42,18	3,75	2,14
Empregado sem carteira	16,53	3,04	11,49	1,32	0,68
Militar e empregado do setor público	31,11	3,72	23,43	2,80	1,16
Conta própria	50,71	7,04	38,81	3,00	1,86
Empregador	20,14	1,80	15,06	2,26	1,02
Fora da força de trabalho e outros casos	78,96	5,65	64,81	4,89	3,62

Tabela 2.1 - Despesa monetária e não monetária média *per capita* com moradia, por tipo de despesa, segundo condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

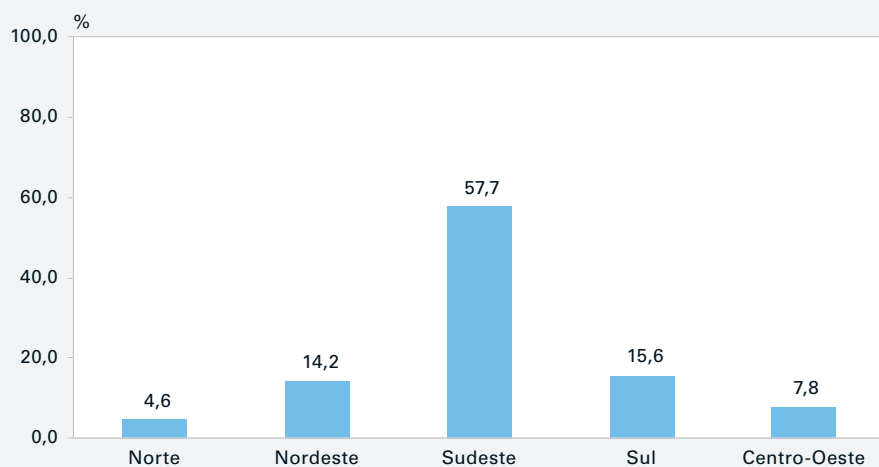
(conclusão)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> com moradia (R\$)				
	Total	Tipo de despesa			
		Aluguel	Aluguel estimado	Condomínio	IPTU ou ITR
Composição da família					
Um adulto sem criança	20,71	4,60	13,53	1,91	0,67
Um adulto com ao menos uma criança	4,82	1,32	3,08	0,29	0,13
Mais de um adulto sem criança	87,87	10,71	67,51	6,16	3,48
Mais de um adulto com ao menos uma criança	76,76	12,35	57,34	4,36	2,71
Um ou mais idosos com ou sem crianças	28,77	1,60	23,00	2,72	1,45
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	45,73	3,12	37,62	2,67	2,31
Décimos de rendimento					
1º	6,97	1,45	5,09	0,07	0,36
2º	8,61	1,49	6,82	0,05	0,26
3º	11,39	2,28	8,69	0,08	0,33
4º	13,68	2,34	10,78	0,14	0,43
5º	16,38	3,02	12,52	0,20	0,64
6º	19,37	3,29	15,09	0,37	0,62
7º	23,86	3,31	19,11	0,61	0,84
8º	29,23	3,43	23,61	1,02	1,17
9º	41,89	4,75	32,82	2,51	1,81
10º	93,29	8,35	67,56	13,07	4,31

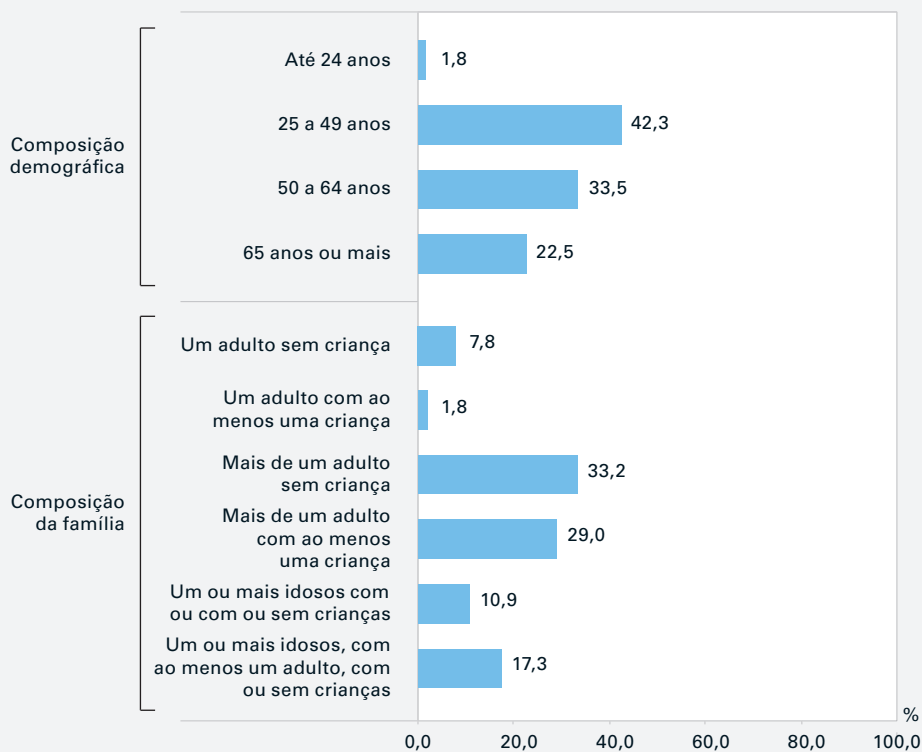
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Conforme apontado no Gráfico 2.1, a Região Sudeste concentra mais da metade das despesas em relação às outras Grandes Regiões (57,7%). A Região Sul tem participação de 15,6%, seguida da Região Nordeste, com 14,2%. A razão principal desta concentração é a despesa com o aluguel estimado, com despesa *per capita* de R\$ 112,01, enquanto os demais grupos somam R\$ 40,70.

Como pode-se notar no Gráfico 2.2, em relação à composição familiar, as famílias com mais de um adulto com e sem crianças foram as que tiveram maior despesa com moradia, com R\$ 87,88 (33,2%) e R\$ 76,77 (29,0%), respectivamente. Já as famílias com pessoas de referência com idade entre 25 e 49 anos, com R\$ 111,86 (42,3%), e as com idade entre 50 e 64 anos, com R\$ 88,66 (33,5%), foram as que apresentaram maior gasto *per capita*. Interessante salientar que famílias com idosos, analisando tanto pelo ciclo de vida quanto pela composição familiar, tem despesas mais baixas com aluguel estimado do que os mais jovens.

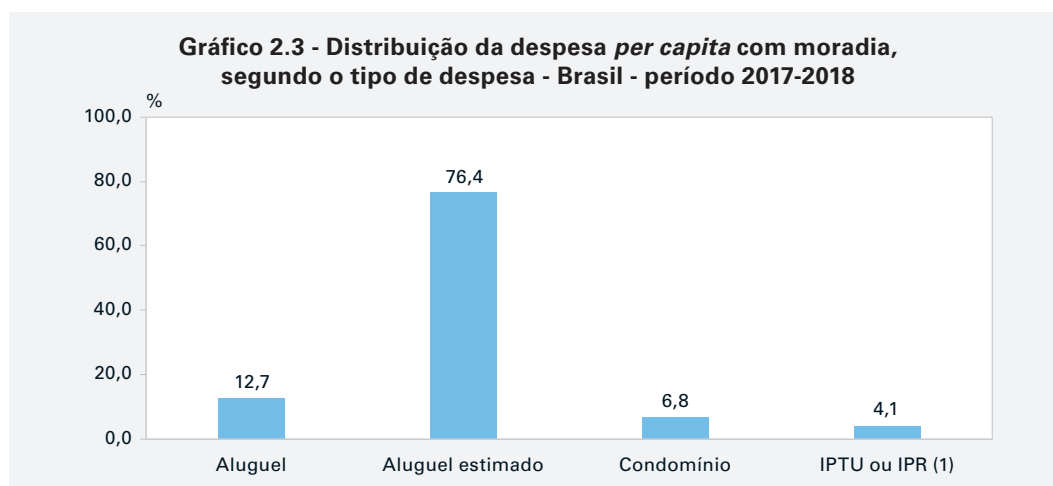
Gráfico 2.1 - Distribuição percentual da despesa média *per capita* com moradia, segundo as Grandes Regiões - período 2017-2018

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Gráfico 2.2 - Distribuição percentual da despesa média *per capita* com moradia, segundo composição demográfica e da família - Brasil - período 2017-2018

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Ao observar a composição da dimensão moradia, o componente que representa a maior parte das despesas é o aluguel estimado (R\$ 202,08), que é o valor sugerido de aluguel, segundo opinião do próprio informante, para os domicílios cuja condição de ocupação seja diferente de alugado, ou seja, é o valor que o informante que vive em domicílios próprios (já quitado ou ainda pagando), cedidos ou qualquer outra situação pagaria caso o domicílio fosse alugado (PESQUISA..., 2017). A partir do Gráfico 2.3 é possível observar a diferença de participação entre as categorias da Dimensão 2, sobre o total de despesa com moradia. Conforme citado, o aluguel estimado representa boa parte deste total, com 76,4%, seguido do aluguel, com 12,7%, condomínio, com 6,8%, e IPTU ou ITR, com 4,1%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Estrutura do domicílio

O segundo aspecto que compõe a dimensão moradia são algumas características físicas do domicílio e a avaliação subjetiva quanto a situação de risco, conforme os condicionantes selecionados.

O principal objetivo deste tópico é identificar a quantidade de pessoas que residem em domicílios com características adequadas ou não de moradia. Deste modo, a Tabela 2.2 apresenta a proporção de moradores em domicílios segundo sua estrutura em relação à parede, piso, telhado e exclusividade ou não de banheiro.

Observa-se que 91,4% das pessoas no Brasil residem em domicílios com paredes externas com material predominante de alvenaria, taipa com revestimento ou madeira apropriada para construção. Entretanto, em relação ao material que predomina na cobertura do domicílio, a proporção de pessoas com telhado com laje de concreto ou madeira apropriada, que dão mais segurança ao domicílio, é de apenas 30,6% da população brasileira, sendo 29,3% na área urbana e somente 1,2% na área rural.

Domicílios com piso predominante de cerâmica, lajota ou pedra; ou madeira apropriada abrigam 82,6% dos residentes no Brasil. Para 96,8% das pessoas o domicílio em que residem tem banheiro para uso exclusivo, 0,4% compartilham banheiro com um ou mais domicílios e 2,8% não tem banheiro exclusivo ou utilizam buraco para dejeções. Embora percentualmente este número seja baixo, ele equivale a mais de 5 milhões e 700 mil pessoas que não têm acesso a um banheiro, sendo quase todos estes casos referentes às Regiões Nordeste e Norte.

Tabela 2.2 - Proporção de pessoas das famílias residentes, por estrutura do domicílio, segundo condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continua)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes, por estrutura do domicílio (%)					
	Parede			Telhado		
	Com revestimento ou madeira apropriada	Sem revestimento ou madeira aproveitada	Outro material	Telha com laje ou madeira apropriada	Telha sem laje ou somente laje de concreto	Zinco, alumínio, chapa metálica ou outro material
Localização geográfica do domicílio						
Brasil	91,4	8,4	0,1	30,6	67,5	2,0
Urbano	78,9	6,2	0,1	29,3	54,6	1,4
Rural	12,5	2,2	0,0	1,2	12,9	0,6
Grandes Regiões						
Norte	7,4	1,2	0,0	0,7	7,2	0,7
Nordeste	24,2	3,0	0,0	3,9	23,1	0,3
Sudeste	39,4	2,8	0,0	20,6	21,4	0,2
Sul	13,5	0,8	0,0	3,7	10,0	0,6
Centro-Oeste	7,0	0,7	0,0	1,7	5,9	0,1
Pessoa de referência						
Composição demográfica						
Até 24 anos	2,8	0,3	0,0	0,7	2,3	0,1
25 a 49 anos	47,3	5,1	0,1	15,1	36,3	1,1
50 a 64 anos	26,8	2,1	0,0	9,8	18,6	0,6
65 anos ou mais	14,5	1,0	0,0	5,0	10,2	0,3
Cor ou raça						
Branços	39,3	2,1	0,0	15,9	24,8	0,7
Pretos e pardos	50,9	6,2	0,1	14,2	41,7	1,2
Sexo						
Homem	54,8	4,9	0,1	18,9	39,7	1,1
Mulher	36,7	3,5	0,0	11,6	27,8	0,9
Nível de instrução						
Sem instrução	6,0	1,0	0,0	0,8	6,0	0,2
Ensino fundamental incompleto	32,6	4,1	0,0	8,7	27,2	0,9
Ensino fundamental completo	8,1	0,7	0,0	2,7	5,9	0,2
Ensino médio incompleto	4,5	0,5	0,0	1,3	3,6	0,1
Ensino médio completo	23,6	1,7	0,0	9,4	15,5	0,4
Ensino superior incompleto	3,2	0,1	0,0	1,4	1,9	0,0
Ensino superior completo	13,4	0,3	0,0	6,2	7,4	0,1

Tabela 2.2 - Proporção de pessoas das famílias residentes, por estrutura do domicílio, segundo condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continuação)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes, por estrutura do domicílio (%)					
	Parede			Telhado		
	Com revestimento ou madeira apropriada	Sem revestimento ou madeira aproveitada	Outro material	Telha com laje ou madeira apropriada	Telha sem laje ou somente laje de concreto	Zinco, alumínio, chapa metálica ou outro material
Ocupação e formalização						
Empregado doméstico	4,9	0,6	0,0	1,4	4,0	0,1
Empregado com carteira	21,7	1,7	0,0	8,5	14,6	0,3
Empregado sem carteira	7,0	0,9	0,0	1,7	6,0	0,1
Militar e empregado do setor público	8,6	0,5	0,0	3,2	5,8	0,2
Conta própria	20,1	2,1	0,0	5,9	15,7	0,6
Empregador	3,3	0,2		1,5	2,0	0,0
Fora da força de trabalho e outros casos	25,9	2,5	0,0	8,3	19,5	0,6
Composição da família						
Um adulto sem criança	2,8	0,2	0,0	0,8	2,2	0,1
Um adulto com ao menos uma criança	2,2	0,3	0,0	0,5	1,9	0,1
Mais de um adulto sem criança	25,8	1,9	0,0	9,6	17,7	0,4
Mais de um adulto com ao menos uma criança	40,7	4,6	0,1	12,6	31,7	1,1
Um ou mais idosos com ou sem crianças	4,2	0,2	0,0	1,5	2,8	0,1
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	15,8	1,2	0,0	5,5	11,2	0,3
Décimos de rendimento						
1º	8,0	1,9	0,0	1,3	8,2	0,5
2º	8,5	1,4	0,0	1,5	8,2	0,3
3º	8,9	1,1	0,0	2,1	7,7	0,2
4º	9,0	1,0	0,0	2,4	7,4	0,2
5º	9,1	0,9	0,0	3,1	6,8	0,2
6º	9,3	0,7	0,0	3,2	6,7	0,1
7º	9,5	0,5	0,0	3,8	6,0	0,2
8º	9,6	0,4	0,0	4,1	5,8	0,1
9º	9,7	0,3	0,0	4,5	5,4	0,1
10º	9,9	0,1	0,0	4,6	5,3	0,1

Tabela 2.2 - Proporção de pessoas das famílias residentes, por estrutura do domicílio, segundo condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continuação)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes, por estrutura do domicílio (%)					
	Piso			Banheiro		
	Cerâmica, lajota ou pedra ou madeira apropriada	Cimento	Outro material	Banheiro exclusivo ao domicílio	Banheiro comum a mais de um domicílio	Sem banheiro
Localização geográfica do domicílio						
Brasil	82,6	16,4	1,0	96,8	0,4	2,8
Urbano	74,3	10,4	0,5	84,4	0,2	0,6
Rural	8,3	6,0	0,5	12,4	0,2	2,1
Grandes Regiões						
Norte	6,3	2,2	0,2	7,6	0,2	0,8
Nordeste	17,8	9,0	0,4	25,2	0,1	1,9
Sudeste	38,4	3,6	0,2	42,1	0,1	0,1
Sul	13,7	0,4	0,2	14,2	0,0	0,0
Centro-Oeste	6,4	1,2	0,1	7,6	0,0	0,0
Pessoa de referência						
Composição demográfica						
Até 24 anos	2,3	0,7	0,1	2,9	0,0	0,1
25 a 49 anos	42,8	9,1	0,6	50,6	0,3	1,6
50 a 64 anos	24,4	4,2	0,2	28,1	0,1	0,7
65 anos ou mais	13,0	2,4	0,2	15,1	0,0	0,3
Cor ou raça						
Branços	37,3	3,8	0,4	40,9	0,1	0,4
Pretos e pardos	44,1	12,5	0,6	54,5	0,3	2,3
Sexo						
Homem	49,7	9,4	0,6	57,8	0,2	1,7
Mulher	32,9	6,9	0,5	39,0	0,2	1,1
Nível de instrução						
Sem instrução	4,2	2,7	0,2	6,2	0,1	0,8
Ensino fundamental incompleto	27,9	8,6	0,4	35,1	0,2	1,5
Ensino fundamental completo	7,5	1,3	0,1	8,6	0,0	0,1
Ensino médio incompleto	4,1	0,8	0,1	4,9	0,0	0,1
Ensino médio completo	22,6	2,5	0,2	25,1	0,1	0,2
Ensino superior incompleto	3,1	0,2	0,0	3,3	0,0	0,0
Ensino superior completo	13,2	0,3	0,1	13,7	0,0	0,0

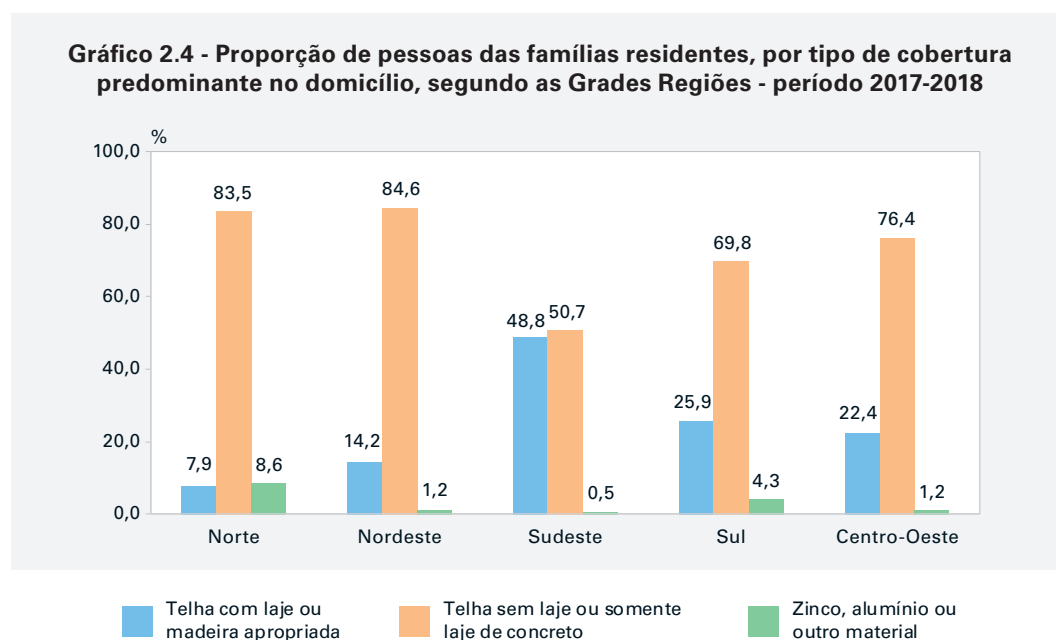
Tabela 2.2 - Proporção de pessoas das famílias residentes, por estrutura do domicílio, segundo condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(conclusão)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes, por estrutura do domicílio (%)					
	Piso			Banheiro		
	Cerâmica, lajota ou pedra ou madeira apropriada	Cimento	Outro material	Banheiro exclusivo ao domicílio	Banheiro comum a mais de um domicílio	Sem banheiro
Ocupação e formalização						
Empregado doméstico	4,3	1,2	0,1	5,4	0,0	0,1
Empregado com carteira	21,0	2,3	0,1	23,3	0,0	0,1
Empregado sem carteira	5,7	2,1	0,1	7,4	0,0	0,4
Militar e empregado do setor público	8,1	0,9	0,1	9,0	0,0	0,1
Conta própria	17,6	4,3	0,3	21,0	0,2	1,0
Empregador	3,3	0,2	0,0	3,5	0,0	0,0
Fora da força de trabalho e outros casos	22,6	5,5	0,4	27,3	0,1	1,0
Composição da família						
Um adulto sem criança	2,4	0,6	0,1	3,0	0,0	0,1
Um adulto com ao menos uma criança	1,9	0,5	0,0	2,3	0,0	0,1
Mais de um adulto sem criança	23,8	3,7	0,2	27,2	0,1	0,4
Mais de um adulto com ao menos uma criança	36,4	8,5	0,5	43,4	0,3	1,8
Um ou mais idosos com ou sem crianças	3,8	0,6	0,1	4,3	0,0	0,1
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	14,3	2,5	0,2	16,6	0,0	0,4
Décimos de rendimento						
1º	5,6	4,1	0,3	8,5	0,2	1,3
2º	6,7	3,1	0,2	9,3	0,1	0,6
3º	7,4	2,5	0,1	9,6	0,1	0,4
4º	8,1	1,8	0,1	9,7	0,0	0,2
5º	8,5	1,5	0,0	9,9	0,0	0,1
6º	8,7	1,3	0,0	9,9	0,0	0,1
7º	9,1	0,9	0,0	9,9	0,0	0,0
8º	9,3	0,7	0,0	10,0	0,0	0,0
9º	9,5	0,4	0,1	10,0	0,0	0,0
10º	9,7	0,1	0,1	10,0	0,0	0,0

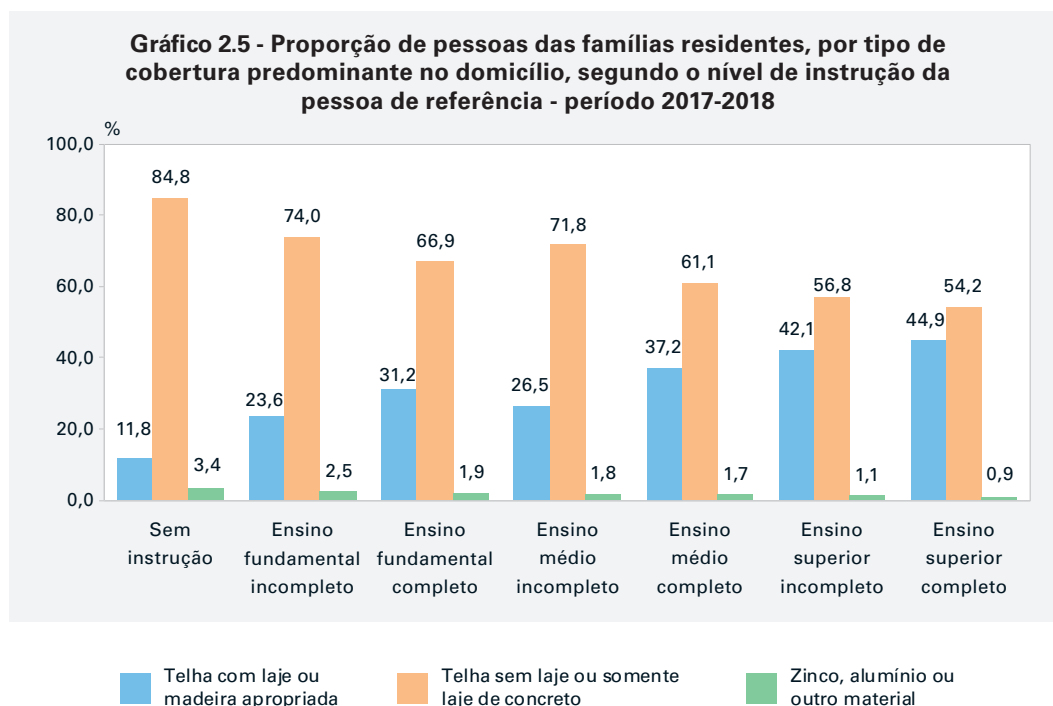
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Dos itens pesquisados acerca da estrutura do domicílio, o que se refere ao material predominante na cobertura foi o que apresentou proporção mais baixa de pessoas com o tipo mais apropriado, ou seja, com o material que fornece mais segurança e conforto para os moradores. No Brasil, somente 30,6% das pessoas residem em locais onde a telha é com laje de concreto ou madeira apropriada. Fazendo um recorte por Grandes Regiões a partir do Gráfico 2.4, observa-se que na Região Norte e na Região Nordeste apenas 7,9% e 14,2% das pessoas, respectivamente, residem em domicílios com o telhado com laje de concreto ou madeira apropriada. A Região Sudeste é onde tem a maior proporção de pessoas vivendo em domicílios com a melhor condição de cobertura, 48,8%. Em todas as Regiões o tipo de telhado predominante para a maioria da população no País é a telha sem laje de concreto ou somente com a laje. Esta característica é mais acentuada no Norte, com 84,6%, e no Nordeste, com 83,5%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Ainda em relação à cobertura dos domicílios, nota-se que o nível de instrução (Gráfico 2.5) também interfere no tipo de telhado da habitação. No Brasil, 84,8% das pessoas onde a pessoa de referência da família não tem instrução moram em domicílios com telha sem laje ou somente laje de concreto e apenas 11,8% com telhado com laje de concreto ou madeira apropriada. Entretanto, ao considerar as famílias em que a pessoa de referência tem ensino superior completo, a diferença entre a proporção de pessoas com telhado sem laje (54,2%) ou com laje de concreto ou madeira apropriada (44,9%) é bem menor.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Outros aspectos sobre a estrutura do domicílio podem ser vistos na Tabela 2.3. A proporção de pessoas que vivem em domicílios é apresentada segundo três indicadores de avaliação objetiva de inadequação domiciliar e de acordo com cinco indicadores de qualificação subjetiva, isto é, avaliações de acordo com a opinião do morador.

O primeiro indicador objetivo, o ônus excessivo de aluguel, mede como a participação da despesa com aluguel impacta no orçamento familiar. Considera-se um valor excessivo quando a despesa com aluguel é maior que um terço da renda familiar, no caso do perfil de despesas, utilizou-se a renda líquida disponível familiar.

No Brasil, 1,7% das pessoas vivem em domicílios cujo valor pago do aluguel ultrapassa 1/3 da renda líquida disponível familiar, e a quase totalidade destas pessoas estão localizadas na área urbana do País e a maior parte na Região Sudeste (1,0%). Em relação à composição demográfica, as pessoas em que as famílias são chefiadas por pessoas entre 25 e 49 anos também são as que mais sofrem com o peso do aluguel no orçamento (também 1,1% da população).

O segundo indicador objetivo analisado é a densidade domiciliar excessiva, que ocorre quando o número médio de moradores por cômodo servindo como dormitório é superior a três. A proporção de pessoas no País que vivem em domicílios com esta característica é de 5,7%, sendo que na área urbana a parcela é de 4,6%, e 1,1% no setor rural. Analisando as Grandes Regiões, a distribuição concentra-se no Sudeste (2,4%) e no Nordeste (1,4%), e o melhor resultado ocorre na Região Centro-Oeste, com apenas 0,4% do total. Outros condicionantes que podem ser realçados são os de composição familiar e cor, pois 4,7% das pessoas em famílias onde há mais de um adulto e a presença de ao menos uma criança, e 4,2% das pessoas chefiadas por pessoas pretas ou pardas, vivem em domicílios onde a densidade domiciliar excessiva ocorre.

O último indicador de avaliação objetiva da Tabela 2.3, considera a existência de ao menos uma inadequabilidade no domicílio. Estas características foram selecionadas conforme as sugestões de condições habitacionais apropriadas do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (United Nations Human Settlements Programme - UN-Habitat) (THE RIGHT..., 2009) e da OCDE, onde a segurança, higiene, privacidade e conforto devem ser qualidades encontradas em todos os domicílios. Deste modo, foi considerado inadequado o domicílio que tem ao menos uma das seguintes características: material predominante da parede de alvenaria ou taipa sem revestimento, madeira aproveitada ou outro material; material predominante da cobertura em zinco, alumínio ou outros materiais; material predominante do piso de cimento, terra ou outro material; e domicílio sem banheiro exclusivo, com banheiro de uso comum a mais de um domicílio ou sem banheiro.

Ao investigar a existência de alguma inadequabilidade no domicílio, apurou-se que 23,5% das pessoas no Brasil não vivem em uma moradia plenamente adequada. A área urbana reúne 15,7% destas pessoas, enquanto 7,8% estão na área rural. As Regiões Nordeste e Sudeste são as que tem mais pessoas vivendo com alguma inadequabilidade no domicílio (10,6% e 5,8%, respectivamente). Este indicador também apontou diferença quando consideramos a cor ou raça da pessoa de referência do domicílio, nos casos em que ela é branca, a proporção de pessoas com ao menos um tipo de inadequabilidade no domicílio é de 6,2%, entretanto quando a pessoa de referência da família é preto ou pardo, esta proporção sobe para 17,0%.

O Gráfico 2.6 analisa a proporção de pessoas em cada décimo de renda de acordo com os três indicadores objetivos analisados. Como o ônus do aluguel excessivo é um indicador calculado a partir da renda familiar, é esperado que a desigualdade de renda observada no Brasil reflita também uma diferença entre os décimos de renda da população. Das pessoas que pertencem ao primeiro décimo de renda, 6,6% sofrem com ônus excessivo de aluguel, caindo para 2,2% e 2,5% no segundo e terceiro décimo, respectivamente. Apenas 0,1% das pessoas do último décimo de renda tem um excesso de despesa com aluguel. O excesso de pessoas compartilhando o mesmo dormitório também está concentrado nos primeiros três décimos de renda, 17,9%, 12,0% e 8,2% do primeiro ao terceiro, respectivamente. No entanto, em comparação aos três últimos décimos, somente 2,9% delas moram em residências com densidade domiciliar excessiva.

Ter ao menos uma inadequabilidade no domicílio também é predominante para as pessoas que estão nos três décimos mais baixos de renda (55,3%, 41,5% e 33,3%, respectivamente). Este percentual cai acentuadamente para a parcela mais rica da população, visto que apenas 4,9% das pessoas do último décimo de renda tem alguma inadequabilidade no domicílio.

Tabela 2.3 - Proporção de pessoas das famílias residentes, por indicadores da estrutura do domicílio e avaliação dos domicílios em situações de risco, segundo condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continua)

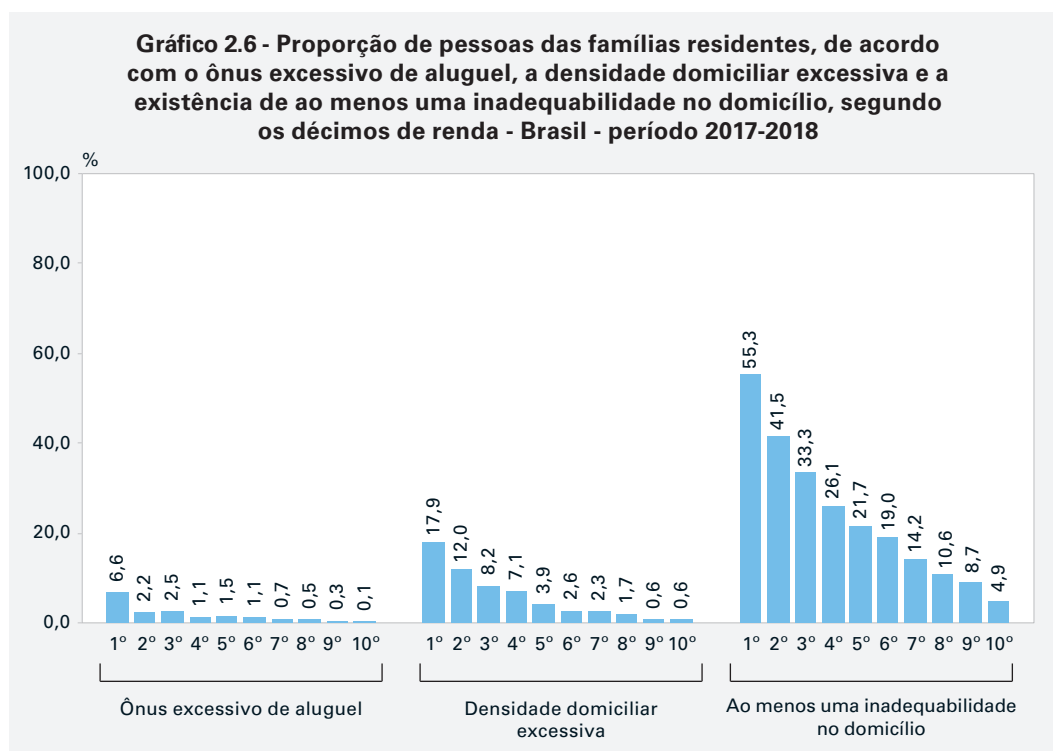
Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes (%)							
	Indicadores da estrutura do domicílio			Avaliação dos domicílios em situação de risco				
	Ônus excessivo de aluguel	Densidade domiciliar	Inadequabilidade no domicílio	Problemas ambientais causados pelo trânsito ou indústria	Localizado próximo a rio, lago, baía etc poluídos	Localizado em área sujeita a inundação	Localizado em encosta ou área sujeita a deslizamento	Violência ou vandalismo na área de residência
Localização geográfica do domicílio								
Brasil	1,7	5,7	23,5	25,3	15,8	10,3	2,9	38,2
Urbano	1,6	4,6	15,7	23,3	14,1	9,2	2,5	35,2
Rural	0,0	1,1	7,8	2,0	1,7	1,1	0,4	3,0
Grandes Regiões								
Norte	0,1	1,2	3,6	2,2	1,7	1,3	0,3	3,7
Nordeste	0,3	1,4	10,6	6,5	4,1	2,6	0,8	11,0
Sudeste	1,0	2,4	5,8	11,5	7,6	4,9	1,5	16,2
Sul	0,2	0,3	1,9	3,2	1,8	1,3	0,3	4,2
Centro-Oeste	0,1	0,4	1,7	1,9	0,6	0,2	0,1	3,2
Pessoa de referência								
Composição demográfica								
Até 24 anos	0,2	0,3	1,0	0,8	0,5	0,4	0,1	1,2
25 a 49 anos	1,1	4,0	13,2	13,6	8,5	5,5	1,7	20,3
50 a 64 anos	0,3	1,0	6,1	7,3	4,6	3,0	0,7	11,1
65 anos ou mai	0,1	0,3	3,3	3,6	2,2	1,4	0,4	5,6
Cor ou raça								
Branços	0,7	1,4	6,2	10,6	6,0	3,6	0,9	14,8
Pretos e pardos	0,9	4,2	17,0	14,3	9,6	6,5	1,9	22,8
Sexo								
Homem	0,9	3,2	13,6	14,9	9,1	5,7	1,7	21,5
Mulher	0,8	2,5	10,0	10,4	6,7	4,6	1,2	16,7
Nível de instrução								
Sem instrução	0,1	0,5	3,4	1,4	1,2	0,7	0,2	2,2
Ensino fundamental incompleto	0,5	2,8	11,7	8,6	5,9	3,9	1,3	12,8
Ensino fundamental completo	0,2	0,5	1,8	2,0	1,4	1,0	0,3	3,3
Ensino médio incompleto	0,1	0,4	1,3	1,3	0,8	0,6	0,2	2,1
Ensino médio completo	0,6	1,2	4,1	6,9	4,1	2,6	0,7	10,5
Ensino superior incompleto	0,1	0,1	0,3	1,0	0,5	0,3	0,1	1,5
Ensino superior completo	0,2	0,2	0,8	4,0	1,9	1,1	0,2	5,8

Tabela 2.3 - Proporção de pessoas das famílias residentes, por indicadores da estrutura do domicílio e avaliação dos domicílios em situações de risco, segundo condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(conclusão)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes (%)							
	Indicadores da estrutura do domicílio			Avaliação dos domicílios em situação de risco				
	Ônus excessivo de aluguel	Densidade domiciliar	Inadequabilidade no domicílio	Problemas ambientais causados pelo trânsito ou indústria	Localizado próximo a rio, lago, baía etc poluídos	Localizado em área sujeita a inundação	Localizado em encosta ou área sujeita a deslizamento	Violência ou vandalismo na área de residência
Ocupação e formalização								
Empregado doméstico	0,1	0,5	1,7	1,3	1,1	0,8	0,2	2,5
Empregado com carteira	0,4	1,2	3,8	6,5	3,9	2,2	0,9	9,2
Empregado sem carteira	0,2	0,6	2,6	1,9	1,1	0,8	0,2	2,8
Militar e empregado do setor público	0,0	0,3	1,4	2,5	1,3	0,8	0,2	3,6
Conta própria	0,5	1,5	6,2	5,1	3,5	2,5	0,6	8,4
Empregador	0,1	0,1	0,4	0,9	0,5	0,2	0,1	1,1
Fora da força de trabalho e outros casos	0,4	1,5	7,5	6,9	4,4	3,0	0,8	10,6
Composição da família								
Um adulto sem criança	0,2	0,0	0,8	0,7	0,5	0,3	0,1	1,2
Um adulto com ao menos uma criança	0,1	0,1	0,7	0,6	0,4	0,3	0,1	1,0
Mais de um adulto sem criança	0,4	0,4	5,3	7,0	4,3	2,6	0,7	10,9
Mais de um adulto com ao menos uma criança	0,8	4,7	12,3	11,8	7,6	5,2	1,4	17,2
Um ou mais idosos com ou sem crianças	0,0	0,0	0,8	0,9	0,5	0,3	0,1	1,4
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	0,1	0,6	3,6	4,3	2,6	1,6	0,5	6,5
Décimos de rendimento								
1º	0,7	1,8	5,5	2,3	1,8	1,5	0,4	3,6
2º	0,2	1,2	4,2	2,4	1,7	1,2	0,4	3,9
3º	0,2	0,8	3,3	2,5	1,7	1,2	0,3	3,7
4º	0,1	0,7	2,6	2,5	1,7	1,1	0,4	4,0
5º	0,1	0,4	2,2	2,6	1,6	1,1	0,3	3,9
6º	0,1	0,3	1,9	2,6	1,5	0,9	0,3	3,7
7º	0,1	0,2	1,4	2,5	1,4	0,8	0,3	3,7
8º	0,1	0,2	1,1	2,7	1,5	1,0	0,2	3,9
9º	0,0	0,1	0,9	2,6	1,5	0,8	0,2	3,7
10º	0,0	0,1	0,5	2,7	1,3	0,7	0,1	4,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.



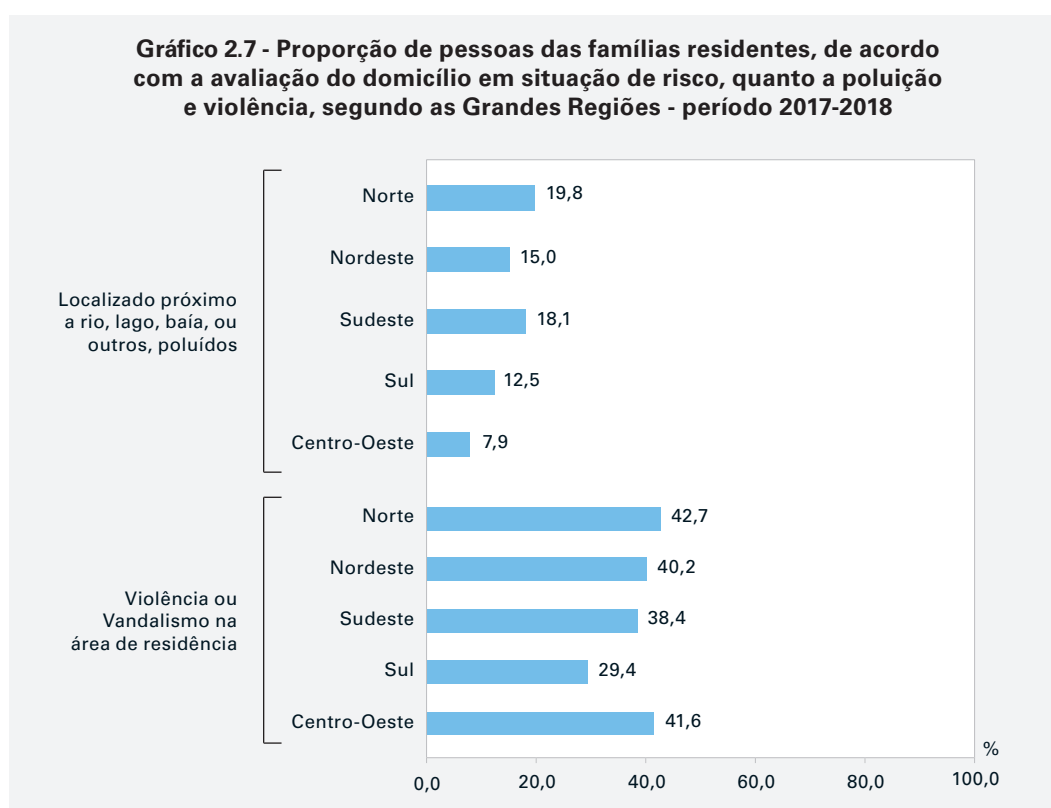
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

No que concerne aos indicadores subjetivos, avaliou-se a opinião da pessoa de referência da família em relação à situação de risco do domicílio, segundo cinco aspectos: problemas ambientais causados pelo trânsito ou indústria; localizado próximo a rio, baía, lago, açude ou represa poluídos; localizado em área sujeita a inundação; localizado em encosta ou área sujeita a deslizamento; e violência ou vandalismo na área de residência.

Problemas como fumaça, mau cheiro, barulho e outros problemas ambientais causados pelo trânsito ou indústria no domicílio foram relatados por 25,3% das pessoas pesquisadas. Como é de se esperar deste total, 23,3% estão localizadas no setor urbano. Esta é uma questão que afeta mais as pessoas que residem na Região Sudeste (11,5%) e Nordeste (6,5%). De acordo com o nível de instrução, a maior parte dos riscos por problemas ambientais no domicílio (8,6%) afeta pessoas onde a pessoa de referência da família tem o ensino fundamental.

Domicílios localizados próximo a rio, baía, lago, açude ou represa poluídos abrigam 15,8% das pessoas no País, sendo que, deste total, 89,4% das pessoas estão na área urbana e 10,6% na área rural. Ainda observando a proporção de pessoas dentro de cada localidade, segundo o Gráfico 2.7, é curioso notar que, embora a Região Norte seja uma das menos populosa do País, ela é a Grande Região onde proporcionalmente mais pessoas são afetadas pela poluição hídrica de fontes de água doce, com 19,8%.

No que se refere aos domicílios em situação de risco por estarem localizados em áreas com violência ou vandalismo, 38,2% da população no Brasil é afetada por este problema. De acordo com o Gráfico 2.7, mesmo na Região Sul onde proporcionalmente as pessoas sofrem menos com este tipo de risco, o percentual é elevado (29,4%). O Norte foi a Grande Região onde proporcionalmente mais pessoas reportaram viver em áreas com violência ou vandalismo, com 42,7%, entretanto nas demais regiões os valores também estão em torno de 40%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

A Tabela 2.4 apresenta como as pessoas que se enquadram nos três indicadores objetivos de estrutura do domicílio avaliam o seu padrão de vida em relação à moradia. Ou seja, observa-se por meio destes resultados como fatores objetivos e subjetivos se confrontam. Nos três indicadores a avaliação positiva do padrão de moradia foi preponderante. Do total de 1,6% de pessoas que tem ônus excessivo de aluguel, 0,93% avaliam como bom seu padrão de moradia, 0,47% como satisfatório e apenas 0,20% como ruim. Em relação à densidade domiciliar excessiva, dos 5,7% da população no Brasil que vivem em domicílios nesta condição, 2,6% avaliam o padrão de moradia sendo bom, 1,8% satisfatório e 1,2% ruim. A distribuição da proporção de pessoas que residem em domicílios com alguma inadequabilidade conforme a avaliação do padrão de moradia foi de 45,2% como boa, 20,1% como satisfatório e 6,5% como ruim.

Tabela 2.4 - Proporção de pessoas das famílias residentes, por avaliação do padrão de vida em relação à moradia, segundo os indicadores de estrutura do domicílio - Brasil - período 2017-2018

Indicadores de estrutura do domicílio	Proporção de pessoas das famílias residentes, por avaliação do padrão de vida em relação à moradia (%)		
	Bom	Satisfatório	Ruim
Ônus excessivo de aluguel	0,98	0,48	0,20
Densidade domiciliar	2,63	1,82	1,23
Inadequabilidade	12,58	7,29	3,65

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Dimensão 3 - Serviços de utilidade pública

Na dimensão moradia foram tratados de aspectos privados ligados diretamente ao custo e à estrutura do domicílio e a avaliação subjetiva deles. Assim, a dimensão de serviços de utilidade pública, pode ser interpretada como um complemento da dimensão moradia, porém com uma visão sobre os custos e a qualidade dos serviços essenciais para se viver no domicílio. Pode-se olhar os serviços de utilidade pública como a forma em que a sociedade está se organizando para ter acesso a estes serviços, visto que, diferente das demais dimensões abordadas nesta publicação, eles não dependem exclusivamente da capacidade financeira da família em prover estes serviços. Isto é, como são serviços que são oferecidos pelo Estado ou regulados por ele, requerem um esforço do agente público para que todas as pessoas, em todas as localidades do País, tenham acesso.

Os serviços de utilidade pública têm uma função de extrema importância no desenvolvimento socioeconômico da população. De acordo com o UN-Habitat (THE RIGHT..., 2009), uma moradia adequada inclui não apenas a estrutura do domicílio, mas também o acesso sustentável e não discriminatório a instalações essenciais para saúde, segurança e nutrição. O acesso aos serviços essenciais como água, eletricidade e gás doméstico é capaz de viabilizar às pessoas desfrutar de vários direitos humanos como saúde, segurança social, trabalho ou educação. Em relação aos serviços de comunicação, a transformação que os meios de comunicação, principalmente em relação ao acesso à Internet, trouxeram à sociedade nas últimas duas décadas torna imperativo averiguar como as famílias estão alocando seus recursos para ter este serviço.

Dois âmbitos foram investigados na dimensão de serviços de utilidade pública: a despesa média *per capita* e a avaliação acerca das condições de moradia em relação aos serviços fornecidos. A despesa média *per capita* foi calculada para os serviços de: energia elétrica; água e esgoto; gás doméstico (encanado e de botijão); e serviços de comunicação que incluem telefone fixo e celular (pós e pré pago), TV por assinatura, Internet e todos os pacotes com combinações entre estes serviços disponíveis no mercado. Considerando a qualidade, a avaliação para o Brasil foi feita em relação à frequência do fornecimento de energia elétrica, à disponibilidade de água proveniente de rede geral, à forma de escoamento do esgoto e ao principal destino dado ao lixo do domicílio.

Despesa média *per capita*

Em 2017-2018, a despesa média *per capita* com os serviços de utilidade pública no Brasil foram de R\$ 114,12, resultado que pode ser visto na Tabela 3.1. O item que teve o maior peso sobre esta despesa são os serviços de comunicação, com R\$ 45,16, e a energia elétrica, com R\$ 39,64.

No contexto geográfico, as famílias da área urbana contribuíram com R\$ 106,11 para a despesa *per capita* com os serviços essenciais, tendo novamente como destaque as categorias de comunicação, com R\$ 42,95, e eletricidade, com R\$ 36,13. Nas Grandes Regiões, R\$ 58,07 do valor *per capita* foi na Região Sudeste, isto é, ela representou 50,9% do total das despesas. Os serviços de comunicações foi a categoria com maior despesa *per capita* em três das cinco regiões, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. No entanto, a despesa apenas da Região Sudeste (R\$ 25,64) foi superior à soma das demais localidades (R\$ 19,52). Outro ponto a ser comentado é a baixa contribuição para a despesa *per capita* com serviços de água e esgoto na Região Norte (R\$ 0,62).

A despesa *per capita* com serviços essenciais quando analisada em relação ao gênero da pessoa de referência apresentou um grande hiato. Em casos em

que homens são a pessoa de referência da família a contribuição *per capita* com estes serviços é de R\$ 68,68, todavia este número cai para R\$ 45,44 quando são mulheres. A maior diferença recai sobre os serviços de comunicação: R\$ 27,86 em famílias onde a pessoa de referência é homem ante R\$ 17,30 por mulheres. Para o gás doméstico o contraste foi menor quando se comparou lares onde o homem é a pessoa de referência (R\$ 7,46) com onde a pessoa é mulher (R\$ 5,27).

Tabela 3.1 - Despesa monetária e não monetária média *per capita* com os serviços de utilidade pública, por tipo de despesa, segundo condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continua)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> com os serviços de utilidade pública (R\$)				
	Total	Tipo de despesa			
		Energia elétrica	Água e esgoto	Gás doméstico	Serviços de comunicação
Localização geográfica do domicílio					
Brasil	114,12	39,64	16,60	12,73	45,16
Urbano	106,11	36,13	15,95	11,08	42,95
Rural	8,01	3,51	0,65	1,64	2,21
Grandes Regiões					
Norte	6,52	3,04	0,62	0,98	1,88
Nordeste	19,97	7,14	3,04	3,39	6,40
Sudeste	58,07	18,86	7,89	5,68	25,64
Sul	19,30	6,95	3,31	1,64	7,40
Centro-Oeste	10,27	3,67	1,73	1,04	3,84
Pessoa de referência					
Composição demográfica					
Até 24 anos	2,65	0,98	0,45	0,33	0,90
25 a 49 anos	51,79	18,20	7,39	5,71	20,49
50 a 64 anos	37,57	12,78	5,38	4,04	15,37
65 anos ou mais	22,11	7,68	3,38	2,65	8,39
Cor ou raça					
Brancos	59,63	20,02	8,32	5,47	25,83
Pretos e pardos	52,55	19,01	8,03	7,06	18,44
Sexo					
Homem	68,68	23,82	9,55	7,46	27,86
Mulher	45,44	15,83	7,05	5,27	17,30
Nível de instrução					
Sem instrução	4,57	1,80	0,81	0,96	0,99
Ensino fundamental incompleto	31,89	11,95	5,37	4,78	9,78
Ensino fundamental completo	9,10	3,27	1,50	1,07	3,26
Ensino médio incompleto	4,69	1,71	0,78	0,58	1,62
Ensino médio completo	30,21	10,50	4,49	2,96	12,26
Ensino superior incompleto	5,13	1,70	0,68	0,41	2,34
Ensino superior completo	28,53	8,71	2,96	1,96	14,89

Tabela 3.1 - Despesa monetária e não monetária média *per capita* com os serviços de utilidade pública, por tipo de despesa, segundo condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

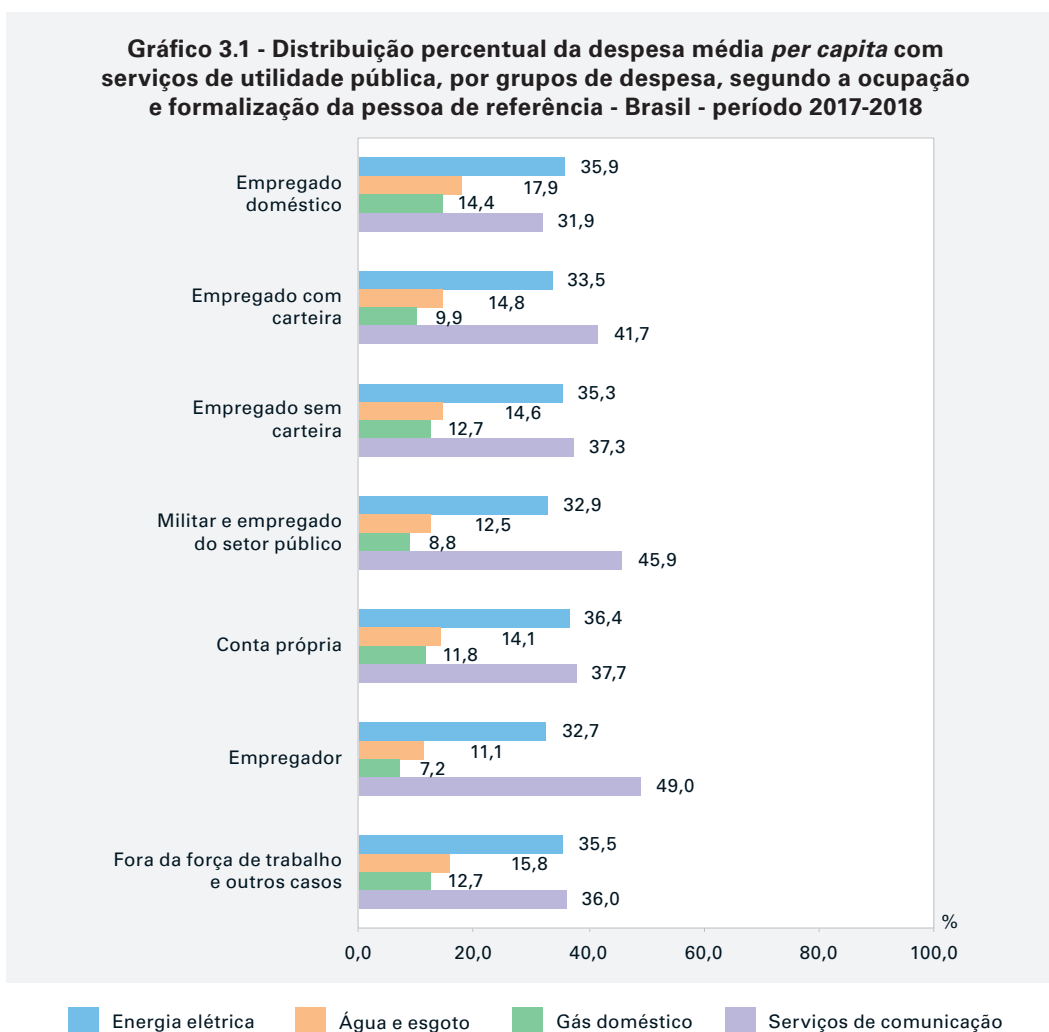
(conclusão)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> com os serviços de utilidade pública (R\$)				
	Total	Tipo de despesa			
		Energia elétrica	Água e esgoto	Gás doméstico	Serviços de comunicação
Ocupação e formalização					
Empregado doméstico	4,49	1,61	0,80	0,65	1,43
Empregado com carteira	27,28	9,15	4,04	2,71	11,38
Empregado sem carteira	7,12	2,51	1,04	0,91	2,65
Militar e empregado do setor público	13,47	4,43	1,68	1,18	6,18
Conta própria	22,71	8,27	3,19	2,69	8,56
Empregador	6,73	2,20	0,75	0,49	3,30
Fora da força de trabalho e outros casos	32,33	11,48	5,10	4,11	11,65
Composição da família					
Um adulto sem criança	6,78	2,28	1,06	0,64	2,80
Um adulto com ao menos uma criança	2,18	0,81	0,36	0,28	0,73
Mais de um adulto sem criança	38,45	12,87	5,25	3,89	16,44
Mais de um adulto com ao menos uma criança	37,82	13,62	5,51	4,51	14,18
Um ou mais idosos com ou sem crianças	8,54	2,99	1,35	1,02	3,18
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	20,35	7,07	3,08	2,38	7,83
Décimos de rendimento					
1º	4,18	1,76	0,68	0,85	0,89
2º	5,31	2,10	0,90	1,03	1,28
3º	6,75	2,62	1,13	1,14	1,86
4º	7,84	2,93	1,33	1,18	2,40
5º	9,29	3,44	1,51	1,24	3,09
6º	10,51	3,78	1,76	1,32	3,65
7º	12,15	4,37	1,98	1,35	4,46
8º	14,01	4,90	2,15	1,38	5,58
9º	17,41	5,89	2,42	1,47	7,62
10º	26,68	7,85	2,74	1,75	14,33

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

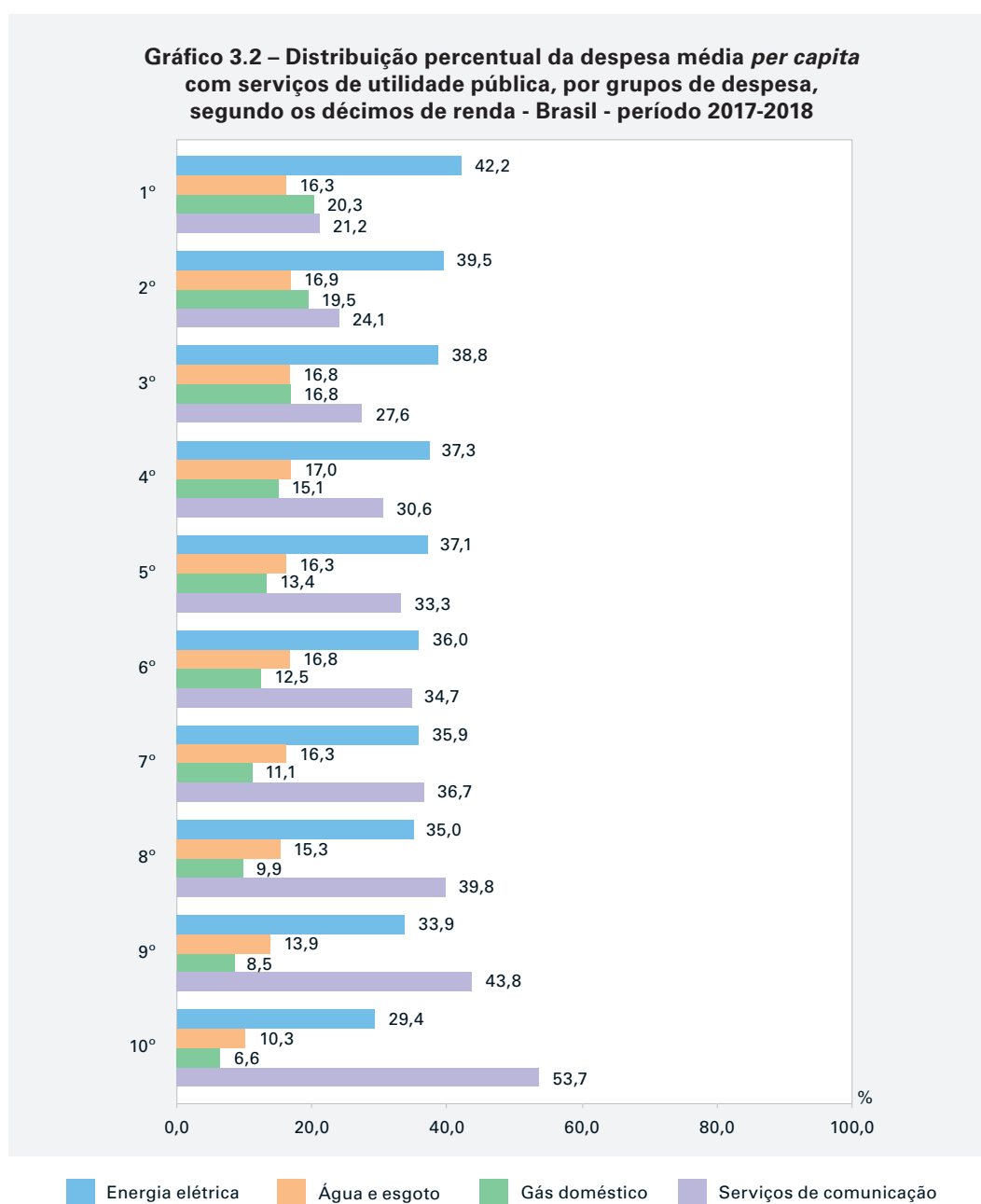
No tocante à distribuição dos grupos de despesas sobre o total da despesa com serviços de utilidade pública, segundo a ocupação e formalização das pessoas de referência (Gráfico 3.1), percebe-se que a participação da despesa com energia elétrica onera mais quem é conta própria (36,4%) e empregado doméstico (35,9% dos respectivos totais). As despesas com água e esgoto tem maior peso para o empregado doméstico, com 17,9% de participação sobre o total das despesas das famílias chefiadas por pessoas com esta ocupação, ao passo que para quem está fora da força de trabalho ou em outra situação de ocupação, a participação é de 15,8%. A ocupação de empregado doméstico também é a que teve maior participação sobre o total das despesas com serviços de utilidade pública na categoria gás doméstico, com 14,4%, enquanto ocupados como empregador despendem apenas 7,2% deste total.

Os serviços de comunicação refletem uma fração considerável do orçamento das famílias entre todos os componentes da dimensão de serviços de utilidade pública em todas as ocupações. No entanto, observa-se uma variação considerável entre elas. A parcela gasta por famílias onde a pessoa de referência é empregador ou militar e empregado do setor público é de cerca de 49,0% e 45,9%, respectivamente. Por outro lado, quando é empregado doméstico esta fração cai para 31,9% e em casos de famílias chefiadas por pessoas fora da força de trabalho ou outros casos, 36,0%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

O Gráfico 3.2 demonstra que a renda influencia na distribuição das despesas com os serviços básicos. As pessoas que pertencem aos décimos mais baixos de renda dependem a maior parte dos seus gastos neste setor com energia elétrica, sendo 42,2% no primeiro décimo, caindo para 39,5% para as pessoas no segundo e 38,8% no terceiro décimo, atingindo 29,4% no último décimo de renda. Em contrapartida, os serviços de comunicação representaram a maioria das despesas das famílias com maiores rendimentos, com 53,7% para famílias no último décimo de renda. Como estes serviços dão ao cliente uma maior cartela de escolha em relação à quantidade, qualidade e tipo de serviço ofertado, é mais fácil para as famílias de baixa renda selecionarem qual combo atende as suas necessidades de forma a compatibilizar com a sua renda.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Avaliação das condições de moradia

Por meio do questionário das condições de vida (POF 6) são levantadas na POF a opinião da família acerca das condições de moradia em relação a alguns serviços públicos. Na Tabela 3.2 apresenta-se o resultado desta avaliação classificada em boa, satisfatória ou ruim, confrontando-a com as variáveis objetivas correspondentes a esses serviços perguntadas no questionário de características do domicílio, o POF 1. Deste modo, busca-se fazer um paralelo sobre as condições objetivas e subjetivas de bem-estar no tocante ao serviço de utilidade pública.

No Brasil, dentre os domicílios em que a origem da energia elétrica é proveniente de rede geral, 64,0% das pessoas que vivem em domicílios onde a frequência do fornecimento é em tempo integral avaliam a moradia como boa, 26,4% a consideram satisfatória e 7,3% ruim.

Em relação à disponibilidade de água proveniente de rede geral com frequência diária, 47,1% avaliam a moradia como boa, 18,5% a consideram somente satisfatória e 4,6% alegam que a moradia é ruim. Analisando os domicílios em que a disponibilidade de água é de menos de quatro dias na semana, observou-se que 4,1% das pessoas ainda consideraram a moradia como boa e apenas 0,8% como ruim.

Um resultado relevante no que diz respeito principalmente à saúde pública e a impactos ambientais pode ser apontado ainda a partir da Tabela 3.2. Das mais de 78 milhões de pessoas que vivem em domicílios que não tem escoadouro de esgoto adequado, ou seja, os dejetos são vazados através de fossas não ligadas a rede, valas, rios, lagos, entre outros, 23,6% avaliou a moradia como boa, enquanto 10,9% e 3,5% acham satisfatória e ruim, respectivamente.

Tabela 3.2 - Proporção de pessoas das famílias residentes, por avaliação do padrão de vida familiar em relação a moradia, segundo a oferta de serviços públicos selecionados - Brasil - período 2017-2018

Oferta de serviços públicos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes, por avaliação do padrão de vida familiar em relação a moradia (%)		
	Bom	Satisfatório	Ruim
Frequência de fornecimento de energia elétrica proveniente de rede geral			
Diariamente, em tempo integral	64,0	26,4	7,3
Diária, por algumas horas	0,6	0,3	0,1
Outra frequência	0,4	0,2	0,1
Frequência de disponibilidade de água proveniente de rede geral			
Diariamente	47,1	18,5	4,6
De 4 a 6 dias na semana	4,2	1,9	0,6
Menos de 4 dias	4,1	1,9	0,8
Forma de escoadouro do esgoto			
Rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede	41,3	15,8	3,9
Outras formas	23,6	10,9	3,5
Principal destino dado ao lixo			
Coletado diariamente por serviços de limpeza	54,8	22,0	5,8
Coletado em caçamba de serviço de limpeza	4,3	1,9	0,6
Outras formas	6,2	3,2	1,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Com referência à opinião da qualidade do serviço de coleta de lixo, 54,8% das pessoas cujo domicílio tem o lixo coletado diariamente por serviços de limpeza, consideram que sua moradia é boa, 22,0% a julgam satisfatória e 5,8% ruim. Para as pessoas que tem seu lixo domiciliar coletado por caçambas, 4,3% avaliam a coleta de lixo como boa e 1,9% e 0,6% como satisfatória e ruim, respectivamente. No Brasil, a parcela de pessoas que residem em domicílios sem coleta de lixo, isto é, despejam seu lixo em terrenos baldios, queimam, enterram ou alguma outra forma não apropriada, cuja condição do padrão de vida em relação à moradia foi avaliada como boa, foi de 10,6%. Destas, 6,2% percebem sua moradia como boa, 3,2% acham satisfatória e apenas 1,2% desta parcela avaliam como ruim.

Dimensão 4 - Saúde

Os sistemas de saúde têm como propósito melhorar o padrão de saúde dos indivíduos, promover a equidade no acesso e reduzir os riscos financeiros das famílias ao enfrentarem um evento de doença. Notadamente, características individuais são fatores determinantes no acesso aos serviços de saúde. Segundo Andersen e Newman (1973), são os fatores predisponentes, fatores capacitantes e necessidades de saúde que determinam o acesso. Os fatores predisponentes são quando indivíduos têm maiores propensões de procurar serviços médicos do que outros, mesmo antes do aparecimento de uma doença. Características demográficas, de estrutura social e crenças individuais, afetam esta predisposição. Por exemplo, idade e sexo são fatores demográficos que aumentam a predisposição de procurar serviços médicos, uma vez que, empiricamente, observa-se que as mulheres e os mais idosos tendem a procurar mais os serviços de saúde do que os homens e os mais jovens (TRAVASSOS; MARTINS, 2004).

Outro fator é o capacitante, que mostra a capacidade dos indivíduos em financiar os serviços e produtos de saúde. Os principais são a renda e o acesso a seguro de saúde privado. É bom ressaltar que no Brasil todos estão segurados pelo Sistema Único de Saúde - SUS. No entanto, ao estar segurado por plano de saúde privado, isso pode potencializar o acesso, pois este indivíduo possui dupla entrada no sistema de saúde, ou seja, pelo setor privado e público. E, por último, outro fator de acesso é a necessidade em saúde, que é a causa direta da procura do serviço e produto.

Segundo Andersen (1995), o acesso à saúde pode ser categorizado em cinco tipos: acesso potencial, acesso realizado, acesso efetivo, acesso eficiente e acesso equitativo. O acesso potencial estaria relacionado à presença de recursos, individuais ou familiares, disponíveis. O realizado seria o próprio uso dos serviços enquanto o acesso efetivo é o uso dos serviços com melhoras no estado de saúde dos indivíduos. O acesso eficiente é aquele que com o crescimento do uso dos serviços há expressiva melhora no estado de saúde e o equitativo é quando ocorre de acordo com as características demográficas e necessidades em saúde.

Apesar de a POF mostrar o lado da demanda das famílias, muitas delas são uma resposta ao grau de oferta de serviços e produtos de saúde. Em locais onde a oferta destes serviços é menor, o resultado da POF pode revelar uma baixa demanda, devido ao fato anterior de baixa oferta destes serviços. As informações em saúde da POF 2017-2018 são coletadas a partir das aquisições monetárias e não monetárias de medicamentos, consultas e exames, o que indica acesso à saúde. É preciso salientar que, no caso dos serviços, devido à sua própria natureza, o acesso e o uso não ocorrem no mesmo instante de tempo, portanto pode-se classificar como acesso realizado. Já com os medicamentos e produtos farmacêuticos, as informações reportadas na POF apenas indicam acesso.

Importante salientar que os indivíduos, ao terem necessidades em saúde, devem usufruir de uma combinação entre o acesso a serviços – como consultas, exames e do efetivo tratamento – e de medicamentos, de tal forma que haja eficiência no tratamento e melhora no estado de saúde. As informações da POF 2017-2018 nos permitem analisar este tema a partir das despesas em medicamentos e serviços de saúde, tanto na forma monetária, quando há desembolso direto, e não monetária, de forma gratuita. Ressalta-se que a forma gratuita na saúde pode ser ampla, pelo setor público e por instituições privadas (que atendam sem retribuição monetária). Assim, avalia-se o acesso a partir das despesas.

Tabela 4.1 - Despesa monetária e não monetária média *per capita* com saúde, por tipo de despesa e forma de aquisição, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continua)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> com saúde, por tipo de despesa e forma de aquisição (R\$)								
	Total			Medicamentos e produtos farmacêuticos			Serviços de assistência à saúde		
	Total	Mone-tária	Não mone-tária	Total	Mone-tária	Não mone-tária	Total	Mone-tária	Não mone-tária
Localização geográfica do domicílio									
Brasil	133,23	90,91	42,32	46,75	36,96	9,79	86,48	53,95	32,53
Urbano	121,57	84,02	37,54	41,88	33,13	8,75	79,69	50,90	28,79
Rural	11,67	6,89	4,78	4,87	3,83	1,04	6,79	3,05	3,74
Grandes Regiões									
Norte	4,70	3,26	1,44	2,01	1,82	0,19	2,69	1,44	1,25
Nordeste	25,63	16,84	8,79	9,08	7,52	1,56	16,55	9,32	7,23
Sudeste	70,04	49,21	20,83	23,39	18,06	5,32	46,65	31,15	15,51
Sul	21,15	13,11	8,04	8,10	6,03	2,07	13,06	7,08	5,97
Centro-Oeste	11,71	8,49	3,22	4,18	3,53	0,65	7,53	4,96	2,57
Pessoa de referência									
Composição demográfica									
Até 24 anos	1,93	0,96	0,97	0,68	0,58	0,10	1,25	0,38	0,87
25 a 49 anos	47,94	31,84	16,10	15,74	12,91	2,83	32,20	18,93	13,27
50 a 64 anos	45,64	31,58	14,06	15,75	12,14	3,61	29,89	19,44	10,45
65 anos ou mais	37,72	26,53	11,19	14,58	11,33	3,26	23,14	15,20	7,94
Cor ou raça									
Branços	76,17	55,40	20,77	25,37	20,52	4,85	50,80	34,88	15,92
Pretos e pardos	54,30	33,42	20,89	20,65	15,82	4,83	33,65	17,60	16,06
Sexo									
Homem	80,00	55,74	24,25	27,28	21,80	5,48	52,72	33,94	18,78
Mulher	53,24	35,17	18,07	19,47	15,16	4,32	33,76	20,01	13,76
Nível de instrução									
Sem instrução	6,56	3,65	2,92	2,99	2,22	0,77	3,58	1,43	2,15
Ensino fundamental incompleto	37,30	19,92	17,38	15,78	11,07	4,71	21,52	8,85	12,67
Ensino fundamental completo	9,37	5,60	3,77	3,56	2,69	0,86	5,81	2,91	2,91
Ensino médio incompleto	3,96	2,25	1,71	1,41	1,10	0,31	2,55	1,16	1,40
Ensino médio completo	31,34	21,53	9,81	10,53	8,59	1,93	20,81	12,93	7,88
Ensino superior incompleto	4,89	3,44	1,45	1,59	1,34	0,25	3,30	2,10	1,20
Ensino superior completo	39,81	34,52	5,29	10,90	9,95	0,95	28,91	24,57	4,34

Tabela 4.1 - Despesa monetária e não monetária média *per capita* com saúde, por tipo de despesa e forma de aquisição, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(conclusão)

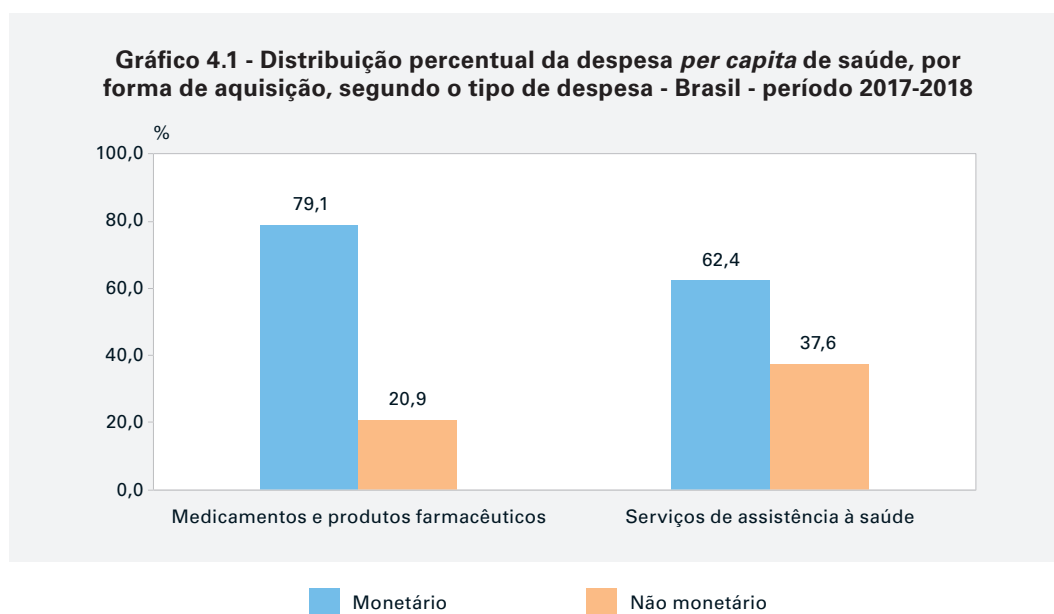
Condicionantes e subgrupos selecionados	Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> com saúde, por tipo de despesa e forma de aquisição (R\$)								
	Total			Medicamentos e produtos farmacêuticos			Serviços de assistência à saúde		
	Total	Mone-tária	Não mone-tária	Total	Mone-tária	Não mone-tária	Total	Mone-tária	Não mone-tária
Ocupação e formalização									
Empregado doméstico	4,00	1,81	2,19	1,59	1,04	0,55	2,41	0,77	1,64
Empregado com carteira	25,06	16,34	8,72	7,97	6,60	1,37	17,09	9,74	7,35
Empregado sem carteira	7,09	4,48	2,61	2,50	1,98	0,53	4,58	2,50	2,09
Militar e empregado do setor público	15,32	12,34	2,98	5,10	4,43	0,67	10,22	7,91	2,31
Conta própria	24,29	16,26	8,03	8,41	6,57	1,84	15,88	9,69	6,19
Empregador	9,49	8,37	1,13	2,40	2,18	0,23	7,09	6,19	0,90
Fora da força de trabalho e outros casos	47,97	31,32	16,66	18,77	14,17	4,60	29,20	17,15	12,06
Composição da família									
Um adulto sem criança	6,41	4,08	2,33	2,19	1,54	0,65	4,22	2,54	1,67
Um adulto com ao menos uma criança	2,09	1,17	0,92	0,72	0,53	0,20	1,37	0,65	0,73
Mais de um adulto sem criança	40,30	28,12	12,18	13,70	10,80	2,90	26,60	17,32	9,27
Mais de um adulto com ao menos uma criança	36,82	23,78	13,04	11,66	9,65	2,00	25,16	14,12	11,04
Um ou mais idosos com ou sem crianças	17,31	12,14	5,17	6,55	5,13	1,42	10,76	7,01	3,74
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	30,30	21,61	8,69	11,92	9,31	2,61	18,38	12,30	6,08
Décimos de rendimento									
1º	2,71	1,78	0,93	1,26	1,06	0,20	1,45	0,73	0,72
2º	3,84	2,22	1,63	1,76	1,38	0,37	2,09	0,83	1,25
3º	5,44	2,98	2,45	2,42	1,85	0,57	3,02	1,14	1,88
4º	6,71	4,05	2,65	2,91	2,23	0,68	3,80	1,83	1,97
5º	8,18	4,82	3,35	3,47	2,59	0,88	4,70	2,23	2,48
6º	10,19	6,39	3,80	4,31	3,26	1,05	5,88	3,13	2,75
7º	12,50	7,51	4,99	5,02	3,77	1,25	7,48	3,74	3,74
8º	15,96	9,77	6,19	5,99	4,35	1,64	9,96	5,42	4,54
9º	22,22	15,13	7,10	7,66	5,98	1,67	14,57	9,14	5,42
10º	45,50	36,26	9,24	11,96	10,49	1,47	33,53	25,77	7,77

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

A Tabela 4.1 mostra a despesa *per capita* em saúde, medicamentos, produtos farmacêuticos e serviços de saúde por forma de aquisição, monetária e não monetária. A aquisição na forma monetária, mostra desembolso direto para o acesso à saúde. Na parte não monetária, a aquisição ocorre sem nenhum desembolso. Na edição da POF 2017-2018, a aquisição dos serviços de saúde foi captada da forma monetária e não monetária, isto indica o acesso aos serviços médicos de forma gratuita tanto no setor público como também em instituições particulares.

De acordo com a Tabela 4.1, no Brasil, a despesa *per capita* com saúde foi de R\$ 133,23, composta por uma parte monetária (R\$ 90,91) e outra não monetária (R\$ 42,32). Praticamente 30% da despesa com saúde foi por gasto não monetário, revelando a importância deste componente no acesso em saúde. A despesa com saúde é composta com gastos com medicamentos e produtos farmacêuticos (R\$ 46,75) e com serviços de saúde (R\$ 86,48).

A procura por um serviço e produto ocorre a partir de uma necessidade em saúde. O acesso para tratamento da saúde pode ser visto a partir dos gastos com produtos de medicamentos e produtos farmacêuticos, em grande parte medicamentos. É possível observar que a despesa não monetária representou 20,9% do total de medicamentos e produtos farmacêuticos. Os gastos com serviços de saúde mostram tanto o acesso realizado para consultas e exames como também o acesso potencial, evidenciado pelo plano de saúde. Nos serviços, o peso do não monetário é expressivo (37,6%). Isto demonstra o peso do não monetário no acesso, o que promove uma maior equidade (Gráfico 4.1).

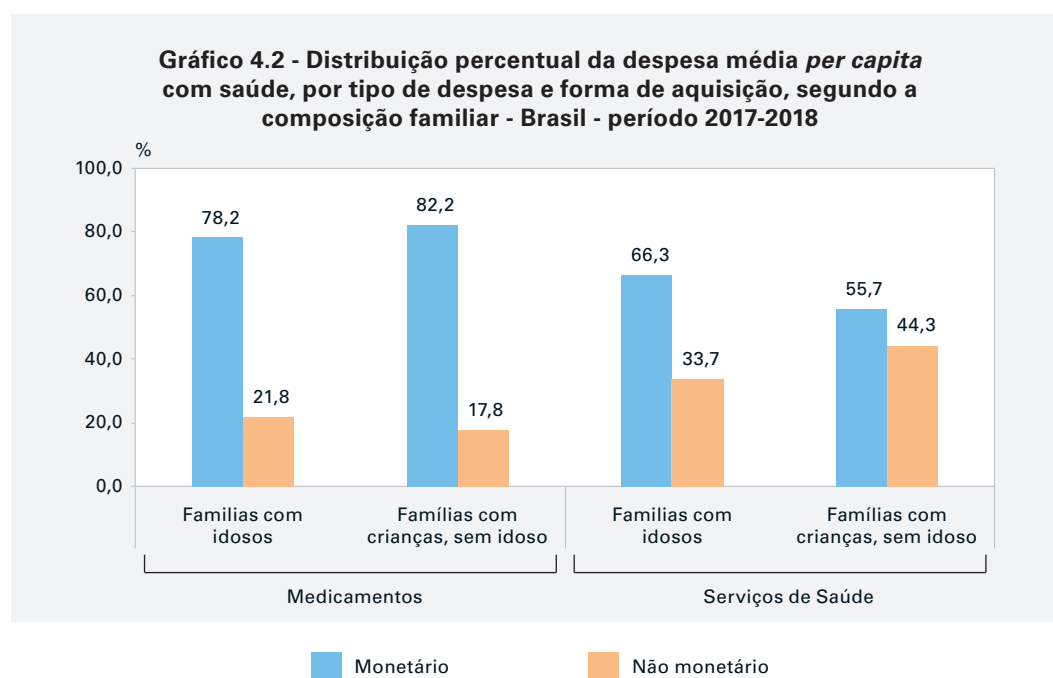


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Analisando a despesa *per capita* em saúde de famílias a partir da cor da pessoa de referência, nas de cor preta e parda é possível observar que representava 71,3% da despesa das famílias com pessoa de referência branca. A maior diferença encontra-se na aquisição por desembolsos diretos (monetária). Interessante pontuar que em aquisições não monetárias não se observa diferenças relevantes. O fato da despesa *per capita* monetária ter um valor menor em famílias com pessoa de referência pretas e pardas pode estar

correlacionado com a capacidade de pagamento menor deste grupo enquanto, quando a despesa foi não monetária, não se observou esta diferença. Isso indica a importância das aquisições não monetárias para redução das disparidades raciais de acesso em saúde.

Outra característica é a composição etária das famílias. Famílias que possuíam idosos foram responsáveis por 35,7% do gasto total. Já as famílias com crianças (sem idoso), representavam 29,2% da despesa total. O Gráfico 4.2 mostra a participação de cada forma de aquisição no orçamento em saúde da família. O peso do não monetário foi diferente entre as famílias e por tipo de gasto em saúde. Nos gastos com medicamentos e produtos farmacêuticos, a participação maior do não monetário foi das famílias com idosos enquanto nos serviços médicos foram as famílias com crianças. Uma explicação plausível é que crianças precisam ir mais a postos de saúde para vacinas e outros serviços.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

De acordo com a posição da ocupação da pessoa de referência, o maior gasto *per capita* em saúde foi na posição empregado com carteira e o menor, empregado doméstico. Entretanto, a análise por forma de aquisição mostrou que o peso do gasto não monetário foi maior entre as posições empregado doméstico (54,8%), seguido de empregado sem carteira (36,8%). Isto pode indicar que as posições com maior nível de informalidade, e, por conseguinte, menor proteção social, tiveram acesso devido às possibilidades do acesso de forma gratuita. Há fatores que podem intensificar o acesso, no qual renda disponível das famílias é uma delas. Fazendo uma análise da despesa na distribuição de renda, observa-se que na distribuição do acesso por via monetária, a distância dos 10% mais pobres para os 10% mais ricos é de 19 vezes. Quando o acesso é por via não monetária, a distância cai para cerca de 9%. Isso é relevante para mostrar a importância dos gastos não monetários para famílias mais pobres, como fator de redução das disparidades de acesso.

Tabela 4.2 - Proporção de pessoas das famílias residentes e despesa monetária e não monetária média *per capita*, por posse de plano de saúde, segundo condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continua)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes (%)			Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> (R\$)		
	Todos os moradores da família têm plano de saúde	Pelo menos 1 pessoa da família tem plano de saúde	Nenhum morador da família tem plano de saúde	Todos os moradores da família têm plano de saúde	Pelo menos 1 pessoa da família tem plano de saúde	Nenhum morador da família tem plano de saúde
Localização geográfica do domicílio						
Brasil	18,1	17,4	64,4	55,78	23,86	53,59
Urbano	17,5	16,5	51,3	54,38	22,88	44,31
Rural	0,7	1,0	13,1	1,39	0,99	9,29
Grandes Regiões						
Norte	0,6	1,2	6,7	0,93	0,88	2,88
Nordeste	2,5	3,7	21,1	7,21	4,28	14,14
Sudeste	10,3	8,5	23,5	34,86	12,56	22,62
Sul	3,3	2,6	8,4	8,09	3,92	9,14
Centro-Oeste	1,5	1,4	4,7	4,68	2,21	4,82
Pessoa de referência						
Composição demográfica						
Até 24 anos	0,2	0,5	2,4	0,20	0,48	1,25
25 a 49 anos	9,3	8,6	34,6	17,94	9,17	20,83
50 a 64 anos	5,6	5,5	17,8	20,13	8,10	17,41
65 anos ou mais	3,0	2,8	9,7	17,50	6,11	14,11
Cor ou raça						
Brancos	11,3	7,7	22,4	40,63	12,03	23,51
Pretos e pardos	6,4	9,4	41,3	13,53	11,34	29,44
Sexo						
Homem	12,0	10,3	37,5	35,30	13,82	30,87
Mulher	6,1	7,2	26,9	20,47	10,04	22,72
Nível de instrução						
Sem instrução	0,2	0,6	6,2	0,64	0,58	5,34
Ensino fundamental incompleto	2,4	5,0	29,4	6,35	6,20	24,75
Ensino fundamental completo	0,9	1,5	6,4	2,58	1,96	4,84
Ensino médio incompleto	0,5	0,9	3,7	0,74	0,83	2,39
Ensino médio completo	5,3	6,0	14,1	12,06	7,96	11,31
Ensino superior incompleto	1,1	0,8	1,4	2,48	1,03	1,38
Ensino superior completo	7,7	2,8	3,2	30,93	5,29	3,59

Tabela 4.2 - Proporção de pessoas das famílias residentes e despesa monetária e não monetária média *per capita*, por posse de plano de saúde, segundo condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(conclusão)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes (%)			Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> (R\$)		
	Todos os moradores da família têm plano de saúde	Pelo menos 1 pessoa da família tem plano de saúde	Nenhum morador da família tem plano de saúde	Todos os moradores da família têm plano de saúde	Pelo menos 1 pessoa da família tem plano de saúde	Nenhum morador da família tem plano de saúde
Ocupação e formalização						
Empregado doméstico	0,2	0,7	4,6	0,34	0,72	2,94
Empregado com carteira	5,7	5,3	12,4	11,21	5,78	8,08
Empregado sem carteira	0,7	1,0	6,1	2,31	1,21	3,57
Militar e empregado do setor público	3,4	1,9	3,8	9,38	2,77	3,16
Conta própria	2,4	3,1	16,7	7,67	3,84	12,79
Empregador	1,5	0,5	1,5	6,57	1,33	1,60
Fora da força de trabalho e outros casos	4,2	4,9	19,4	18,30	8,21	21,46
Composição da família						
Um adulto sem criança	0,8	-	2,2	3,27	-	3,14
Um adulto com ao menos uma criança	0,4	0,2	1,9	0,72	0,22	1,15
Mais de um adulto sem criança	5,9	5,2	16,7	17,37	7,46	15,47
Mais de um adulto com ao menos uma criança	7,2	7,8	30,4	13,03	7,71	16,09
Um ou mais idosos com ou sem crianças	1,5	0,2	2,8	10,52	0,68	6,11
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	2,4	4,1	10,4	10,87	7,80	11,64
Décimos de rendimento						
1º	0,2	0,6	9,2	0,29	0,21	2,21
2º	0,3	1,0	8,8	0,20	0,48	3,16
3º	0,4	1,2	8,4	0,34	0,77	4,33
4º	0,6	1,7	7,7	0,54	1,29	4,87
5º	0,9	2,0	7,1	1,03	1,80	5,35
6º	1,2	2,1	6,7	1,54	2,54	6,11
7º	1,7	2,4	5,9	2,60	2,76	7,14
8º	2,3	2,6	5,1	4,46	4,26	7,23
9º	3,7	2,4	3,9	9,47	4,98	7,77
10º	6,8	1,4	1,7	35,29	4,78	5,43

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

O acesso a serviços de saúde potencial ocorre a partir de certas características, como renda e acesso a seguro de saúde privado. No Brasil, todos estão assegurados pelo SUS. Não obstante, quando possuem seguro de saúde privado, este acesso pode ser intensificado. Um aspecto a ser observado é que o acesso a seguro privado (plano de saúde) gera uma dupla entrada no sistema de saúde, via pública e privada, o que pode aumentar as disparidades de acesso e, por conseguinte, diferenças no estado de saúde da população.

No Brasil, 18,1% das pessoas vivem em famílias onde todos possuem plano de saúde, 17,4% com pelo menos uma pessoa e 64,4% com ninguém com plano de saúde, ou seja, exclusivamente acesso pelo SUS ou por desembolso direto. Este dado já nos dá um panorama da importância do SUS para as famílias. No caso de haver desembolso direto, isto pode gerar efeitos perversos na estrutura de gastos das famílias, ou seja, mudança de alocações orçamentárias para garantir o acesso à saúde privado, diminuindo a demanda por outros bens e serviços.

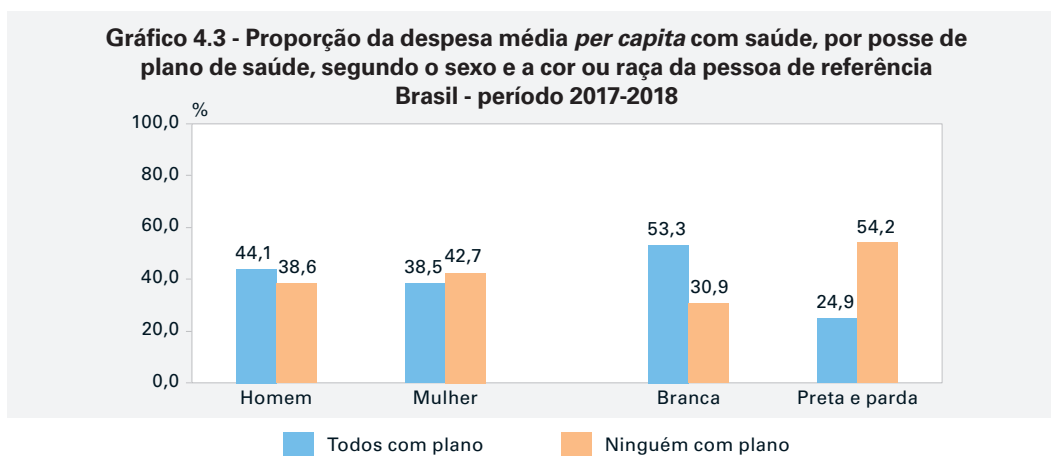
Das pessoas que vivem em famílias com todos com plano de saúde, 10,3% tem o local do domicílio na Região Sudeste e 0,6% na Região Norte. Por outro lado, das pessoas que residem em famílias com ninguém com plano de saúde, 23,5% vivem na Região Sudeste e 4,7% na Região Centro-Oeste.

Analisando os gastos das famílias a partir de características da pessoa de referência, é possível observar que a proporção de pessoas que vivem em famílias com pessoa de referência mulher, em todos os grupos de acesso a planos de saúde, eram sempre menores comparados a quando eram homens. No entanto, fazendo uma análise da despesa *per capita* em saúde entre estes grupos, pode-se perceber que famílias com pessoa de referência mulher (R\$ 53,29) tiveram sua maior participação no grupo sem nenhum plano de saúde, 42,7%. Quando a pessoa de referência é homem (R\$ 80,00) isto se inverte, pois a maior participação na despesa destas famílias foi no grupo de todos com plano de saúde, com 44,1% (Gráfico 4.3).

As disparidades raciais também se apresentam no acesso a plano de saúde privado. Em famílias que todos possuíam plano de saúde, 6,4% eram no grupo de pessoa de referência preta e parda, enquanto quando era de branco foi de 11,3%. Por outro lado, quando não havia ninguém com plano de saúde, 41,3% eram do grupo de pessoa de referência preta e parda, enquanto 22,4% eram do de branca. Isto indica que há uma maior proporção de pessoas em famílias de pessoas de referência pretas e pardas com acesso prioritário pelo SUS ou que teriam que realizar desembolsos diretos no momento de alguma necessidade em saúde.

O acesso a plano de saúde impacta na composição da despesa. A despesa *per capita* de famílias com pessoa de referência preta e parda (R\$ 54,30) teve sua maior participação no grupo sem nenhum plano de saúde (54,2%). Quando a pessoa de referência era branca (R\$ 76,17), ocorre uma inversão, dado que a maior participação na despesa foi no grupo de todos com plano de saúde (53,3%) (Gráfico 4.3).

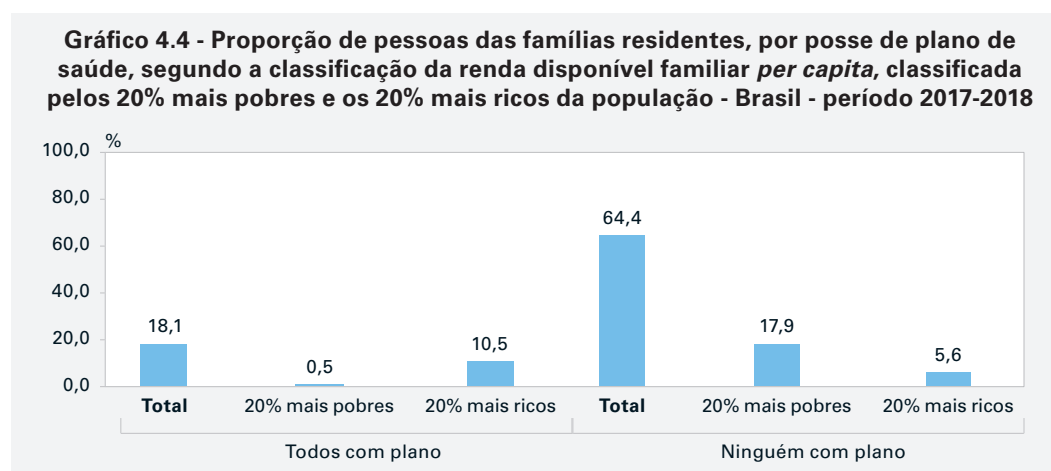
Nas composições familiares, em 3,8% das famílias com idosos todos possuíam planos e em 13,2% ninguém possuía. Chama a atenção pois este grupo populacional tende a ter maiores necessidades em saúde e, portanto, ter plano de saúde poderia garantir um melhor acesso e tratamento de doenças típicas da população mais idosa. A contribuição na despesa *per capita* de famílias com idosos mostra diferenças, visto que 44,9% da despesa *per capita* estava em famílias em que todos tinham plano de saúde enquanto 37,3% estava nas com ninguém com plano de saúde.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

A posição de ocupação da pessoa de referência também mostra diferenças no acesso à saúde a partir dos planos de saúde. As famílias com pessoas de referência em posições de ocupação com maior grau de informalidade, como conta própria, empregado sem carteira e trabalhador doméstico, eram as que possuíam menor acesso a plano de saúde. Do grupo com todos com plano de saúde, apenas 3,4% eram destas categorias, enquanto do com ninguém com plano, 27,3%.

As disparidades no acesso a plano de saúde indicam correlação com a distribuição de renda. No grupo de famílias com todos com planos de saúde (18,1%), 10,5% encontram-se nos 20% mais ricos da distribuição de renda. Na outra ponta, os 20% mais pobres representam menos que 1%. Já em famílias onde ninguém tem plano de saúde (64,4%), os 20% mais pobres representam 17,9%, enquanto os 20% mais ricos, 5,6%. Este dado mostra que são as pessoas em estratos de renda mais baixos que demandam mais serviços e medicamentos no setor público, pois provavelmente possuem pouco espaço no orçamento familiar para aquisição destes serviços por desembolso direto (Gráfico 4.4). Quando se observa como a despesa em saúde foi distribuído entre os grupos, pode-se também perceber estas disparidades. Na despesa *per capita* dos 20% mais pobres, eram as famílias sem plano de saúde que tinham maior participação, cerca de 81,9%. Já na despesa dos 20% mais ricos, eram famílias com todos com plano que possuíam maior representatividade, com 66,1%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Tabela 4.3 - Proporção de pessoas das famílias residentes com restrição de acesso à saúde, por motivo, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continua)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes com restrição de acesso à saúde, por motivo (%)									
	Total		Falta de dinheiro		Indisponibilidade do produto ou serviço		Dificuldade de chegar a algum local de aquisição		Outros motivos	
	Medicamentos	Serviços de saúde	Medicamentos	Serviços de saúde	Medicamentos	Serviços de saúde	Medicamentos	Serviços de saúde	Medicamentos	Serviços de saúde
Localização geográfica do domicílio										
Brasil	16,4	26,2	11,0	16,9	4,9	8,1	0,4	0,9	0,9	3,7
Urbano	13,2	21,3	8,7	13,3	4,3	7,0	0,2	0,6	0,7	3,2
Rural	3,2	4,9	2,3	3,6	0,6	1,1	0,2	0,3	0,1	0,5
Grandes Regiões										
Norte	2,0	2,4	1,5	1,6	0,4	0,7	0,1	0,2	0,2	0,3
Nordeste	5,9	9,7	4,6	6,6	1,2	2,8	0,1	0,4	0,3	1,3
Sudeste	5,6	8,2	3,0	4,5	2,5	3,1	0,1	0,2	0,3	1,1
Sul	1,5	3,9	1,0	3,0	0,5	0,7	0,0	0,1	0,1	0,6
Centro-Oeste	1,3	2,0	0,9	1,1	0,3	0,7	0,0	0,1	0,1	0,3
Pessoa de referência										
Composição demográfica										
Até 24 anos	0,4	0,8	0,3	0,5	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1
25 a 49 anos	8,1	13,4	5,5	8,4	2,3	4,2	0,2	0,5	0,4	1,9
50 a 64 anos	5,3	8,1	3,5	5,3	1,7	2,5	0,1	0,3	0,3	1,2
65 anos ou mais	2,6	4,0	1,7	2,7	0,9	1,2	0,1	0,2	0,2	0,6
Cor ou raça										
Brancos	5,2	9,2	3,1	5,9	1,8	2,7	0,1	0,3	0,3	1,4
Pretos e pardos	11,0	16,7	7,7	10,7	3,1	5,3	0,2	0,6	0,5	2,3
Sexo										
Homem	8,9	14,7	5,8	9,5	2,8	4,5	0,2	0,6	0,5	2,1
Mulher	7,5	11,5	5,2	7,3	2,1	3,6	0,1	0,4	0,4	1,6
Nível de instrução										
Sem instrução	1,6	2,3	1,2	1,6	0,4	0,6	0,1	0,1	0,0	0,3
Ensino fundamental incompleto	7,7	11,3	5,4	7,6	2,2	3,5	0,2	0,5	0,3	1,4
Ensino fundamental completo	1,5	2,4	1,0	1,5	0,5	0,8	0,0	0,1	0,1	0,3
Ensino médio incompleto	0,7	1,5	0,5	0,9	0,2	0,5	0,0	0,0	0,0	0,2
Ensino médio completo	3,4	5,9	2,1	3,6	1,1	1,8	0,1	0,2	0,2	0,9
Ensino superior incompleto	0,4	0,7	0,2	0,4	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1
Ensino superior completo	1,1	2,1	0,5	1,2	0,4	0,6	0,0	0,0	0,1	0,5

Tabela 4.3 - Proporção de pessoas das famílias residentes com restrição de acesso à saúde, por motivo, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

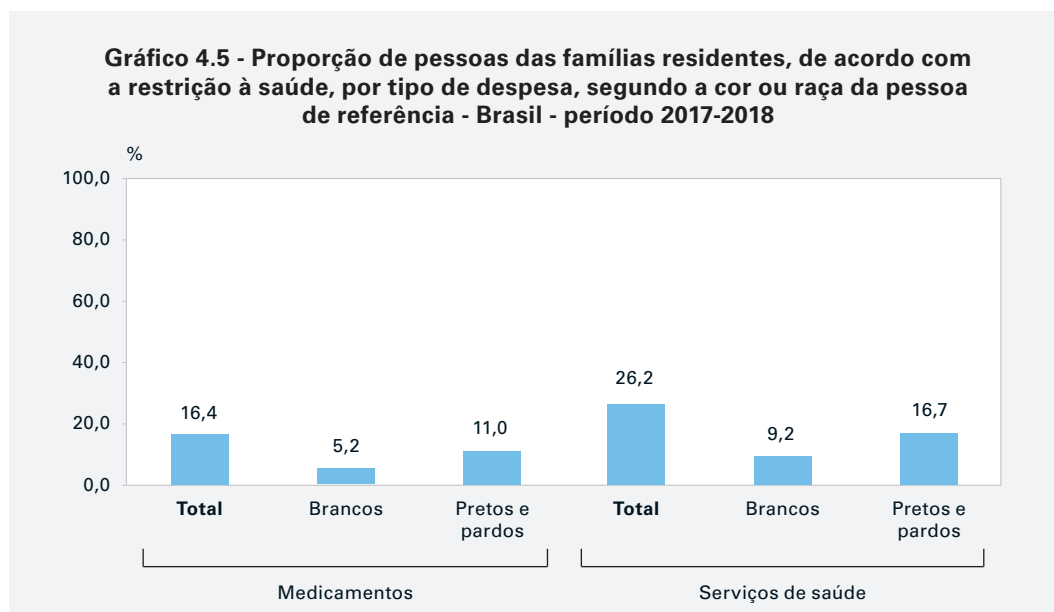
(conclusão)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes com restrição de acesso à saúde, por motivo (%)									
	Total		Falta de dinheiro		Indisponibilidade do produto ou serviço		Dificuldade de chegar a algum local de aquisição		Outros motivos	
	Medicamentos	Serviços de saúde	Medicamentos	Serviços de saúde	Medicamentos	Serviços de saúde	Medicamentos	Serviços de saúde	Medicamentos	Serviços de saúde
Ocupação e formalização										
Empregado doméstico	1,3	1,9	0,9	1,2	0,4	0,7	0,0	0,0	0,0	0,2
Empregado com carteira	2,8	5,3	1,7	3,2	1,0	1,6	0,1	0,2	0,2	0,9
Empregado sem carteira	1,4	2,1	1,0	1,4	0,4	0,6	0,0	0,1	0,1	0,3
Militar e empregado do setor público	1,2	2,0	0,7	1,2	0,4	0,7	0,0	0,1	0,1	0,4
Conta própria	3,9	6,3	2,6	4,2	1,1	1,9	0,1	0,3	0,2	0,8
Empregador	0,3	0,6	0,1	0,3	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1
Fora da força de trabalho e outros casos	5,5	8,0	3,9	5,4	1,5	2,4	0,1	0,3	0,2	1,0
Composição da família										
Um adulto sem criança	0,3	0,5	0,2	0,3	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Um adulto com ao menos uma criança	0,4	0,7	0,3	0,4	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1
Mais de um adulto sem criança	4,0	7,1	2,6	4,6	1,2	2,1	0,1	0,2	0,2	1,1
Mais de um adulto com ao menos uma criança	8,0	12,3	5,5	7,8	2,3	3,8	0,2	0,5	0,3	1,7
Um ou mais idosos com ou sem crianças	0,6	0,8	0,3	0,5	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	3,2	4,9	2,1	3,2	1,1	1,6	0,1	0,2	0,2	0,7
Décimos de rendimento										
1º	2,7	3,1	2,2	2,3	0,4	0,8	0,1	0,2	0,1	0,3
2º	2,3	3,4	1,8	2,4	0,4	1,0	0,0	0,2	0,1	0,3
3º	2,0	3,2	1,4	2,0	0,5	1,1	0,1	0,1	0,1	0,3
4º	2,0	3,1	1,3	2,0	0,6	0,9	0,1	0,1	0,1	0,4
5º	1,7	2,9	1,1	1,8	0,6	0,9	0,0	0,1	0,1	0,4
6º	1,5	2,6	0,9	1,7	0,5	0,8	0,0	0,1	0,1	0,4
7º	1,4	2,4	0,8	1,5	0,5	0,7	0,0	0,1	0,1	0,5
8º	1,3	2,3	0,8	1,5	0,5	0,7	0,0	0,1	0,1	0,4
9º	1,0	2,0	0,5	1,0	0,5	0,6	0,0	0,1	0,1	0,4
10º	0,6	1,2	0,2	0,6	0,3	0,3	0,0	0,0	0,1	0,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

A demanda não atendida em saúde mostra uma característica de acesso a saúde não equitativo. No momento de necessidade em saúde, as pessoas tiveram restrição de acesso devido à falta de recursos, oferta inadequada, dificuldade de chegar ao serviço e produto ou outro motivo. Além disso, as características das famílias revelam diferentes graus de restrição. No Brasil, 16,4% das pessoas pertenciam a famílias que tiveram alguma restrição ao acesso a medicamentos e 26,2% a serviços de saúde. A maior parte da restrição a medicamentos foi pelo motivo de falta de dinheiro (11,0%), seguida pelo motivo de oferta do produto (4,9%). Isso também ocorre na restrição a serviços de saúde, onde o principal motivo foi falta de dinheiro (16,9%) seguido pela falta do produto ou serviço (8,1%).

A restrição de acesso atingiu mais as famílias com pessoa de referência preta ou parda, tanto para restrição de medicamentos (11,0%) como para restrição de serviços de saúde (16,7%). Estas famílias representaram 67,4% do total das restrições a medicamentos e 63,6% das restrições a serviços de saúde. O principal motivo foi a falta de dinheiro e a falta do produto ou serviço. Em comparação com as famílias de pessoa de referência branca é possível observar diferenças relevantes na restrição, como a diferença de 5,9 pontos percentuais na restrição de medicamentos e de 7,15 para serviços de saúde (Gráfico 4.5).

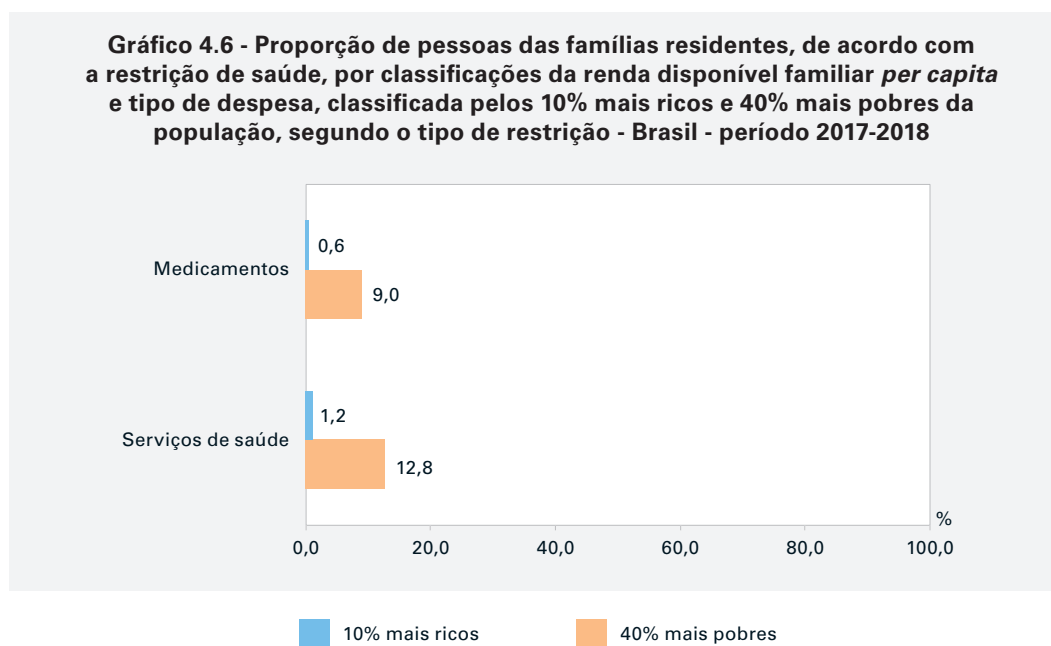


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Fazendo análise pela composição familiar, o grupo que inclui famílias com crianças (sem idoso) tiveram maiores restrições tanto em medicamentos (8,4%) como em serviço de saúde (12,9%) do que famílias com idosos (3,7% e 5,7%, respectivamente). Notadamente, ambos os grupos tiveram restrição de acesso tanto em medicamentos como em serviços. Além disso, os principais motivos da restrição foram a falta de recursos e a disponibilidade do produto ou serviço. Entretanto, como foram as famílias com crianças as mais afetadas, estas deveriam ter um maior direcionamento em políticas de acesso a saúde, como medicamentos para uso infantil.

De acordo com a posição de ocupação da pessoa de referência, observa-se que as de conta própria foram as com maiores restrições, tanto em medicamentos (3,9%) como em serviços médicos (6,3%) e as menores foram de empregadores (0,3% e 0,6%, respectivamente). Importante ressaltar que a posição da ocupação inclui uma heterogeneidade em postos de trabalho, muitos em informalidade.

A restrição a saúde está diretamente relacionada a dois fatores: restrição de recursos para a aquisição e baixa oferta. O primeiro fator está relacionado com a capacidade de pagamento das famílias, que é uma relação direta da renda disponível para consumo. No momento da necessidade em saúde de pessoa da família, a restrição de acesso pelo fator da renda é um indicativo de que há iniquidades de acesso. Os 40% mais pobres da distribuição tinham maiores graus de restrição quando comparados com os 10% mais ricos. Na restrição a medicamentos, 9,0% das pessoas estavam nos 40% mais pobres, enquanto 0,6% nos 10% mais ricos. Na restrição de acesso a serviços essa distância ainda é maior, pois 12,8% estavam nos 40% mais pobres e 1,2% dos 10% mais ricos (Gráfico 4.6).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

As principais características das famílias com restrição a medicamentos eram com pessoas de referência na faixa etária de 24 a 49 anos (8,1%), de cor preta e parda (11,0%), sexo masculino (8,9%), nível de instrução fundamental incompleto (7,7%), em famílias com adultos e crianças (8,4%), e com posição da ocupação conta própria (3,9%). De forma análoga, quando a restrição era de serviços, as principais características eram pessoas de referência na faixa etária de 24 a 49 anos (13,4%), de cor preta e parda (16,7%), sexo masculino (14,7%), nível de instrução fundamental incompleto (11,4%), em famílias com adultos e crianças (12,9%), com posição da ocupação conta própria (6,3%).

Tabela 4.4 - Proporção de pessoas das famílias residentes e despesa monetária e não monetária média *per capita* com saúde, por avaliação do padrão de vida familiar em relação a saúde, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continua)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes (%)			Despesa média monetária e não monetária <i>per capita</i> com saúde (R\$)			
	Bom	Satisfatório	Ruim	Total	Bom	Satisfatório	Ruim
Localização geográfica do domicílio							
Brasil	44,6	28,9	26,5	133,23	65,15	38,06	30,02
Urbano	38,9	24,3	22,1	121,57	60,83	34,18	26,56
Rural	5,8	4,6	4,3	11,67	4,32	3,89	3,46
Grandes Regiões							
Norte	3,3	2,4	2,9	4,70	1,79	1,40	1,50
Nordeste	10,2	8,4	8,7	25,63	10,24	7,99	7,41
Sudeste	19,7	12,2	10,3	70,04	36,04	19,38	14,62
Sul	7,8	3,8	2,7	21,15	11,10	6,09	3,97
Centro-Oeste	3,7	2,1	1,9	11,71	5,98	3,21	2,53
Pessoa de referência							
Composição demográfica							
Até 24 anos	1,5	0,9	0,7	1,93	0,87	0,63	0,43
25 a 49 anos	24,8	14,2	13,4	47,94	25,66	12,11	10,17
50 a 64 anos	12,6	8,4	7,8	45,64	22,95	12,42	10,28
65 anos ou mais	5,7	5,3	4,5	37,72	15,67	12,90	9,15
Cor ou raça							
Branços	20,9	11,6	8,9	76,17	41,91	20,71	13,55
Pretos e pardos	23,0	16,9	17,2	54,30	21,61	16,60	16,10
Sexo							
Homem	27,6	17,2	14,9	80,00	41,40	22,35	16,24
Mulher	17,1	11,7	11,5	53,24	23,75	15,71	13,78
Nível de instrução							
Sem instrução	2,4	2,2	2,4	6,56	1,73	2,16	2,68
Ensino fundamental incompleto	14,6	11,1	11,1	37,30	13,34	12,03	11,93
Ensino fundamental completo	3,6	2,6	2,6	9,37	3,87	2,90	2,60
Ensino médio incompleto	2,2	1,4	1,4	3,96	1,59	1,27	1,10
Ensino médio completo	11,8	7,0	6,5	31,34	15,27	9,30	6,78
Ensino superior incompleto	1,6	1,0	0,7	4,89	2,45	1,52	0,92
Ensino superior completo	8,5	3,4	1,7	39,81	26,91	8,89	4,01

Tabela 4.4 - Proporção de pessoas das famílias residentes e despesa monetária e não monetária média *per capita* com saúde, por avaliação do padrão de vida familiar em relação a saúde, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(conclusão)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes (%)			Despesa média monetária e não monetária <i>per capita</i> com saúde (R\$)			
	Bom	Satisfatório	Ruim	Total	Bom	Satisfatório	Ruim
Ocupação e formalização							
Empregado doméstico	2,4	1,4	1,7	4,00	1,62	1,13	1,26
Empregado com carteira	11,7	6,3	5,4	25,06	13,81	6,40	4,86
Empregado sem carteira	3,5	2,2	2,2	7,09	3,48	1,98	1,63
Militar e empregado do setor público	4,8	2,6	1,6	15,32	8,99	4,11	2,21
Conta própria	9,4	6,4	6,4	24,29	11,35	6,78	6,16
Empregador	2,2	0,8	0,5	9,49	6,57	2,16	0,76
Fora da força de trabalho e outros casos	10,6	9,2	8,7	47,97	19,33	15,50	13,15
Composição da família							
Um adulto sem criança	1,5	0,8	0,7	6,41	3,23	1,59	1,59
Um adulto com ao menos uma criança	1,1	0,7	0,6	2,09	1,01	0,64	0,44
Mais de um adulto sem criança	12,9	7,8	7,0	40,30	21,22	10,67	8,41
Mais de um adulto com ao menos uma criança	21,1	12,4	11,9	36,82	19,76	9,22	7,84
Um ou mais idosos com ou sem crianças	1,7	1,5	1,2	17,31	7,28	5,84	4,19
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	6,3	5,7	5,0	30,30	12,66	10,09	7,55
Décimos de rendimento							
1º	3,8	2,7	3,5	2,71	1,09	0,71	0,91
2º	3,8	2,9	3,3	3,84	1,32	1,16	1,36
3º	3,9	3,0	3,1	5,44	1,89	1,71	1,84
4º	3,9	2,9	3,2	6,71	2,20	1,96	2,54
5º	4,1	2,9	3,0	8,18	2,98	2,57	2,63
6º	4,0	3,2	2,9	10,19	3,90	3,05	3,23
7º	4,5	3,1	2,3	12,50	5,09	3,94	3,46
8º	4,7	2,9	2,4	15,96	6,63	4,94	4,39
9º	5,3	2,9	1,8	22,22	10,62	6,62	4,98
10º	6,6	2,3	1,0	45,50	29,42	11,41	4,67

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

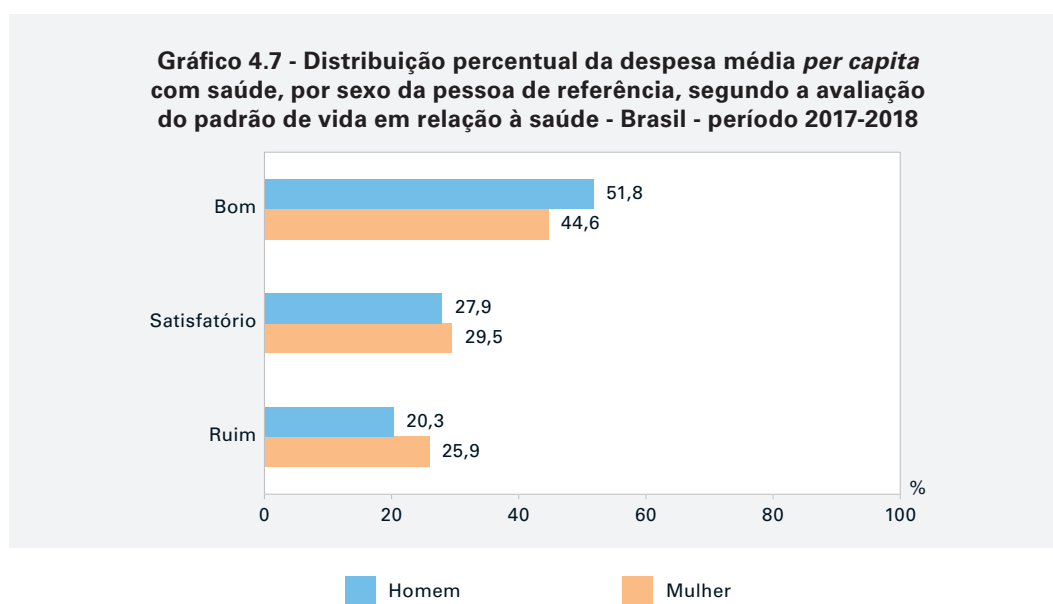
A percepção da saúde pode ser influenciada por fatores objetivos e subjetivos. Os fatores objetivos podem ser capacidade de pagamento, oferta de bens e serviços, acesso a bens e serviços de saúde sem necessidade de pagamento e estado de saúde das pessoas da família. A percepção de saúde individual ou familiar revela um aspecto amplo da saúde, pois não implica apenas a ausência de doença, mas no bem-estar físico, mental e social. Esta percepção pode ser influenciada por características familiares como nível de instrução, idade, entorno do local de domicílio e sexo.

Além disso, a percepção da saúde pode ser afetada pela posição relativa em relação ao seu grupo de referência. Este grupo pode ser o local de moradia, sua etnia e nível de escolaridade. Desta forma, apesar de possuírem a capacidade de pagamento ou estado de saúde similares, famílias podem reportar diferentes graus de satisfação com a saúde, pois podem pertencer a grupos sociais diferentes, e essa percepção é relativa à das demais famílias do seu entorno e grupo social (SILVEIRA, 2016).

De acordo com a Tabela 4.4, no Brasil, 44,6% das pessoas vivem em famílias que avaliaram a saúde como boa, 28,9% como satisfatória e 26,5% como ruim. Dos que avaliaram a saúde como ruim, 22,1% residem em áreas urbanas e 4,3% em áreas rurais. A despesa *per capita* das famílias que avaliaram como boa foi de R\$ 65,15, satisfatório de R\$ 38,06 e ruim de R\$ 30,02. A maior participação da despesa foi em famílias que avaliaram a saúde como boa (cerca de 50%), o que pode indicar que a percepção da saúde está relacionada com o maior acesso, a partir dos gastos da família.

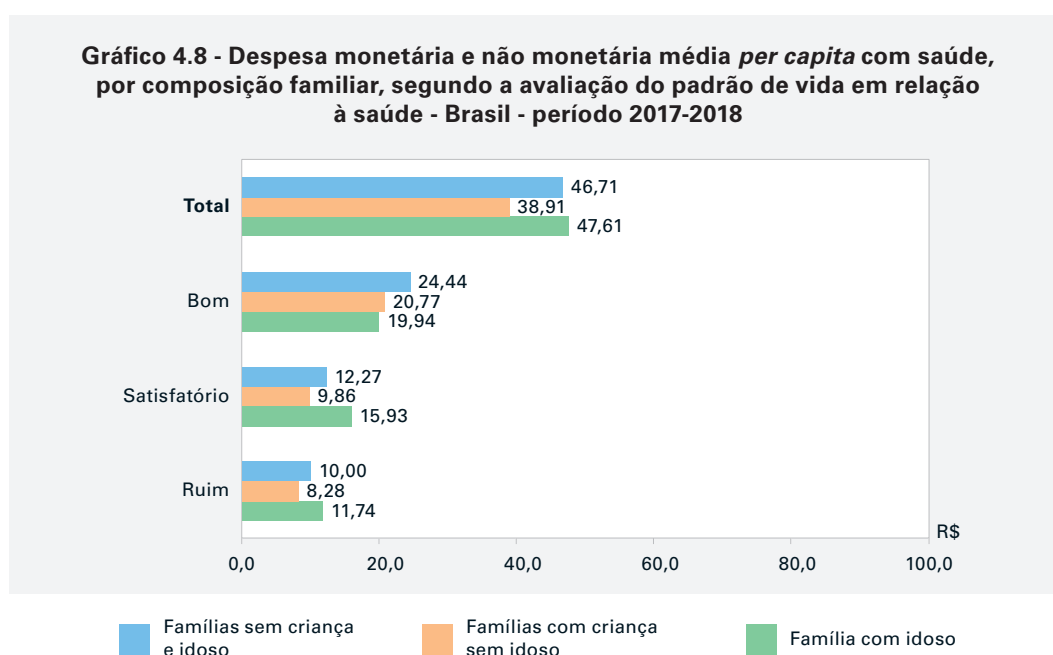
A avaliação da saúde ocorreu de forma diferente entre as regiões brasileiras. Dos que avaliaram como boa, a maior proporção era de residentes da Região Sudeste (19,7%) e a menor da Região Norte (3,3%). Quando a avaliação foi ruim, a maior proporção também foi na Região Sudeste (10,3%) e a menor no Centro-Oeste (1,90%). Também se percebe diferenças regionais entre os gastos *per capita* em saúde. O maior gasto foi na Região Sudeste (R\$ 70,04) e o menor na Região Norte (R\$ 4,70). A participação dos grupos por avaliação da saúde na composição da despesa também foi bem distinta. Na Região Sudeste, 51,5% do gasto *per capita* foram de famílias que avaliaram a saúde como boa, enquanto na Região Norte este percentual foi de 38,2%.

Fazendo análise do gasto *per capita* de características da pessoa de referência, famílias com pessoa de referência mulher tiveram o gasto *per capita* menor, independente do resultado da avaliação sobre saúde, quando comparado com o do homem. Entretanto, a composição do gasto a partir da avaliação em saúde mostra informações importantes. De acordo com a avaliação, pode-se fazer uma outra análise sobre os gastos *per capita*. No gasto *per capita* das famílias com pessoa de referência homem, o grupo que avaliou a saúde como boa teve 51,8% de participação, enquanto o grupo de famílias que avaliou como ruim teve 20,3%. Por outro lado, nas famílias com pessoa de referência mulher o maior peso também foi no grupo que avaliou como boa a saúde, com 44,6%, enquanto o que avaliou como ruim representou 29,5% (Gráfico 4.7).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Famílias com presença de idosos tiveram a maior despesa *per capita* em saúde, de R\$ 47,61, enquanto famílias sem criança e idoso, de R\$ 46,71, e famílias com crianças (sem idosos), R\$ 38,91 (Gráfico 4.8). A composição da despesa a partir da avaliação em saúde pode indicar a percepção de acesso das famílias. Quando a avaliação foi boa, famílias com idosos gastaram 41,9% do total, proporcionalmente menos do que as outras famílias, que foram 52,3% e 53,4%. Na outra ponta, quando avaliaram como ruim, as famílias com idosos gastaram proporcionalmente mais que as demais (24,7% contra 21,4%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Dimensão 5 - Educação

A dimensão cinco tem como foco a educação sob a ótica da despesa e da avaliação subjetiva do padrão de vida feita pelas pessoas de referência dos domicílios. Muito embora as despesas com o grupo de despesa de consumo educação já tenham sido divulgadas pela POF (PESQUISA..., 2019), os resultados apresentados a seguir levam em conta a despesa média *per capita* e os componentes da despesa, com sua parcela não monetária inclusa, a qual é muito importante para uma análise dos serviços de educação, dado que, em vários níveis, como por exemplo os ensinos fundamental e médio, a oferta desses serviços pela rede pública é bastante ampla.

Os componentes das despesas que serão considerados de acordo com os condicionantes são: creche e pré-escola; ensino fundamental; ensino médio; ensino superior e pós-graduação; outros cursos; e livro didático e revista técnica.

Despesa média *per capita* com educação

A Tabela 5.1 apresenta as despesas médias *per capita* com educação de acordo com os condicionantes definidos. No Brasil gasta-se em média por pessoa R\$ 120,16, sendo que a parte monetária corresponde a R\$ 52,03 (43,3%) e a não monetária a R\$ 68,13 (56,7%). Considerando os estratos geográficos na composição da média da despesa *per capita*, a área urbana contribui com R\$ 111,09 (92,5%), enquanto a área rural apenas com R\$ 9,06 (7,5%). Em ambos os estratos a parcela não monetária das respectivas participações é significativamente maior, sendo que, no caso do rural, ela representa 82,3% da contribuição total desse estrato. Outro destaque, quando se considera as diferenças geográficas é que, se tratando das Grandes Regiões, o Sudeste contribui com 52,8% (R\$ 63,45) da média, mais que o dobro do Nordeste, a segunda que mais contribui, com 19,8% (R\$ 23,74).

No que se refere à composição demográfica e levando em conta a divisão da população por características da pessoa de referência, o subgrupo de pessoas formado pelas famílias cuja a pessoa de referência está na faixa de idade entre 25 e 49 anos contribuem relativamente para o valor médio da despesa, com R\$ 74,59, ou seja, com 62,1% da média *per capita*. Importante ressaltar que este subgrupo da população é bastante numeroso, correspondendo sozinho a 52,5% da população em uma estratificação em seis subgrupos.

Considerando o subgrupo da população pelo sexo da pessoa de referência na composição da média da despesa *per capita* com educação, a parcela formada pelas famílias que declararam que a pessoa de referência era homem contribuem com 61,3% (R\$ 73,62), enquanto a formada por pessoa de referência mulher contribuem com 38,7% (R\$ 46,54). Já se levarmos em conta a composição da despesa média pelas parcelas formadas por cor ou raça da pessoa de referência, o subgrupo da população que se encontrava nos domicílios em que a pessoa de referência se declarou branca contribuiu com 51,4% (R\$ 61,79) para o valor médio da despesa, enquanto a parcela referente às famílias com pessoas de referência que se declararam pretos ou pardos foi de 46,6% (R\$ 55,94). É importante destacar que o subgrupo da população que se encontrava nos domicílios em que a pessoa de referência se declarou branca correspondia a 41,4% e no caso de pretos e pardos a 57,2%. Isso evidencia a diferença de peso desses dois subgrupos para a composição da média.

Tabela 5.1 - Despesa monetária e não monetária média *per capita* com educação, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continua)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> com educação (R\$)								
	Educação			Creche e pré-escolar			Ensino fundamental		
	Total	Mone- tária	Não mone- tária	Total	Mone- tária	Não mone- tária	Total	Mone- tária	Não mone- tária
Localização geográfica do domicílio									
Brasil	120,16	52,03	68,13	11,56	4,24	7,32	41,70	13,13	28,57
Urbano	111,09	50,43	60,66	10,85	4,16	6,70	37,39	12,76	24,63
Rural	9,06	1,60	7,46	0,71	0,08	0,63	4,31	0,37	3,94
Grandes Regiões									
Norte	4,25	1,64	2,62	0,22	0,09	0,13	1,61	0,35	1,26
Nordeste	23,74	8,72	15,02	1,71	0,72	0,99	8,41	2,35	6,06
Sudeste	63,45	30,02	33,43	6,78	2,43	4,36	21,69	7,91	13,78
Sul	16,88	6,88	10,00	1,81	0,60	1,21	5,79	1,44	4,35
Centro-Oeste	11,84	4,77	7,07	1,03	0,40	0,64	4,21	1,08	3,13
Pessoa de referência									
Composição demográfica									
Até 24 anos	2,97	0,75	2,22	0,56	0,08	0,48	0,38	0,03	0,35
25 a 49 anos	74,59	29,86	44,73	9,26	3,66	5,60	30,19	9,36	20,83
50 a 64 anos	33,49	17,00	16,49	1,22	0,34	0,88	8,22	2,70	5,52
65 anos ou mais	9,10	4,42	4,68	0,52	0,16	0,37	2,91	1,04	1,88
Cor ou raça									
Branco	61,79	33,03	28,76	5,81	2,78	3,03	20,14	8,98	11,16
Pretos e pardos	55,94	17,68	38,26	5,52	1,35	4,17	20,84	3,80	17,04
Sexo									
Homem	73,62	34,79	38,82	7,24	2,93	4,31	25,85	9,21	16,64
Mulher	46,54	17,24	29,30	4,33	1,31	3,02	15,85	3,92	11,93
Nível de instrução									
Sem instrução	3,32	0,61	2,70	0,22	0,02	0,20	1,49	0,15	1,35
Ensino fundamental incompleto	28,50	5,64	22,86	2,25	0,24	2,02	12,27	0,86	11,42
Ensino fundamental completo	8,21	1,88	6,33	0,95	0,11	0,84	3,31	0,32	2,98
Ensino médio incompleto	5,60	1,32	4,28	0,69	0,08	0,62	2,26	0,28	1,98
Ensino médio completo	30,26	12,03	18,23	3,25	0,90	2,36	10,83	3,08	7,75
Ensino superior incompleto	7,76	3,74	4,02	0,64	0,25	0,39	1,60	0,77	0,84
Ensino superior completo	36,51	26,81	9,70	3,56	2,65	0,91	9,94	7,68	2,25

Tabela 5.1 - Despesa monetária e não monetária média *per capita* com educação, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continuação)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> com educação (R\$)								
	Educação			Creche e pré-escolar			Ensino fundamental		
	Total	Mone- tária	Não mone- tária	Total	Mone- tária	Não mone- tária	Total	Mone- tária	Não mone- tária
Ocupação e formalização									
Empregado doméstico	5,78	0,91	4,86	0,56	0,05	0,51	2,59	0,15	2,44
Empregado com carteira	35,42	14,57	20,85	4,21	1,46	2,75	13,23	4,38	8,84
Empregado sem carteira	8,61	2,76	5,85	0,89	0,14	0,75	3,36	0,72	2,64
Militar e empregado do setor público	15,96	9,06	6,90	1,46	0,81	0,64	4,02	1,95	2,07
Conta própria	24,23	10,09	14,14	2,15	0,76	1,38	8,36	2,17	6,19
Empregador	8,99	6,81	2,18	0,73	0,57	0,16	3,10	2,32	0,79
Fora da força de trabalho e outros casos	21,19	7,84	13,35	1,57	0,44	1,12	7,05	1,44	5,61
Composição da família									
Um adulto sem criança	2,77	1,55	1,22	0,07	0,05	0,01	0,17	0,09	0,08
Um adulto com ao menos uma criança	4,43	1,12	3,31	0,71	0,14	0,57	2,87	0,62	2,25
Mais de um adulto sem criança	33,52	17,34	16,18	0,67	0,34	0,33	2,74	0,78	1,96
Mais de um adulto com ao menos uma criança	65,13	25,18	39,95	9,22	3,47	5,75	31,62	10,15	21,47
Um ou mais idosos com ou sem crianças	0,83	0,49	0,35	0,04	0,01	0,03	0,31	0,09	0,22
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	13,47	6,35	7,13	0,86	0,22	0,64	3,99	1,41	2,58
Décimos de rendimento									
1º	3,49	1,05	2,44	0,39	0,08	0,31	1,93	0,45	1,49
2º	6,17	1,02	5,15	0,65	0,07	0,58	3,31	0,29	3,02
3º	7,49	1,43	6,06	0,94	0,15	0,78	3,59	0,34	3,25
4º	8,97	1,67	7,30	1,26	0,19	1,07	4,11	0,40	3,71
5º	11,11	3,10	8,01	1,23	0,19	1,04	4,48	0,64	3,84
6º	10,62	3,07	7,55	1,16	0,27	0,89	4,22	0,72	3,50
7º	12,52	4,25	8,27	1,24	0,34	0,90	4,41	0,85	3,56
8º	13,85	5,63	8,22	1,20	0,38	0,82	3,92	1,02	2,91
9º	16,47	9,30	7,17	1,25	0,71	0,54	4,22	2,23	1,99
10º	29,47	21,51	7,96	2,24	1,85	0,39	7,51	6,19	1,32

Tabela 5.1 - Despesa monetária e não monetária média *per capita* com educação, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continuação)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> com educação (R\$)					
	Ensino médio			Ensino superior e pós-graduação		
	Total	Mone-tária	Não mone-tária	Total	Mone-tária	Não mone-tária
Localização geográfica do domicílio						
Brasil	15,51	3,17	12,34	30,74	18,38	12,36
Urbano	14,01	3,06	10,94	29,67	17,78	11,89
Rural	1,50	0,11	1,40	1,06	0,60	0,47
Grandes Regiões						
Norte	0,63	0,09	0,54	1,05	0,65	0,40
Nordeste	3,54	0,58	2,96	5,39	2,60	2,79
Sudeste	7,92	1,88	6,04	16,38	10,64	5,74
Sul	1,90	0,34	1,57	4,94	2,80	2,13
Centro-Oeste	1,51	0,28	1,23	2,98	1,69	1,29
Pessoa de referência						
Composição demográfica						
Até 24 anos	0,38	0,01	0,38	1,23	0,39	0,84
25 a 49 anos	9,55	1,64	7,91	13,64	8,00	5,64
50 a 64 anos	4,48	1,36	3,12	13,28	8,19	5,09
65 anos ou mais	1,09	0,16	0,93	2,59	1,80	0,78
Cor ou raça						
Brancos	6,73	2,05	4,68	18,43	11,35	7,08
Pretos e pardos	8,46	1,00	7,45	11,58	6,58	5,00
Sexo						
Homem	8,91	2,22	6,69	19,07	12,13	6,94
Mulher	6,60	0,95	5,65	11,66	6,25	5,42
Nível de instrução						
Sem instrução	0,66	0,05	0,61	0,27	0,19	0,08
Ensino fundamental incompleto	4,83	0,36	4,47	4,68	2,48	2,19
Ensino fundamental completo	1,43	0,09	1,34	1,37	0,80	0,57
Ensino médio incompleto	1,05	0,10	0,94	0,82	0,53	0,29
Ensino médio completo	3,78	0,59	3,18	7,24	4,23	3,01
Ensino superior incompleto	0,45	0,15	0,30	3,91	1,69	2,22
Ensino superior completo	3,32	1,82	1,50	12,45	8,45	4,00

Tabela 5.1 - Despesa monetária e não monetária média *per capita* com educação, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continuação)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> com educação (R\$)					
	Ensino médio			Ensino superior e pós-graduação		
	Total	Mone- tária	Não mone- tária	Total	Mone- tária	Não mone- tária
Ocupação e formalização						
Empregado doméstico	1,05	0,04	1,01	0,72	0,39	0,33
Empregado com carteira	4,43	0,84	3,59	7,84	4,31	3,53
Empregado sem carteira	1,14	0,13	1,02	1,82	1,08	0,74
Militar e empregado do setor público	1,97	0,68	1,29	5,43	3,19	2,24
Conta própria	3,10	0,54	2,57	6,45	4,11	2,34
Empregador	0,88	0,49	0,40	2,59	1,96	0,64
Fora da força de trabalho e outros casos	2,92	0,46	2,46	5,89	3,34	2,54
Composição da família						
Um adulto sem criança	0,05	0,01	0,04	1,82	0,91	0,91
Um adulto com ao menos uma criança	0,06	0,00	0,05	0,12	0,07	0,05
Mais de um adulto sem criança	6,41	1,52	4,89	17,24	10,03	7,21
Mais de um adulto com ao menos uma criança	6,89	1,11	5,78	7,43	4,67	2,77
Um ou mais idosos com ou sem crianças	0,03	0,02	0,02	0,12	0,12	0,00
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	2,07	0,50	1,57	4,01	2,59	1,42
Décimos de rendimento						
1º	0,39	0,04	0,35	0,26	0,23	0,03
2º	0,93	0,09	0,85	0,44	0,32	0,12
3º	1,24	0,09	1,15	0,56	0,39	0,17
4º	1,47	0,09	1,38	0,82	0,49	0,33
5º	1,68	0,11	1,57	1,88	1,40	0,48
6º	1,50	0,13	1,38	2,18	1,13	1,05
7º	1,94	0,14	1,80	3,12	1,94	1,18
8º	2,18	0,44	1,74	4,27	2,44	1,83
9º	1,93	0,56	1,37	6,19	3,60	2,59
10º	2,24	1,48	0,76	11,02	6,45	4,57

Tabela 5.1 - Despesa monetária e não monetária média *per capita* com educação, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continuação)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> com educação (R\$)					
	Outros cursos			Livro didático ou revista técnica		
	Total	Mone-tária	Não mone-tária	Total	Mone-tária	Não mone-tária
Localização geográfica do domicílio						
Brasil	16,46	11,15	5,31	4,18	1,96	2,22
Urbano	15,42	10,76	4,66	3,75	1,91	1,84
Rural	1,04	0,39	0,65	0,44	0,06	0,38
Grandes Regiões						
Norte	0,49	0,38	0,12	0,25	0,08	0,17
Nordeste	2,87	1,79	1,08	1,83	0,69	1,14
Sudeste	9,28	6,34	2,94	1,40	0,83	0,57
Sul	2,10	1,56	0,54	0,33	0,14	0,19
Centro-Oeste	1,72	1,08	0,64	0,38	0,23	0,15
Pessoa de referência						
Composição demográfica						
Até 24 anos	0,38	0,22	0,16	0,04	0,02	0,02
25 a 49 anos	9,22	5,94	3,28	2,72	1,25	1,47
50 a 64 anos	5,13	3,83	1,30	1,15	0,57	0,58
65 anos ou mais	1,72	1,15	0,57	0,27	0,12	0,15
Cor ou raça						
Brancos	9,03	6,94	2,09	1,65	0,92	0,73
Pretos e pardos	7,10	3,93	3,17	2,45	1,01	1,44
Sexo						
Homem	10,11	7,09	3,03	2,43	1,21	1,22
Mulher	6,35	4,06	2,29	1,75	0,75	1,00
Nível de instrução						
Sem instrução	0,43	0,17	0,26	0,25	0,03	0,22
Ensino fundamental incompleto	3,36	1,45	1,91	1,11	0,25	0,86
Ensino fundamental completo	0,87	0,45	0,42	0,28	0,10	0,18
Ensino médio incompleto	0,61	0,28	0,32	0,18	0,06	0,12
Ensino médio completo	4,06	2,70	1,36	1,09	0,52	0,57
Ensino superior incompleto	0,96	0,79	0,17	0,20	0,09	0,11
Ensino superior completo	6,17	5,30	0,87	1,08	0,91	0,17

Tabela 5.1 - Despesa monetária e não monetária média *per capita* com educação, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(conclusão)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> com educação (R\$)					
	Outros cursos			Livro didático ou revista técnica		
	Total	Mone- tária	Não mone- tária	Total	Mone- tária	Não mone- tária
Ocupação e formalização						
Empregado doméstico	0,67	0,26	0,41	0,19	0,03	0,16
Empregado com carteira	4,48	3,00	1,48	1,23	0,58	0,65
Empregado sem carteira	1,06	0,58	0,48	0,33	0,11	0,22
Militar e empregado do setor público	2,48	1,96	0,52	0,62	0,47	0,15
Conta própria	3,33	2,16	1,17	0,83	0,34	0,49
Empregador	1,48	1,34	0,14	0,20	0,14	0,06
Fora da força de trabalho e outros casos	2,97	1,85	1,12	0,79	0,30	0,49
Composição da família						
Um adulto sem criança	0,61	0,44	0,17	0,05	0,04	0,01
Um adulto com ao menos uma criança	0,50	0,24	0,26	0,17	0,06	0,12
Mais de um adulto sem criança	5,51	4,18	1,33	0,95	0,49	0,45
Mais de um adulto com ao menos uma criança	7,43	4,62	2,81	2,54	1,16	1,38
Um ou mais idosos com ou sem crianças	0,31	0,23	0,07	0,03	0,02	0,01
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	2,11	1,44	0,67	0,44	0,19	0,25
Décimos de rendimento						
1º	0,36	0,24	0,13	0,15	0,02	0,13
2º	0,57	0,22	0,36	0,26	0,04	0,22
3º	0,87	0,38	0,49	0,30	0,09	0,22
4º	0,96	0,40	0,56	0,35	0,10	0,26
5º	1,34	0,60	0,74	0,50	0,16	0,34
6º	1,22	0,67	0,54	0,34	0,14	0,20
7º	1,43	0,85	0,58	0,37	0,12	0,25
8º	1,74	1,07	0,67	0,55	0,29	0,26
9º	2,37	1,86	0,51	0,52	0,34	0,18
10º	5,61	4,87	0,74	0,84	0,67	0,17

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Quando decomparamos a média pela contribuição dos segmentos estratificados pelo nível de instrução da pessoa de referência, três deles somados contribuem com quase 80% da média: ensino fundamental incompleto, com 23,7% (R\$ 28,50), ensino médio completo, com 25,2% (R\$ 30,26) e ensino superior completo, com 30,4% (R\$ 36,51). Aqui também é importante destacar o tamanho relativo de cada subgrupo da população que compõe estes estratos. O subgrupo formado pelas pessoas moradoras nos domicílios em que a pessoa de referência tinha o ensino fundamental incompleto contribuiu com menos de um quarto para o valor da média *per capita*, mas representava 36,8% da população. Já o subgrupo formado pelos moradores dos domicílios em que a pessoa de referência tinha ensino médio completo, contribuiu com cerca de um quarto do valor da média e representava 25,3% do total da população. O subgrupo formado pelos moradores dos domicílios com a pessoa de referência com superior completo contribuiu com quase um terço do valor da despesa média, embora representasse apenas 13,7% da população. Podemos então afirmar que, no que se refere a esses três subgrupos da população, quanto maior o nível de escolarização da pessoa de referência, maior o peso relativo desse conjunto de pessoas para a composição da média.

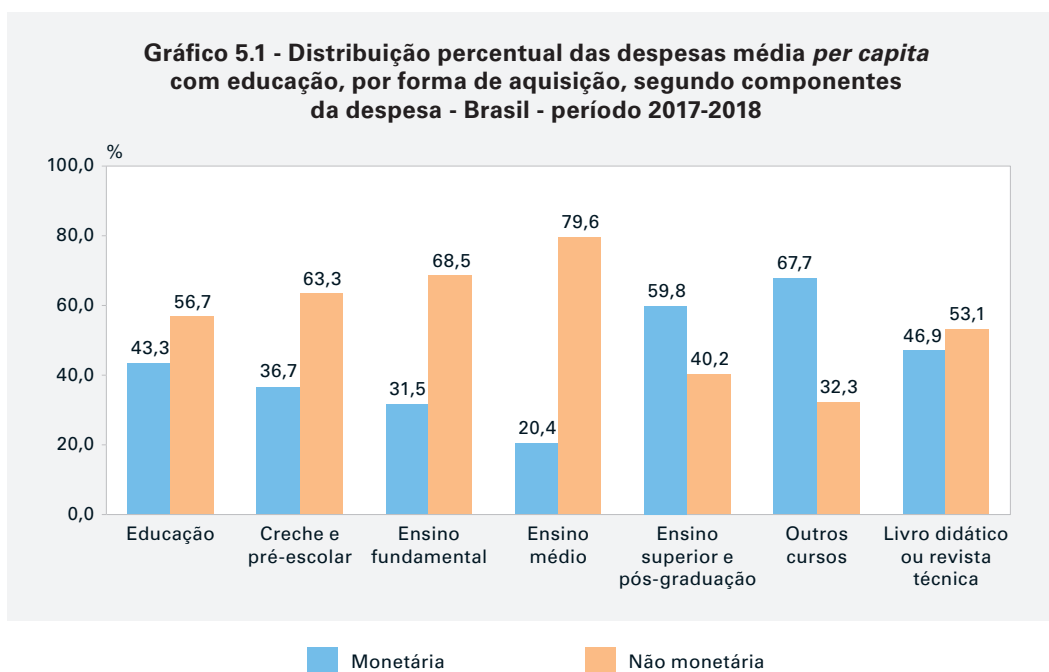
No caso dos subgrupos da população definidos por diferentes arranjos familiares, a parcela da população composta pelas famílias formadas por mais de um adulto com ao menos uma criança contribuiu sozinha com 54,2% (R\$ 65,13) do valor da média *per capita* com a despesa em educação.

Na Tabela 5.1 também temos a participação na composição da média *per capita* pela posição na ocupação e formalização assim como pelos décimos de rendimento total. Levando em consideração o condicionante de posição e formalização, pode-se destacar que a contribuição dos estratos em que a pessoa de referência era empregado com carteira assinada e o com conta própria contribuíram com cerca de 50% da média, sendo 29,5% (R\$ 35,42) e 20,2% (R\$ 24,23), respectivamente.

Ao considerarmos os décimos de rendimento, o destaque fica com a participação relativa do subgrupo formado pelo décimo de maior rendimento, que contribuiu com 24,5% (R\$ 29,47) para o valor médio da despesa *per capita* com educação, muito embora represente apenas um décimo da população total, o que significa 10,8 pontos percentuais a mais, em termos relativos, que a contribuição do décimo imediatamente anterior (nono) com 13,7% (R\$ 16,47).

Outra forma de compreender a composição da despesa média *per capita* com educação é decompô-la pela participação relativa de cada um dos seus componentes. Quando considerada por esta perspectiva, podemos observar que o ensino fundamental contribuiu com 34,7% (R\$ 41,70), o ensino superior e pós-graduação com 25,6% (R\$ 30,74) e outros cursos com 13,7% (R\$ 16,46), sendo estes os três principais grupos que contribuíram para a média (74,0%).

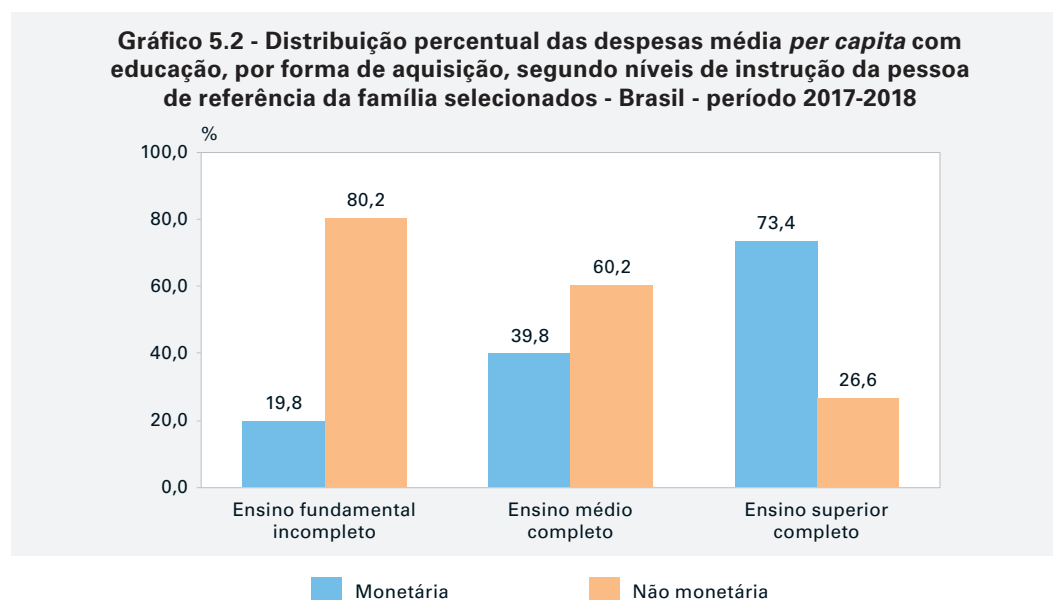
Entretanto, há algumas diferenças se também considerarmos as parcelas monetárias e não monetárias dos componentes. O Gráfico 5.1 apresenta a participação percentual das parcelas monetárias e não monetárias para os componentes da despesa *per capita* com educação.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Podemos observar que a parcela não monetária tem uma importância bastante relevante nos componentes da despesa média com educação. No caso do ensino fundamental, o componente de maior contribuição para a média, a parcela não monetária, corresponde a 68,5% (R\$ 28,57) e no caso do ensino médio, embora bem menor quando consideramos os valores em reais (R\$ 12,34), proporcionalmente a parcela não monetária corresponde a 79,6%. Dos sete componentes da despesa, apenas em dois deles a parcela monetária tem uma contribuição proporcionalmente maior, quando considerado o total em reais do componente da despesa: outros cursos, com 67,7% (R\$ 11,15) e o ensino superior e pós-graduação, com 59,8% (R\$ 18,38). Essas diferenças provavelmente se devem às diferentes formas com que esses serviços são disponibilizados ou ofertados para as famílias. Os ensinos fundamental e médio, por exemplo, são definidos como atribuições do Estado pelo Art. 208 da Constituição Federal do Brasil de 1988, que estabelece educação básica obrigatória e gratuita, bem como progressiva universalização do ensino médio gratuito. Em se tratando de ensino superior, entretanto, segundo dados do *Censo da educação superior 2018*, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 88,2% das instituições de educação superior do País são privadas. O mesmo relatório também destaca que, em 2018, 3,4 milhões de alunos ingressaram em cursos de educação superior de graduação e que, desse total, 83,1% se deu em instituições privadas. Tendo em vista esses dados, podemos dizer que a oferta dessa modalidade de ensino é principalmente feita por esse setor, o que pode explicar a maior parcela relativa das despesas monetárias. Já no caso do componente da despesa média *per capita* assinalado como outros cursos, este se compõe de uma série de modalidades como cursos técnicos profissionalizantes, de idiomas, de extensão etc., o que também é ofertado principalmente pelo setor privado e geralmente com custos significativos para as famílias com moradores que optam por essas despesas, em geral visando uma melhor qualificação para o mercado de trabalho.

Porém, mesmo que o padrão descrito acima tenha se repetido com maior ou menor variação para os diversos condicionantes selecionados, há algumas notáveis diferenças e exceções. No Gráfico 5.2 temos as parcelas monetária e não monetária para os mais significativos estratos do condicionante de nível de escolaridade da pessoa de referência.

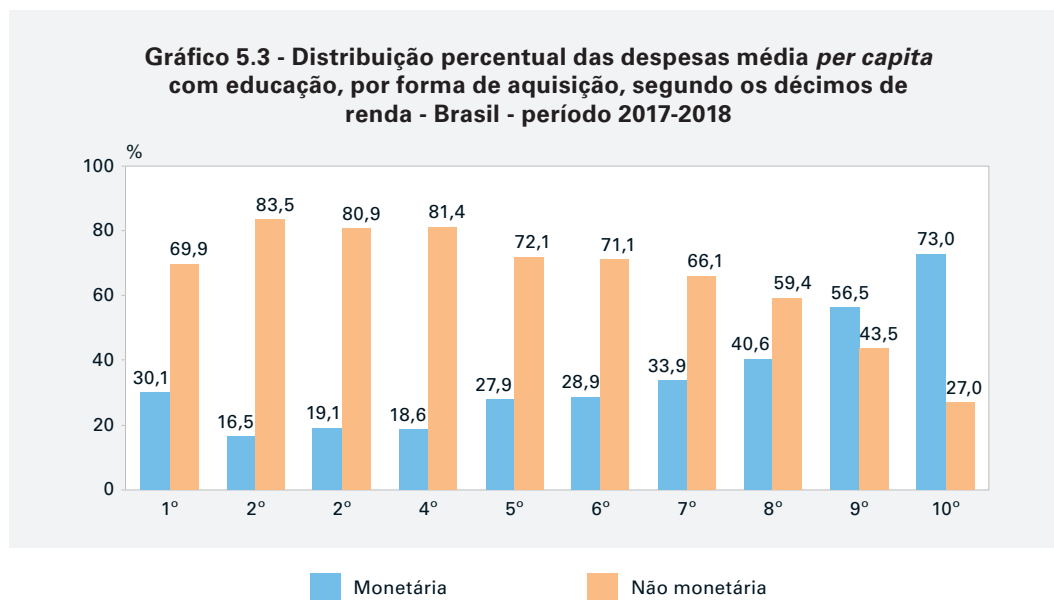


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Podemos observar, primeiramente, que apesar de seguir o padrão de maior representatividade da parcela não monetária, quando consideramos a contribuição total dos subgrupos cuja pessoa de referência tinha ensino fundamental incompleto, o percentual da parcela não monetária é bastante elevado (80,2%) comparado com o total Brasil, no qual o percentual foi de 56,7%. No subgrupo da população formado pelos moradores dos domicílios nos quais a pessoa de referência tinha ensino médio completo, a parcela não monetária também foi significativa (60,2%). Por outro lado, no caso do estrato cuja pessoa de referência tinha nível superior, a parcela monetária representava 73,4% do valor em reais desse subgrupo na sua contribuição para a média. Nesse subgrupo também podemos observar que, quando consideramos os componentes das despesas, a participação da parcela monetária da despesa com o componente ensino superior e pós-graduação foi de 67,9%, participação acima da parcela desse componente para o nível Brasil (59,8%). No caso da parcela monetária do componente da despesa com ensino fundamental, a participação foi de 77,2% (R\$ 7,68), mais que o triplo da parcela não monetária (R\$ 2,25) e proporcionalmente muito maior do que os 31,5% registrados quando essa mesma comparação é feita para o Brasil.

Outro exemplo interessante pode ser visto no Gráfico 5.3, que apresenta as parcelas de participação das despesas monetárias e não monetárias na composição da despesa média *per capita* com educação, segundo os décimos de rendimento total. À medida que passamos dos décimos de renda mais baixos para os mais altos, a parcela monetária que compõe a média vai ganhando gradativamente maior relevância até que, nos dois décimos de rendimentos mais elevados, ela cresce bastante, ficando em 56,5% e 73,0% respectivamente. Como podemos ver na Tabela 5.1, a parcela monetária praticamente supera a não monetária em todos os componentes nesses dois

últimos décimos de rendimento, sendo a única exceção o componente ensino médio do nono décimo. Isso mostra que, de um modo geral, à medida que o rendimento se eleva, as famílias investem mais suas despesas em educação no ensino da rede privada, mesmo nos níveis fundamental e médio.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Despesa média *per capita* e avaliação do padrão de educação

A Tabela 5.2 apresenta a proporção de pessoas e despesa média *per capita* com educação, de acordo com a avaliação da educação da família e os condicionantes selecionados.

No Brasil 60,9% das pessoas eram moradoras nos domicílios nos quais o padrão da educação foi avaliado como bom, 27,5% nos domicílios onde a avaliação foi satisfatória e 11,7% onde a avaliação foi ruim. Do total de pessoas composto pelo subgrupo formado pelos domicílios onde o padrão da educação foi considerado bom, 42% (25,6% da população total do País) viviam na Região Sudeste, mesma região que também concentrava 44,4% (5,2% da população total do País) das pessoas vivendo em domicílios que avaliaram a educação como ruim. Na Região Nordeste, por sua vez, moravam 25,5% (15,5% da população total do País) das pessoas em domicílios que avaliaram o padrão da educação como boa, 30,5% (8,4% da população total do País) como satisfatória e 29% (3,4% da população total do País) como ruim.

A distribuição dos moradores pela avaliação feita pela pessoa de referência dos domicílios quanto ao padrão da educação também foi feita pelas características dessa pessoa. Quando se considera a composição demográfica com os subgrupos da população definidos pela faixa de idade da pessoa de referência, no estrato mais numeroso formado pelo recorte da faixa entre 25 e 49 anos, estavam 32,5% da população cujos domicílios avaliaram a educação como boa, 14,2% como satisfatória e 5,8% como ruim. Cabe destacar também o subgrupo formado pela população dos domicílios com a faixa etária entre 50 e 64 anos, onde estavam 17,5% da avaliação boa, 8,0% da satisfatória e 3,4% da avaliação ruim.

Tabela 5.2 - Proporção de pessoas das famílias residentes e despesa monetária e não monetária média *per capita* com educação, por avaliação do padrão de vida familiar em relação a educação, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continua)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes (%)			Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> com educação (R\$)			
	Bom	Satisfatório	Ruim	Total	Bom	Satisfatório	Ruim
Localização geográfica do domicílio							
Brasil	60,9	27,5	11,7	120,16	82,54	28,92	8,70
Urbano	52,5	23,0	9,7	111,09	76,67	26,50	7,93
Rural	8,3	4,5	1,9	9,06	5,87	2,43	0,77
Grandes Regiões							
Norte	4,6	2,7	1,3	4,25	2,41	1,24	0,60
Nordeste	15,5	8,4	3,4	23,74	15,27	6,38	2,09
Sudeste	25,6	11,4	5,2	63,45	43,63	15,28	4,54
Sul	10,3	3,0	1,0	16,88	13,00	3,13	0,75
Centro-Oeste	4,8	2,0	0,8	11,84	8,23	2,90	0,71
Pessoa de referência							
Composição demográfica							
Até 24 anos	1,9	0,9	0,3	2,97	2,03	0,80	0,14
25 a 49 anos	32,5	14,2	5,8	74,59	50,47	18,30	5,82
50 a 64 anos	17,5	8,0	3,4	33,49	23,73	7,74	2,01
65 anos ou mais	8,9	4,4	2,2	9,10	6,30	2,07	0,73
Cor ou raça							
Branços	27,2	10,4	3,9	61,79	45,44	13,01	3,34
Pretos e pardos	32,7	16,8	7,7	55,94	35,43	15,25	5,26
Sexo							
Homem	36,9	16,4	6,5	73,62	51,71	17,25	4,65
Mulher	24,0	11,1	5,1	46,54	30,83	11,67	4,05
Nível de instrução							
Sem instrução	3,5	2,1	1,4	3,32	1,81	0,98	0,52
Ensino fundamental incompleto	21,3	10,6	4,9	28,50	18,09	7,40	3,01
Ensino fundamental completo	5,1	2,6	1,1	8,21	5,04	2,39	0,78
Ensino médio incompleto	2,9	1,5	0,6	5,60	3,38	1,62	0,60
Ensino médio completo	15,6	7,0	2,7	30,26	19,38	8,55	2,33
Ensino superior incompleto	2,1	0,9	0,3	7,76	5,41	1,83	0,53
Ensino superior completo	10,3	2,8	0,6	36,51	29,42	6,16	0,93

Tabela 5.2 - Proporção de pessoas das famílias residentes e despesa monetária e não monetária média *per capita* com educação, por avaliação do padrão de vida familiar em relação a educação, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continuação)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes (%)			Despesa monetária e não monetária média <i>per capita</i> com educação (R\$)			
	Bom	Satisfatório	Ruim	Total	Bom	Satisfatório	Ruim
Ocupação e formalização							
Empregado doméstico	3,1	1,5	0,9	5,78	3,50	1,57	0,71
Empregado com carteira	14,8	6,1	2,5	35,42	23,42	9,35	2,64
Empregado sem carteira	4,7	2,3	0,8	8,61	5,99	2,07	0,54
Militar e empregado do setor público	6,1	2,4	0,6	15,96	11,63	3,74	0,60
Conta própria	13,0	6,3	2,9	24,23	16,35	5,71	2,17
Empregador	2,5	0,7	0,2	8,99	7,42	1,27	0,30
Fora da força de trabalho e outros casos	16,5	8,1	3,8	21,19	14,24	5,22	1,73
Composição da família							
Um adulto sem criança	1,8	0,8	0,5	2,77	2,25	0,46	0,07
Um adulto com ao menos uma criança	1,5	0,7	0,2	4,43	2,97	1,11	0,34
Mais de um adulto sem criança	17,1	7,5	3,1	33,52	24,14	7,50	1,88
Mais de um adulto com ao menos uma criança	28,0	12,4	5,1	65,13	43,46	16,33	5,33
Um ou mais idosos com ou sem crianças	2,6	1,2	0,6	0,83	0,54	0,27	0,03
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	9,9	4,9	2,2	13,47	9,18	3,25	1,04
Décimos de rendimento							
1º	5,6	2,9	1,5	3,49	2,10	1,02	0,36
2º	5,5	3,1	1,4	6,17	3,63	1,65	0,88
3º	5,7	2,8	1,5	7,49	4,48	2,08	0,93
4º	5,6	3,0	1,4	8,97	5,43	2,38	1,16
5º	5,6	3,0	1,4	11,11	6,89	3,14	1,09
6º	5,8	3,0	1,3	10,62	6,53	3,03	1,05
7º	6,0	2,9	1,1	12,52	7,96	3,55	1,01
8º	6,3	2,7	1,0	13,85	9,22	3,70	0,93
9º	6,8	2,3	0,8	16,47	12,26	3,37	0,85
10º	7,8	1,8	0,3	29,47	24,04	4,99	0,43

Tabela 5.2 - Proporção de pessoas das famílias residentes e despesa monetária e não monetária média per capita com educação, por avaliação do padrão de vida familiar em relação a educação, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(continuação)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Despesa monetária média <i>per capita</i> com educação (R\$)				Despesa não monetária média <i>per capita</i> com educação (R\$)			
	Total	Bom	Satisfatório	Ruim	Total	Bom	Satisfatório	Ruim
Localização geográfica do domicílio								
Brasil	52,03	39,45	10,31	2,27	68,13	43,09	18,61	6,43
Urbano	50,43	38,27	9,97	2,19	60,66	38,40	16,53	5,74
Rural	1,60	1,18	0,34	0,08	7,46	4,69	2,09	0,69
Grandes Regiões								
Norte	1,64	1,02	0,40	0,22	2,62	1,39	0,84	0,39
Nordeste	8,72	6,17	1,96	0,59	15,02	9,10	4,42	1,50
Sudeste	30,02	23,09	5,84	1,09	33,43	20,53	9,44	3,45
Sul	6,88	5,59	1,07	0,22	10,00	7,41	2,05	0,53
Centro-Oeste	4,77	3,58	1,04	0,15	7,07	4,66	1,86	0,56
Pessoa de referência								
Composição demográfica								
Até 24 anos	0,75	0,53	0,17	0,05	2,22	1,51	0,63	0,09
25 a 49 anos	29,86	22,37	6,20	1,29	44,73	28,11	12,10	4,53
50 a 64 anos	17,00	13,26	3,04	0,70	16,49	10,47	4,70	1,32
65 anos ou mais	4,42	3,30	0,89	0,23	4,68	3,01	1,18	0,49
Cor ou raça								
Branco	33,03	26,10	5,88	1,05	28,76	19,34	7,13	2,29
Pretos e pardos	17,68	12,32	4,16	1,20	38,26	23,11	11,10	4,06
Sexo								
Homem	34,79	26,99	6,60	1,20	38,82	24,73	10,65	3,45
Mulher	17,24	12,46	3,71	1,07	29,30	18,37	7,96	2,98
Nível de instrução								
Sem instrução	0,61	0,25	0,26	0,10	2,70	1,57	0,72	0,42
Ensino fundamental incompleto	5,64	3,56	1,51	0,57	22,86	14,53	5,89	2,45
Ensino fundamental completo	1,88	1,18	0,57	0,13	6,33	3,87	1,82	0,65
Ensino médio incompleto	1,32	0,94	0,22	0,16	4,28	2,45	1,39	0,44
Ensino médio completo	12,03	8,44	2,97	0,62	18,23	10,94	5,58	1,71
Ensino superior incompleto	3,74	2,63	0,95	0,16	4,02	2,77	0,88	0,37
Ensino superior completo	26,81	22,45	3,83	0,53	9,70	6,97	2,33	0,40

Tabela 5.2 - Proporção de pessoas das famílias residentes e despesa monetária e não monetária média per capita com educação, por avaliação do padrão de vida familiar em relação a educação, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(conclusão)

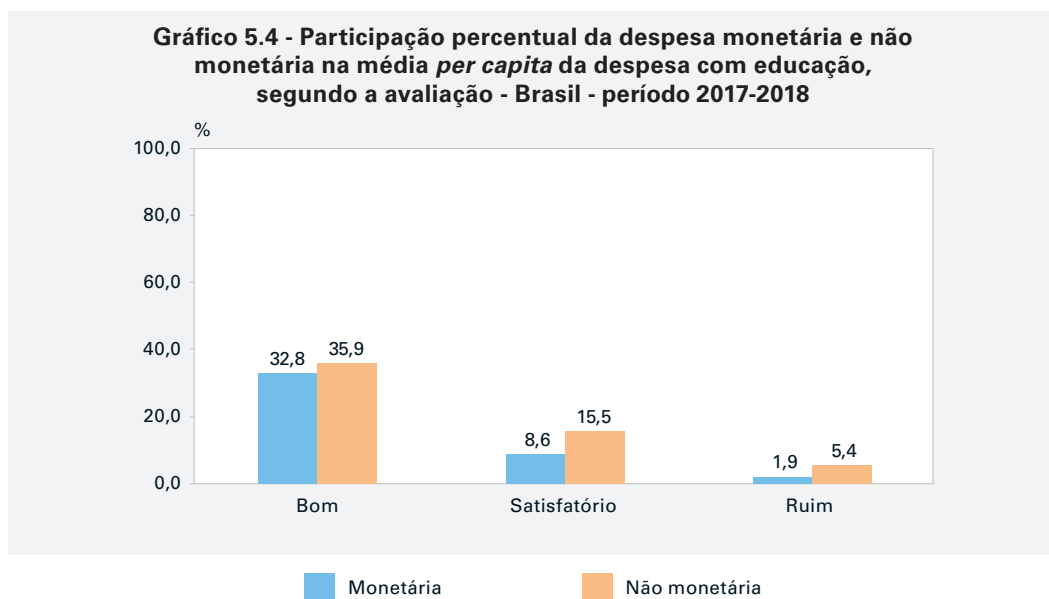
Condicionantes e subgrupos selecionados	Despesa monetária média <i>per capita</i> com educação (R\$)				Despesa não monetária média <i>per capita</i> com educação (R\$)			
	Total	Bom	Satisfatório	Ruim	Total	Bom	Satisfatório	Ruim
Ocupação e formalização								
Empregado doméstico	0,91	0,62	0,21	0,09	4,86	2,88	1,36	0,62
Empregado com carteira	14,57	10,47	3,43	0,67	20,85	12,95	5,92	1,97
Empregado sem carteira	2,76	2,10	0,51	0,14	5,85	3,89	1,57	0,40
Militar e empregado do setor público	9,06	7,14	1,69	0,23	6,90	4,49	2,04	0,38
Conta própria	10,09	7,55	1,90	0,63	14,14	8,80	3,81	1,53
Empregador	6,81	5,84	0,87	0,10	2,18	1,58	0,39	0,20
Fora da força de trabalho e outros casos	7,84	5,74	1,70	0,40	13,35	8,50	3,52	1,33
Composição da família								
Um adulto sem criança	1,55	1,23	0,27	0,05	1,22	1,01	0,19	0,02
Um adulto com ao menos uma criança	1,12	0,80	0,26	0,07	3,31	2,17	0,85	0,28
Mais de um adulto sem criança	17,34	13,38	3,21	0,75	16,18	10,76	4,29	1,13
Mais de um adulto com ao menos uma criança	25,18	18,88	5,23	1,07	39,95	24,58	11,11	4,26
Um ou mais idosos com ou sem crianças	0,49	0,35	0,12	0,02	0,35	0,19	0,15	0,01
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	6,35	4,81	1,22	0,32	7,13	4,38	2,03	0,72
Décimos de rendimento								
1º	1,05	0,67	0,32	0,06	2,44	1,43	0,70	0,30
2º	1,02	0,56	0,26	0,20	5,15	3,07	1,40	0,68
3º	1,43	0,93	0,33	0,17	6,06	3,54	1,76	0,76
4º	1,67	0,99	0,49	0,19	7,30	4,44	1,90	0,97
5º	3,10	2,13	0,73	0,25	8,01	4,76	2,41	0,84
6º	3,07	2,02	0,90	0,15	7,55	4,52	2,14	0,90
7º	4,25	2,84	1,15	0,26	8,27	5,12	2,40	0,75
8º	5,63	4,01	1,31	0,30	8,22	5,21	2,38	0,63
9º	9,30	7,24	1,72	0,34	7,17	5,01	1,65	0,51
10º	21,51	18,05	3,12	0,34	7,96	5,99	1,88	0,09

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

No caso da estratificação feita por cor ou raça, considerando os 60,9% da população que estavam em domicílios que avaliaram a educação como boa, 32,7% dela estava em domicílios onde a pessoa de referência se declarou preta ou parda e 27,2% em domicílios cuja pessoa de referência se declarou branca. Quando a estratificação foi feita por sexo, os domicílios com pessoa de referência homem contribuíram com 36,9% para o total de avaliação boa e com pessoa de referência mulher 24,0%. No caso da contribuição para os 11,7% da população em avaliação ruim, 6,5% estavam em domicílios com a pessoa de referência homem e 5,1% com pessoa de referência mulher.

Os domicílios com pessoa de referência que tem ensino fundamental incompleto contribuíram com o número de moradores para os percentuais de bom, satisfatório e ruim com 21,3%, 10,6%, e 4,9%, respectivamente. No caso dos arranjos familiares, os domicílios com mais de um adulto com ao menos uma criança representavam 28,0% da população em domicílios com avaliação boa, 12,4% com satisfatória e 5,1% com ruim.

O Gráfico 5.4 apresenta a participação percentual da parcela das despesas monetária e não monetária na média *per capita* da despesa com educação segundo a avaliação subjetiva da qualidade da educação.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Podemos destacar que, assim como acontece quando estratificamos pelos componentes das despesas, uma estratificação pela avaliação evidencia a importância das parcelas não monetária na despesa *per capita* com educação. Quando levamos em consideração a avaliação da qualidade da educação em boa, satisfatória ou ruim na formação de subgrupos para a construção da despesa média em reais, a parcela não monetária tende a ter uma importância relativa maior. Considerando a média *per capita* (R\$ 120,16), o subgrupo com avaliação boa contribui com 68,7% (R\$ 82,54), sendo 32,8% (R\$ 39,45) de parcela monetária e 35,9% (R\$ 43,09) de não monetária. O subgrupo formado pela avaliação satisfatória contribui com 24,1% (R\$ 28,92), dos quais 8,6% (R\$ 10,31) correspondem à parcela monetária e 15,5% (R\$ 18,61) à parcela

não monetária. No caso do subgrupo da população formado pelos moradores dos domicílios que avaliaram a educação como ruim, a contribuição para a média *per capita* foi de 7,2% (R\$ 8,70), dos quais 1,9% (R\$ 2,27) corresponde à parcela monetária e 5,4% (R\$ 6,43) à não monetária.

Entretanto, quando considerado os condicionantes com características das famílias ou da pessoa de referência para estratificar os subgrupos da população, principalmente nos casos em que a avaliação subjetiva da educação da família foi considerada boa, há casos em que a contribuição da parcela monetária foi significativamente maior que a não monetária. Isso se deu nos seguintes subgrupos dos condicionantes: na Região Sudeste (parcela monetária R\$ 23,09 e não monetária R\$ 20,53); idade da pessoa de referência entre 50 e 64 anos (parcela monetária R\$ 13,26 e não monetária R\$ 10,47); pessoa de referência se declarou branca (parcela monetária R\$ 26,10 e não monetária R\$ 19,34); nível superior completo da pessoa de referência (parcela monetária R\$ 22,45 e não monetária R\$ 6,97); famílias com mais de um adulto não idoso sem crianças (parcela monetária R\$ 13,38 e não monetária R\$ 10,76); militar e empregado do setor público (parcela monetária R\$ 7,14 e não monetária R\$ 4,49); empregador (parcela monetária R\$ 5,84 e não monetária R\$ 1,58); nono décimo de rendimento (parcela monetária R\$ 7,24 e não monetária R\$ 5,01); e no último décimo de rendimento (parcela monetária R\$ 18,05 e não monetária R\$ 5,99). No caso da avaliação ruim, os únicos casos significativos onde a parcela monetária superou a não monetária foram nível superior completo da pessoa de referência (parcela monetária R\$ 0,53 e não monetária R\$ 0,40) e no último décimo de rendimento (parcela monetária R\$ 0,34 e não monetária R\$ 0,09).

Referências

ADLER, M. D.; FLEURBAEY, M. *The Oxford handbook of well-being and public policy*. New York: Oxford University Press, 2016. 984 p.

ANDERSEN, R. M. Revisiting the behavioral model and access to medical care: does it matter? *Journal of Health and Social Behavior*, Washington, D.C., v. 36, n. 1, p. 1-10, Mar. 1995. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Revisiting-the-behavioral-model-and-access-to-care%3A-Andersen/9db4d165822ed213d36daaba40790321c4f31ef7>. Acesso em: out. 2020.

ANDERSEN, R. M.; NEWMAN, J. F. Societal and individual determinants of medical care utilization in the United States. *The Milbank Memorial Fund Quarterly: health and society*, New York, v. 51, n. 1, p. 95-124, 1973. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0009.2005.00428.x>. Acesso em: out. 2020.

ATHIAS, L.; OLIVEIRA, L. Indicadores de padrão de vida e distribuição de renda. In: SIMÕES, A.; FRESNEDA, B. (org.). *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 110-157. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 5). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/20438-panorama-nacional-e-internacional-da-producao-dos-indicadores-sociais.html?edicao=20439&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2020.

BARROS, R. P. de.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2006. 2. v. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5553. Acesso em: out. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: out. 2020.

CAHUC, P.; CARCILLO, S.; ZYLBERBERG, A. *Labor Economics*. Tradução: William McCuaig. 2. ed. Cambridge [Estados Unidos]: The MIT Press, 2014. 1043 p.

CANBERRA GROUP. *Canberra Group handbook on household income statistics*. 2. ed. Geneva: United Nations Economic Commission for Europe - Unece, 2011. Disponível em: http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/groups/cgh/Canberra_Handbook_2011_WEB.pdf. Acesso em: out. 2020.

CENSO da educação superior 2018: notas estatísticas. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2019. 40 p. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: out. 2020.

CHAKRAVARTY, S. R. *Inequality, polarization and poverty: advances in distributional analysis*. New York: Springer, 2009. 192 p. (Economic studies in inequality, social exclusion and well-being, v. 6)

CONFERENCIA INTERNACIONAL DE ESTADÍSTICOS DEL TRABAJO, 17., 2003. Ginebra. *Informe de la conferencia*. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo - OIT, 2003. 100 p. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/es/about/standards/icls/icls-documents/>. Acesso em: out. 2020.

COWELL, F. Measurement of inequality, *In*: ATKINSON, A.; BOURGUIGNON, F. (ed.). *Handbook of income distribution*, Amsterdam: Elsevier, 2000. v. 1, cap. 2, p. 87-166.

COWELL, F. *Measuring inequality*. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2011. 304 p. (Perspectives in economic analysis)

DÉFICIT habitacional no Brasil 2015. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro - FJP, 2018. 78 p. (Estatística & informações: demografia e indicadores sociais, 6). Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=76871>. Acesso em: out 2020.

DOCUMENTOS temáticos: objetivos de desenvolvimento sustentável 1, 2, 3, 5, 9, 14. Brasília, DF: Nações Unidas no Brasil - ONUBR, 2017. 103 p. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/documentos-tematicos--ods-1--2--3--5--9--14.html>. Acesso em: out. 2020.

ESTADÍSTICAS de ingresos y gastos de los hogares. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo - OIT, 2003. 100 p. Informe II. Trabalho apresentado na 17ª Conferência Internacional de Estadísticos del Trabajo, realizada em Genebra, 2003. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/about/standards/icls/icls-documents/>. Acesso em: out. 2020.

HENRIQUES, R. (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2000. 740 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7708>. Acesso em: out. 2020.

HOFFMANN, R. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Edusp, 1998. 275 p.

INDICADORES brasileiros para os objetivos de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: IBGE, [2020]. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: out. 2020.

KUKLYS, W. *Amartya Sen's capability approach: theoretical insights and empirical applications*. Prefácio de Amartya Sen. Berlin: Springer, 2005. 116 p. (Studies in choice and welfare)

LEMMI, A.; BETTI, G. (ed.). *Fuzzy set approach to multidimensional poverty measurement*. New York: Springer, 2006. 280 p. (Economic studies in inequality, social exclusion and well-being, v. 3)

MAPA de pobreza e desigualdade: municípios brasileiros 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 1 DVD. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=241385>. Acesso em: out. 2020.

NUSSBAUM, M.; SEN, A. (ed.). *The quality of life*. New York: Oxford University Press, 1993. 472 p. (Unu-wider studies in development economics). Disponível em: <http://doi.org/10.1093/0198287976.001.0001>. Acesso em: out. 2020.

OECD better life index. Housing. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, [2020]. Disponível em: <http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/quesitos/housing-pt/>. Acesso em: out. 2020.

OLIVEIRA, L. S. de. *Três ensaios sobre pobreza multidimensional*. 2010. 123 p. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=255618&view=detalhes>. Acesso em: out. 2020.

OLIVEIRA, L. S. de *et al.* Construction of a consumption aggregate based on information from POF 2008-2009 and its use in the measurement of welfare, poverty, inequality and vulnerability of families. *The Review of Income and Wealth*, Malden: Blackwell, v. 62, n. 1, p. 179-210, Aug. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315943671_Construction_of_a_Consumption_Aggregate_Based_on_Information_from_the_Brazilian_Consumer_Expenditure_and_its_use_in_the_Measurement_of_Welfare_Poverty_Inequality_and_Vulnerability_of_Families_Construc. Acesso em: out. 2020.

OLIVEIRA, L. S. de *et al.* The expansion of consumption and the welfare dynamics of the Brazilian families: a decomposition analysis of poverty and inequality. In: SOCIETY FOR THE STUDY OF ECONOMIC INEQUALITY - ECINEQ MEETING, 17., 2017, New York. *Papers [...]*. New York: City University of New York, The Graduate Center, 2017. p. 1-38.

Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332211428_The_expansion_of_consumption_and_the_welfare_dynamics_of_the_Brazilian_families_a_decomposition_analysis_of_poverty_and_inequality. Acesso em: out. 2020.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *OECD framework for statistics on the distribution of household income, consumption and wealth*. Paris, 2013a. 232 p. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264194830-en>. Acesso em: out. 2020.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *OECD guidelines on measuring subjective well-being*. Paris, 2013b. 265 p. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264191655-en>. Acesso em: out. 2020.

PESQUISA de orçamentos familiares 2017-2018: manual do agente de pesquisa. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 317 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=25578&t=conceitos-e-metodos>. Acesso em: out. 2020.

PESQUISA de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 64 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=25578&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2020.

RAVALLION, M. *The economics of poverty: history, measurement, and policy*. New York: Oxford University Press, 2016. 701 p. Disponível em: https://www.academia.edu/27480851/Martin_Ravallion_The_Economics_of_Poverty_History_Measurement_and_Policy_Oxford_University_Press_2016_2333_. Acesso em: out. 2020.

RAVALLION, M. On multidimensional indices of poverty. *The Journal of Economic Inequality*, New York: Springer, v. 9, p. 235-248, 2011.

RENDIMENTO de todas as fontes 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=27257&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2020.

THE RIGHT to adequate housing. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme - UN-Habitat, 2009. 51 p. (Fact sheet n. 21/ rev. 1). Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/issues/housing/toolkit/pages/righttoadequatehousingtoolkit.aspx>. Acesso em: out. 2020.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 244 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/278399/mod_resource/content/1/3649_001.pdf. Acesso em: out. 2020.

SEN, A. *Choice, welfare and measurement*. Cambridge [Estados Unidos]: Harvard University Press, 1997a. 480 p.

- SEN, A. *Commodities and capabilities*. Amsterdam: Elsevier, 1985. 130 p. (Lectures in economics: theory, institutions, policy, 7).
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 416 p. Título original: Development as freedom.
- SEN, A. *Desigualdade reexaminada*. Tradução: Ricardo Doninelli Mendes. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 301 p. Título original: Inequality reexamined.
- SEN, A. *The idea of justice*. Cambridge [Estados Unidos]: Belknap Press, 2011. 496 p.
- SEN, A. *Resources, values and development*. Cambridge [Estados Unidos]: Harvard University Press, 1997b. 560 p.
- SEN, A.; FOSTER, J. On economic inequality after a quarter century. In: SEN, A. *On economic inequality*. Ed. aum. New York: Oxford university Press, 1997. Anexo.
- SILVEIRA, M. A. C. da. *Indicadores de avaliação subjetiva da suficiência da renda das famílias brasileiras: um estudo com a pesquisa de orçamentos familiares*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2016. 37 p. (Texto para discussão, 2244). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28816. Acesso em: out. 2020.
- SÍNTESE de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 128 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 40). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=25875&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2020.
- STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J. *Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress*. Paris: Institut National de la Statistique et des Études Économiques - INSEE, 2009. 291 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/258260767_Report_of_the_Commission_on_the_Measurement_of_Economic_Performance_and_Social_Progress_CMEPSP. Acesso em: out. 2020.
- TRATAMENTOS das informações. In: PESQUISA de orçamentos familiares. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. v. 2. 198 p. (Série relatórios metodológicos, v. 10). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81836_v2.pdf. Acesso em: ago. 2020.
- TRAVASSOS, C.; MARTINS, M. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP, v. 20, p. 190-198, 2004. Supl. 2 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000800014>. Acesso em: out. 2020.

URBANIZATION and development: emerging futures. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme - UN-Habitat, 2016. 262 p. Acima do título: World cities report 2016. Disponível em: <https://unhabitat.org/world-cities-report>. Acesso em: out. 2020.

WOOLDRIDGE, J. M. *Econometric analysis of cross section and panel data*. 2. ed. Cambridge [Estados Unidos]: The MIT Press, 2010. 1096 p.

Anexo

Tabela - Número e proporção de pessoas das famílias residentes, segundo condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

**Anexo - População residente, segundo condicionantes
e subgrupos selecionados - período 2017-2018**

(continua)

Condicionantes e subgrupos selecionados	População residente	
	Total	Proporção (%)
Localização geográfica do domicílio		
Brasil	207 021 494	100,0
Urbano	176 498 720	85,3
Rural	30 522 774	14,7
Grandes Regiões		
Norte	17 766 454	8,6
Nordeste	56 450 409	27,3
Sudeste	87 341 382	42,2
Sul	29 600 708	14,3
Centro-Oeste	15 862 540	7,7
Pessoa de referência		
Composição demográfica		
Até 24 anos	6 420 345	3,1
25 a 49 anos	108 652 184	52,5
50 a 64 anos	59 820 677	28,9
65 anos ou mais	32 128 288	15,5
Cor ou raça		
Branços	85 727 022	41,4
Pretos e pardos	118 345 333	57,2
Sexo		
Homem	123 692 325	59,7
Mulher	83 329 169	40,3
Nível de Instrução		
Sem instrução	14 569 402	7,0
Ensino fundamental incompleto	76 235 043	36,8
Ensino fundamental completo	18 219 314	8,8
Ensino médio incompleto	10 422 936	5,0
Ensino médio completo	52 388 631	25,3
Ensino superior incompleto	6 850 387	3,3
Ensino superior completo	28 335 781	13,7
Ocupação e formalização		
Empregado doméstico	11 399 134	5,5
Empregado com carteira	48 484 899	23,4
Empregado sem carteira	16 211 386	7,8
Militar e empregado do setor público	18 823 175	9,1
Conta própria	45 989 948	22,2
Empregador	7 239 741	3,5
Fora da força de trabalho e outros casos	58 873 211	28,4

Anexo - População residente, segundo condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

(conclusão)

Condicionantes e subgrupos selecionados	População residente	
	Total	Proporção (%)
Composição da família		
Um adulto sem criança	6 347 592	3,1
Um adulto com ao menos uma criança	5 039 346	2,4
Mais de um adulto sem criança	57 368 695	27,7
Mais de um adulto com ao menos uma criança	94 012 897	45,4
Um ou mais idosos com ou sem crianças	9 119 259	4,4
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	35 133 705	17,0
Décimos de rendimento		
1º	20 703 308	10,0
2º	20 703 886	10,0
3º	20 704 523	10,0
4º	20 701 623	10,0
5º	20 702 189	10,0
6º	20 712 373	10,0
7º	20 687 854	10,0
8º	20 701 821	10,0
9º	20 705 525	10,0
10º	20 698 393	10,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Nota: Nesta publicação apenas um subconjunto dos moradores é considerado: os moradores com condição na família diferente de empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento

Maria Lucia Franca Pontes Vieira

Gerência da Pesquisa de Orçamentos Familiares

André Luiz Martins Costa

Análise do Perfil das Despesas no Brasil: indicadores selecionados

Tabulação dos resultados

Isabel Cristina Martins Santos

Leonardo Santos de Oliveira

Luciana Alves dos Santos

Paulo Roberto Coutinho Pinto

Textos e comentários

Isabel Cristina Martins Santos

Leonardo Santos de Oliveira

Luciana Alves dos Santos

José Mauro de Freitas Júnior

Revisão e preparo de originais

André Luiz Martins Costa

Isabel Cristina Martins Santos

Jaciara Zacharias da Silva

Leonardo Santos de Oliveira

Luciana Alves dos Santos

José Mauro de Freitas Júnior

Laura Maria do Carmo Arêas

Planejamento, acompanhamento e controle

Gerência da Pesquisa de Orçamentos Familiares

André Luiz Martins Costa
Isabel Cristina Martins Santos
Jacira Zacharias da Silva
José Antonio Lutterbach Soares
José Mauro de Freitas Júnior
Juliano José Guimarães Junqueira
Laura Maria do Carmo Arêas
Leonardo Santos de Oliveira
Luciana Alves dos Santos
Marcelo Rubens dos Santos do Amaral
Marta de Oliveira Antunes
Paulo Roberto Coutinho Pinto

Gerência de Pesquisas

Antony Teixeira Firmino

Gerência de Estudos, Métodos e Controle

Gabriel Henrique Oliveira Assunção
Raphael Fernandes Soares Alves
Michelle Menegardo de Souza
Fernanda Karine Ruiz Colenghi Baptista

Coordenação de Métodos e Qualidade

Marcos Paulo Soares de Freitas

Gerência de metodologia estatística

André Wallace Nery da Costa
Marcus Vinícius Moraes Fernandes

Coordenação Operacional do Censo

Maria Vilma Salles Garcia

Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos

Wolney Cogoy Menezes

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento

Bianca Walsh

Gerência de Soluções de Capacitação

Paulo David De Jesus Tostes Dos Santos
Georgia de Souza Assumpção
Ana Paula Donizetti Lins de Albuquerque
Aline Mirilli Martins Dos Santos
Fabio Muniz de Moura
Hugo Sousa Campos

Diretoria de Informática

Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas

Claudio Mariano Fernandes

Gerência de Sistemas Populacionais e Sociais

Cristiane de Moura Cruz Oliveira

Edson Costa Braga

Arthur Beltrão Castilho Neto

Luiz Fernando de Moura

Marcio Fernandes Rebelo

Vânia da Silva Boquimpani

Helena Serrão Piccinini

Solange Ferreira Pinto

Coordenação de Operações e Serviços de Informática

Bruno Gonçalves Santos

Gerência de Implantação e Administração dos Serviços em Produção

Edson Orofino de Souza

Julio Cezar Figueiredo

Coordenações Estaduais da POF 2017-2018

Rondônia

Antoniony dos Santos Souza

Acre

Lara Torchi Esteves

João Paulo Feitosa Couto

Amazonas

Riter Lucas Miranda Garcia

Roraima

Luiz Felipe Oliveira Souza

Pará

Max Elias Calil Gomes

Amapá

Ananias do Carmo Picanço

Tocantins

João Francisco Severo dos Santos

Nereu Ribeiro Soares Júnior

Maranhão

Patrícia de Oliveira Borges e Souza

Piauí

Ranieri Ferreira Leite

Ceará

Luciano Oliveira Vieira

Rio Grande do Norte

Damião Ernane de Souza

Carlos Alberto Pinheiro Fontes

Paraíba

Felipe Ferreira Fraga

Pernambuco

Isailda Maria Barros Pereira

Alagoas

Thomázio Bergson Farias Correia

Sergipe

Leonardo Souza Leão Leite de Sá

Bahia

Mateus Rodamilans Bastos

Minas Gerais

Alexandre de Lima Veloso

Espírito Santo

Ilmar Vicente Moreira

Rio de Janeiro

Júlia Brandão Teixeira de Freitas

São Paulo

Eugenio Carlos Ferreira Braga

Paraná

Flávio Roberto Schuler de Oliveira

Santa Catarina

Fabiano Rodolfo

Rio Grande do Sul

Marcelo dos Santos Malheiros

Mato Grosso do Sul

Sylvia Martinez Assad de Oliveira

Mato Grosso

Nivaldo de Souza Lima

Goiás

Mariana Borges Celani

Distrito Federal

Vladimir de Andrade Stempliuk

Projeto Editorial**Centro de Documentação e Disseminação de Informações****Coordenação de Produção**

Marisa Sigolo Mendonça

Gerência de Editoração**Estruturação textual**

Leonardo Martins

Diagramação tabular e de gráficos

Lucas Monçores

Márcia do Rosário Brauns

Diagramação textual

Leonardo Martins

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização documental

Aline Loureiro de Souza

Ana Raquel Gomes da Silva

Isabella Carolina do Nascimento Pinto

Juliana da Silva Gomes

Lioara Mandoju

Nadia Bernuci dos Santos

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Impressão e acabamento

Newton Malta de Souza Marques

Helvio Rodrigues Soares Filho

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2017 - 2018

PERFIL DAS DESPESAS NO BRASIL INDICADORES SELECIONADOS

As Pesquisas de Orçamentos Familiares - POFs realizadas pelo IBGE visam disponibilizar informações sobre a composição dos orçamentos domésticos e as condições de vida da população brasileira, incluindo a percepção subjetiva da qualidade de vida, além de gerar bases de dados e estudos sobre o seu perfil nutricional.

Com o lançamento desta publicação, o IBGE dá prosseguimento à divulgação de resultados da POF 2017-2018, agora contemplando o perfil das despesas, entendendo-se como tal as monetárias e não monetárias correntes (despesas de consumo e outras despesas correntes), bem como o aumento do ativo e a diminuição do passivo dos moradores.

Os resultados, abarcando as famílias residentes nas áreas urbana e rural, para o conjunto do País e as Grandes Regiões, são apresentados em uma abordagem diferente da proposta na POF 2008-2009 sobre o mesmo tema. Além de informações sobre a despesa *per capita* total e seus componentes, outras cinco dimensões são apreciadas – renda, moradia, acesso a serviços de utilidade pública, saúde e educação –, segundo alguns condicionantes reconhecidamente determinantes da qualidade de vida no Brasil, como a localização geográfica do domicílio, os arranjos familiares, e as características da pessoa de referência da família, como sexo, cor ou raça, idade e nível de escolaridade.

A análise dos resultados, ilustrada por tabelas e gráficos, discorre ainda sobre desigualdade e pobreza, investigadas sob a ótica da renda disponível familiar *per capita*: no primeiro caso, utilizando-se os índices de Gini e de Entropia Generalizada; e, no segundo, medidas calculadas com base nas linhas adotadas, internacionalmente, no monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Complementam essas abordagens avaliações que levam em consideração a inserção da pessoa de referência da família no mercado de trabalho, como posição na ocupação e formalização, e sobre as despesas com saúde e educação, ora mais detalhadas, incluindo as parcelas não monetárias com os serviços.

As notas técnicas que acompanham a publicação sintetizam os procedimentos utilizados na coleta e tratamento dos dados da pesquisa, as conceituações das variáveis investigadas, entre outras considerações de natureza metodológica.

No portal do IBGE na Internet, são disponibilizados os instrumentos de coleta utilizados na POF 2017-2018, assim como os microdados da pesquisa, de modo a facilitar a exploração de sua base de dados segundo perspectivas diversas.



ISBN 978-65-87201-27-6



9 786587 201276